

Sumário

<i>Resultados, conjuntura e perspectivas para a agricultura: Brasil-Bahia 2002/2003</i>	<i>3</i>
<i>Desempenho econômico da Bahia</i>	<i>9</i>
<i>O fracasso de Cancun e a fronteira da hegemonia: o caminho das negociações impactando nas contas externas brasileiras</i>	<i>17</i>
<i>O trabalhador e os rendimentos decrescentes</i>	<i>23</i>
<i>Definindo os ricos a partir dos pobres: um breve estudo da desigualdade e pobreza na Bahia.....</i>	<i>27</i>
<i>Análise dos resultados orçamentários de 2001 dos municípios baianos</i>	<i>31</i>
<i>Investimentos industriais previstos no estado da Bahia</i>	<i>37</i>
<i>Grifos</i>	<i>40</i>
<i>Indicadores conjunturais</i>	<i>47</i>

Resultados, conjuntura e perspectivas para a agricultura: Brasil-Bahia 2002/2003

Os resultados alcançados pela agricultura empresarial brasileira no ano safra 2002/2003 consolidam a atividade como a de melhor desempenho comparando-se aos demais segmentos da economia nacional. Os índices de crescimento das lavouras – especialmente as que se destinam à produção de grãos, como soja e milho – evidenciam as boas condições climáticas (chuvas regulares) e a produtividade do campo. As estimativas mostram que, tanto para o Brasil quanto para a Bahia, as lavouras de grãos compõem significativamente os índices observados. Esses dados refletem-se nos resultados alcançados pela balança comercial do agronegócio brasileiro, registrando elevação das exportações nos primeiros oito meses de 2003, com destaque para os complexos soja e carnes. Entretanto, algumas dificuldades são criadas pela super-safra anunciada: o impacto negativo nos preços internos pode alterar as expectativas para a safra 2003/2004 e o entrave da armazenagem dos produtos, uma vez que atinge-se o limite da capacidade dos estoques nacionais. Para as carnes, os entraves correspondem às barreiras tarifárias e não tarifárias impostas pelos principais mercados brasileiros, como a rastreabilidade para a carne bovina e a imposição de cotas para o frango nacional.

Neste artigo apresentam-se os principais resultados para a agricultura brasileira e baiana para o ano safra 2002/2003. Com base nas informações da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA-IBGE) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento faz-se o comparativo com a safra anterior, 2001/2002. Também são apresentados alguns resultados da balança comercial do agronegócio do Brasil no período janeiro-agosto de 2003, comparando-se ao mesmo período do ano anterior. A conjuntura e

NÚCLEO DE CONJUNTURA DA SEI *

perspectivas para as lavouras e pecuária nacionais complementam o objeto de análise deste trabalho.

RESULTADOS PARA A SAFRA AGRÍCOLA 2002/ 2003 – BRASIL E BAHIA

Estima-se que, para a safra 2002/2003 a agricultura brasileira alcance recorde de produção, aproximadamente 120 milhões de toneladas de grãos (cereais, leguminosas e oleaginosas), de acordo com levantamento realizado pela CONAB e o LSPA-IBGE. Esse volume representa um acréscimo de 23,2% (23 milhões de toneladas) em relação às 97,1 milhões de toneladas colhidas no ano safra 2001/2002. As estimativas para a área plantada atingem 43 milhões de hectares, 8% superior comparando-se ao ano safra anterior, quando as lavouras ocuparam aproximadamente 40 milhões de hectares. A distribuição da produção indica a concentração na Região Sul do país de 46,6% da produção nacional, seguida pelo Centro-Oeste, com 30,6%, o Sudeste, com 13,3%, o Nordeste, com 7,3% e, o Norte, com 2,2%.

Soja e milho reafirmam-se como destaques da atual safra. As expectativas são que a safra de milho (1ª e 2ª safras) atinja o recorde de 46 milhões de toneladas, aproximadamente 30% superior às 35,3 milhões de toneladas de 2001/2002. A soja em particular alcançará o recorde de 52 milhões de toneladas, um acréscimo de 24,2% em relação às 42 milhões de toneladas do período anterior. Para o trigo espera-se 5 milhões de toneladas, um aumento de 76% sobre às 3 milhões de toneladas da safra passada. Tradicionalmente o Brasil é grande importador líquido de trigo, entretanto, a redução da safra de grandes produtores internacionais, como Austrália, Canadá e Argentina, em 2002, força os preços da *commodity* estimulando o produtor nacional. Outra medida incentivadora compreende a elevação do preço mínimo para o produto na Região Sul em R\$ 400,00 a tonelada. As expectativas são que essa situação seja revertida com a volta da produção pelos países citados e, conseqüentemente, a queda dos preços internacionais e suas repercussões sobre os preços internos.

O levantamento realizado pela CONAB para o Brasil, em agosto de 2003, revela ainda um crescimento de 9,3% no feijão (1ª, 2ª e 3ª safras), passando de 2,9 milhões de toneladas em 2001/2002 para 3,2 milhões de toneladas em 2002/2003. Já o algodão (pluma) obtém um acréscimo de 10,6%, partindo de 766 mil toneladas para 847 mil toneladas na safra atual. A produção do algodão em caroço



atinge 1,3 milhão de toneladas, 9,6% superior ao 1,2 milhão da safra 2001/2002. A produção de arroz cai de 10,6 milhões de toneladas (2001/2002) para 10,4 milhões (ou -1,9%). Para o sorgo, devido à sua utilização como alternativa menos custosa para as rações animais, a produção eleva-se em 96,7% (de 798 mil toneladas para 1,6 milhão de toneladas em 2002/2003). A safra recorde de grãos decorre da profissionalização e da capitalização dos agricultores brasileiros. Isso significa maior emprego de tecnologia no campo, sementes melhoradas, fertilizantes de ponta, análise e correção de solo, plantio direto e máquinas modernas. Esses aspectos refletem-se no aumento da produtividade no campo e são confirmados quando se compara com a variação das estimativas de área plantada (em hectares) para os mesmos produtos: algodão (-1,7%); arroz (-0,9%); feijão (+1,6%); milho (+7,4%); soja (+13,1%); trigo (+17,7%); e o sorgo (+40,9%), que é a exceção nessa análise. No entanto, credita-se às condições climáticas favoráveis, traduzidas em chuvas nos momentos e nas regiões certas, como a principal causa dos resultados para as lavouras brasileiras.

Para o estado da Bahia, as estimativas de produção para a safra 2002/2003, segundo o LSPA-IBGE de agosto de 2003, em comparativo ao ano safra 2001/2002, registram uma produção de grãos de aproximadamente 3,7 milhões de toneladas, representando um crescimento de 27,6% em relação às 2,9 milhões de toneladas de grãos produzidas no ano safra anterior. Observando-se a Tabela 01, percebe-se que os produtos de maior destaque nas estimativas são o sorgo (+103,3%), pelos mesmos motivos apresentados anteriormente; o milho (+71,6%), em virtude dos bons resultados da safrinha e aos preços pagos no mercado interno nos primeiros meses do ano; e o algodão (43,5%), em função das boas condições climáticas e maior tecnificação do produtor. Conseqüentemente, melhoram

o rendimento das lavouras, amplia-se a resistência às pragas e aplicam-se adequadamente adubos e defensivos agrícolas.

O feijão (1ª e 2ª safras) por sua vez, tem as estimativas de produção reduzidas em 3,0% embora o rendimento da lavoura tenha aumentado em 3,5%. As justificativas para esses resultados estão na redução da área plantada e colhida em 4,0% e 4,6% respectivamente, além de uma área perdida de aproximadamente 65 mil hectares. Para a soja, as estimativas de produção elevam-se em 6,3%, devido à cotação do grão no mercado internacional. Porém, o rendimento físico da lavoura, em agosto de 2003, não se altera em relação à safra 2001/2002. Esse fato decorre da praga conhecida como ferrugem asiática. Já existem estudos e recursos estaduais para o monitoramento e combate da doença – causada pelo fungo *Phakopsora pachyrhizi*. Entre as ações estão a capacitação dos produtores para a identificação da doença e a parceria com instituições como a Secretaria Estadual da Agricultura, EMBRAPA e Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA). Devido a doença, a produção de soja no oeste baiano, que deveria ultrapassar as 2 milhões de toneladas, permanece em torno de 1,6 milhão.

O cacau apresenta produção praticamente estável, com pequena elevação de 0,2% na estimativa de produção no comparativo 2002/2003. A falta de recursos oficiais para a utilização de novas técnicas de plantio – principalmente a clonagem – torna a recuperação da lavoura ainda um problema para o produtor. As estimativas para a cana-de-açúcar são positivas em 1,7%. Deve-se ao aumento do rendimento da lavoura, embora a área plantada tenha sido reduzida em 0,1%. Porém, as perspectivas apontam um aumento na produção nacional de cana. No mercado futuro, as cotações do açúcar recuaram este ano e as expectativas são de preços internacionais mais baixos, em razão de especulações de que o Brasil estaria aumentando

Tabela 1
Estimativas de produção física, área plantada e rendimento
dos principais produtos agrícolas para ano safra 2002/2003 – Bahia

Produtos	Produção física (t)			Área Plantada (ha)			Rendimento (kg/ha)		
	2002 (1)	2003 (2)	Var. %	2002 (1)	2003 (2)	Var. %	2002 (1)	2003 (2)	Var. %
Mandioca	4.088.788	3.960.192	-3,1	345.376	327.604	-5,1	12.571	12.058	-3,8
Cana-de-açúcar	4.447.168	4.520.676	1,7	80.432	80.386	-0,1	55.321	56.269	1,7
Cacau	110.205	110.464	0,2	576.875	576.573	-0,1	225	230	2,2
Café	169.310	160.602	-5,1	153.748	155.705	1,3	1.142	1.052	-7,9
Grãos	2.902.386	3.704.180	27,6	2.432.465	2.584.899	6,26	7.516	8.846	17,7
Algodão	179.971	258.219	43,5	75.264	86.735	15,2	2.391	3.016	26,1
Feijão	374.820	363.908	-2,9	822.031	788.933	-4,0	494	511	3,5
Milho	849.818	1.457.873	71,6	705.564	798.450	13,2	1.657	2.143	29,3
Soja	1.464.000	1.555.500	6,3	800.000	850.000	6,3	1.830	1.830	0,0
Sorgo	33.777	68.680	103,3	29.606	60.781	105,3	1.144	1.346	17,3

Fonte: IBGE – PAM/LSPA/GCEA

(1) Estimativas do GCEA/IBGE safra/2002 (Dados sujeitos a retificação).

(2) Estimativas do GCEA/IBGE agosto/2003 (Dados sujeitos a retificação).



os embarques do produto refinado. O café registra queda de 5,1% nas estimativas de produção e no seu rendimento (-7,9%). Apesar das vendas retraídas, os preços do café apresentam tendência de queda em virtude das perspectivas de clima favorável nas principais regiões produtoras e influenciado pelas baixas cotações no mercado externo.

BALANÇA COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO

Os resultados apresentados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para a balança comercial do agronegócio brasileiro, entre janeiro e agosto, confirmam que o desempenho positivo do campo continua em 2003. Em praticamente todos os produtos observam-se aumentos significativos nas exportações, enquanto as importações apresentam módico crescimento, alavancado principalmente pelas compras de arroz, trigo e algodão. Nesse período, as exportações totalizam US\$ 19,3 bilhões, volume 31% superior ao verificado no mesmo período de 2002. Os principais destinos continuam sendo a União Européia (UE) com participação de cerca de 36% do total exportado em agosto; a Ásia (19%); Estados Unidos e Canadá (14%). Em termos absolutos, as exportações do complexo soja (grão, farelo e óleo) continuam sendo o destaque na balança comercial, com expansão de 73%; o complexo carnes (bovinos, suínos e aves) também tem desempenho positivo, com exportações alcançando US\$ 2,2 bilhões (crescimento de 30,6%). Completam a lista os produtos de papel e celulose e os couros, peles e calçados (BRASIL, 2003). Na Tabela 02 apresentam-se os resultados da balança comercial do agronegócio.

Em termos relativos, ou seja, os produtos que obtiveram maiores taxas de crescimento das exportações, destacam-se, além dos produtos citados, a borracha natural (+445%); o cacau (+78%); leite, laticínios e ovos (+36%); frutas e hortaliças (+29%) e pescados (+27%). Estes dois últimos grupos são responsáveis pelas maiores variações no saldo da balança comercial (expansões de 265% e 140%, respectivamente). Refletem o aumento da demanda internacional por esses produtos e podem significar o dinamismo de áreas como o vale do Rio São Francisco (frutas) e da atividade pesqueira (camarão principalmente) ao longo do litoral brasileiro, particularmente o nordestino.

O desempenho das exportações é explicado pela combinação demanda internacional, câmbio e preços favoráveis. No caso do complexo soja, Kassai (2003 c), aponta que o aumento da oferta com a safra recorde de 52 milhões de toneladas e o preço médio da tonelada em US\$ 219,00 para 2003 – significando um aumento de

aproximadamente 18% em relação a 2002 – são responsáveis pelos resultados verificados para o produto, transformando-se, assim, no que a autora denomina *faceta mais visível do êxito do agronegócio do Brasil*. Para o complexo carnes, os resultados evidenciam o ganho de competitividade da pecuária nacional. Segundo a CONAB (2003), no período janeiro-agosto de 2003 são exportadas 2,2 milhões de toneladas de carnes, contra 1,6 milhão de toneladas em igual período de 2002. Os pecuaristas bovinocultores brasileiros destacam-se ao elevar o país à condição de maior exportador mundial de carne bovina, superando a Austrália – cuja estiagem enfrentada pelos produtores nos primeiros meses de 2003 afetou a produção doméstica – e os Estados Unidos, até então tradicionais líderes exportadores do produto. Contribuem à conjuntura positiva da pecuária bovina a entrada do Brasil nos mercados da China, Rússia e Filipinas, além da Argélia.

Para a avicultura, as exportações alcançam 1,3 milhão de toneladas ou 40% a mais que o observado nos primeiros oito meses de 2002. As demandas de frango da União Européia (UE), Rússia, Japão e Oriente Médio garantem o desempenho. Entretanto, alguns entraves dificultam a comercialização do produto brasileiro no exterior. Os principais são as taxas para o frango salgado, impostas pela UE e o estabelecimento de cotas de importação pela Rússia. Ao elevar o teor mínimo de sal dos cortes de frango de 1,2% em peso para 1,9%, a UE cria uma barreira para os exportadores brasileiros, pois produtos com teor abaixo do mínimo são considerados como cortes congelados, com taxa de importação de 75%, contra 15,4% do corte salgado. As cotas russas podem restringir o potencial exportador brasileiro. Entretanto a competitividade nacional pode atenuar tais cotas, visto que outros países – como os Estados Unidos – não conseguem atender o mercado russo, criando uma vantagem para os produtores brasileiros. Na suinocultura destaca-se o produto congelado, com 308 mil toneladas exportadas no período. Em 2002, esse total atinge pouco mais de 265 mil toneladas (CONAB, 2003). A Rússia é o principal mercado para o suíno nacional, concentrando cerca de 80% das exportações (em 2002). Com as alegações de problemas sanitários nos rebanhos dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e a imposição de cotas de importação – a exemplo da avicultura – o ritmo das importações russas deve arrefecer até o fim do ano.

Com os resultados da balança do agronegócio, o setor passa a responder por cerca de 42% do total das exportações brasileiras, superior em dois pontos percentuais em relação a 2002. No gráfico 01 se tem o comparativo entre a balança comercial brasileira e do agronegócio, onde se percebe o significativo papel dos seus produtos.



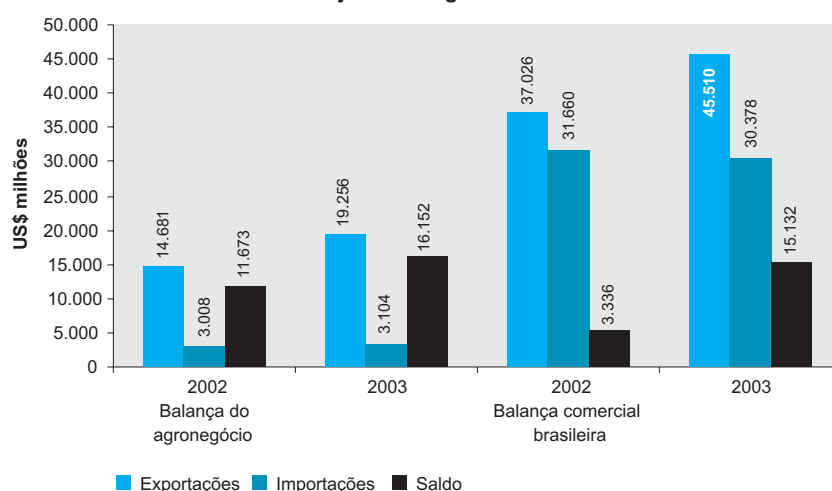
Tabela 2
Balança comercial do agronegócio brasileiro – Evolução dos principais agregados
Comparativo janeiro-agosto 2002/2003 (em US\$ mil)

Produtos	Jan a Ago/2003 (a)			Jan a Ago/2002 (b)			Var. (%) (a/b)		
	Exp.	Imp.	Saldo	Exp.	Imp.	Saldo	Exp.	Imp.	Saldo
Complexo soja	5.435.116	229.447	5.205.669	3.130.359	170.326	2.960.033	73,60	34,70	75,90
Carnes	2.164.137	45.597	2.118.540	1.656.961	61.857	1.595.104	30,60	-26,30	32,80
Papel e celulose	1.860.516	346.685	1.513.831	1.310.941	407.006	903.935	41,90	-14,80	67,54
Couros, peles e calçados	1.610.584	123.741	1.466.843	1.539.675	128.531	1.411.144	4,60	-3,70	5,40
Madeira e suas obras	1.572.877	37.878	1.534.999	1.401.907	31.320	1.370.587	12,20	20,90	12,00
Açúcar e álcool	1.312.126	1.302	1.310.824	1.216.695	576	1.216.119	7,80	126,00	7,80
Café, chá, mate e especiarias	837.991	12.730	825.261	745.198	15.162	730.036	12,50	-16,00	13,00
Fumo e tabaco	812.759	19.666	792.093	730.669	21.585	709.084	11,20	-8,90	11,80
Sucos de frutas	780.545	49.570	730.975	679.026	68.692	610.334	15,00	-27,80	19,80
Algodão e fibras têxteis vegetais	683.684	158.139	525.545	558.795	97.504	461.291	22,30	62,20	13,90
Frutas, hortaliças e preparações	277.100	165.170	111.930	214.161	183.548	30.613	29,40	-10,00	265,60
Pescados	267.465	124.389	143.076	211.321	151.598	59.723	26,60	-17,90	139,60
Cereais, farinhas e preparações	246.473	1.072.732	-826.259	191.813	877.941	-689.128	28,50	22,20	-20,40
Cacau e suas preparações	205.241	117.458	87.783	114.889	69.106	45.783	78,60	70,00	91,70
Leite, laticínios e ovos	58.534	79.244	-20.710	43.045	180.312	-137.267	36,00	-56,10	84,90
Bebidas	29.698	66.102	-35.404	22.290	74.763	-52.473	33,20	-12,90	32,50
Borracha natural	278	92.633	-92.355	51	62.418	-62.367	445,10	48,40	-48,10
Demais produtos	1.100.621	362.274	738.347	913.124	405.811	507.313	20,50	-10,70	45,50
TOTAL GERAL	19.255.745	3.103.757	16.151.988	14.680.920	3.008.056	11.672.964	31,20	3,20	38,40

Fonte: SECEX/MDIC: Análise das Informações de Comércio Exterior - ALICE

Elaboração: SPC/MAPA: série revisada de acordo com a harmonização do conceito de agronegócio do MAPA.

Gráfico 01
Comparativo entre as balanças comercial do agronegócio e brasileira
janeiro a agosto 2002/2003



Fonte: CNA. In Kassai, 2003

CONJUNTURA E PERSPECTIVAS

Para os destaques da produção agrícola nacional e baiana (milho e soja), observam-se alguns aspectos indicadores de reversão, ou pelo menos de arrefecimento, dos resultados positivos nos primeiros meses de 2003. A safra recorde do milho safrinha (safra de inverno ou segunda safra) cria entraves para os produtores brasileiros. Inicialmente tem-se a boa colheita de verão. O

comportamento de importantes compradores do grão, como avicultores e suinocultores, que retardam as aquisições esperando a queda maior dos preços, contribui ao aumento dos estoques. Nesse contexto, aproximam-se as estimativas da produção que ultrapassam os 11 milhões de toneladas do milho no inverno. Essa combinação de oferta elevada e estoques anteriores tem uma consequência bastante sintomática: queda de preços no mercado interno. Outra questão gerada pela super oferta: onde armazenar o milho safrinha? No ano safra anterior, 2001/2002, muitos produtores preferiram plantar soja ao milho, devido sobretudo aos preços internacionais favoráveis à soja. Parte da capacidade

de armazenamento brasileira ocupa-se deste produto criando, dessa forma, o impasse para os produtores de milho (CARDOSO, 2003).

Os impactos sobre a próxima safra começam a aparecer. Analistas prevêem áreas plantadas de milho até 10% menor para setembro, época usual de início do plantio para a colheita no verão. No Paraná já se detecta uma redução na antecipação da compra de insumos agrícolas (fertilizantes e defensivos), o que pode significar a

confirmação das expectativas de queda da produção. A demanda por sementes também registra desaquecimento e mesmo cancelamento de pedidos, a exemplo do relatado por administradores das empresas Monsanto, Pioneer e Syngenta, grandes fornecedores de sementes no Brasil. Algumas ações têm sido implementadas objetivando reverter as quedas dos preços do milho e manter o estímulo à safra 2003/2004. Destacam-se as compras governamentais para o programa Fome Zero, onde a CONAB pratica preços superiores para o produto, especialmente aquele oriundo da agricultura familiar. Outras ações correspondem à liberação de recursos federais específicos para a lavoura, o incentivo às exportações e o apoio à comercialização da produção. Espera-se que as iniciativas contenham a queda dos preços internos, a migração de produtores para a soja e estimulem as próximas safras (PRADA, 2003; GARSCHAGEN, 2003).

Para a soja, as principais questões dizem respeito ao maior acesso do produto brasileiro nos mercados internacionais. Isso por que, tanto em âmbito interno quanto externo, discute-se o impacto que os transgênicos ou organismos geneticamente modificados (OGMs) podem gerar na comercialização do produto. É de amplo conhecimento que significativa parcela da soja brasileira, sobretudo a cultivada na região Sul, são originárias de sementes transgênicas. Os sucessivos impasses entre o Ministério da Agricultura e Ministério do Meio Ambiente – inclusive sob o aspecto legal – a respeito da liberação ou não do plantio e comercialização da safra 2002/2003 e 2003/2004 são reveladores de que a questão ainda não está resolvida no país, demandando maiores discussões nos foros especializados. Um fator acelerador das decisões pode estar na atual legislação de rotulagem para transgênicos da União Européia. A partir de julho de 2003, todos os produtos com mais de 0,9% de transgênicos devem trazer esta informação nos rótulos. A medida desde já deflagra a procura por testes de detecção e certificação, objetivando a manter o importante mercado para o principal produto agrícola brasileiro. A China, maior importadora mundial de soja, também deve incentivar a solução rápida da questão, confirmando-se a nova legislação de segurança alimentar do país, mais rigorosa em relação aos OGMs (KASSAI, 2003 a; CLUBE, 2003).

O café obtém resultado positivo – apesar das quedas registradas para a Bahia – sobretudo devido às exportações. O total exportado no semestre alcança US\$ 541 milhões, aproximadamente 30% superior em relação ao mesmo período de 2002. Os resultados consolidam o Brasil com a maior participação no comércio mundial de café, 33%, ante a posição de 31% registrada em 2001/2002. Embora

existam perspectivas de redução de safra, os valores são conseguidos através da utilização dos estoques pelos exportadores. As cifras são significativas quando se observa a tendência de queda dos preços no primeiro semestre de 2003 e de movimentação do câmbio, lançando a indagação sobre o desempenho em relação às receitas dos produtores (FRANCO, 2003; SCARAMUZZO, 2003; OLIVEIRA, 2003, KASSAI, 2003 b). Segundo o Instituto de Economia Agrícola de São Paulo (IEA-SP, 2003), mesmo com esses aspectos atuando negativamente sobre os preços, estes apresentam percentuais acumulados de crescimento nos últimos 12 meses: de 36% para o café arábica (Bolsa Mercantil e de Futuros) e de 29% para o café robusta/conillon (Bolsa de Londres).

Para a agricultura da Bahia, a nova perspectiva está na produção de trigo. A lavoura, típica de climas temperados, encontra na Chapada Diamantina ambiente favorável ao plantio. A primeira safra está sendo colhida nos municípios de Ibicoara e Mucugê. Em caráter experimental e basicamente plantado como rotação de culturas – portanto com pouca representatividade para o total da agricultura baiana, cerca de 500 ha de trigo são cultivados a partir de sementes selecionadas, considerando-se as condições de solo e temperaturas da Chapada. As previsões indicam a superação da produtividade nacional, aproximadamente 4 mil kg/ha, obtendo-se nos municípios baianos cerca de 5 mil kg/ha. A assistência é conduzida por técnicos da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) em conjunto com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). As vendas do grão já estão asseguradas, fechando o ciclo de comercialização dessa experiência produtiva (FIGUEIREDO, 2003). Consolidado o sucesso da cultura em solos baianos, abre-se uma nova linha para o agronegócio, associando-se aos tradicionais grãos do oeste, ao cacau do sul e produtos do semi-árido.

Para a pecuária brasileira, a conjuntura também se relaciona ao maior acesso do produto nos mercados internacionais. A pecuária bovina, por exemplo, tem que se adaptar às normas da UE que somente efetuará compras de animais rastreados. O prazo para vigência dessas normas está fixado em 1º de janeiro de 2005. A rastreabilidade permite que se identifiquem a origem e todas as ocorrências sanitárias, de manejo e de alimentação dos animais. Os custos de implantação do sistema por animal são elevados, suscitando pedidos das autoridades brasileiras para que o sistema seja implantado por propriedades e não por animais. A rastreabilidade, nos moldes *propostos* pela UE, deve ampliar as ações do Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina (SISBOV). Também desponta como preocupação o recente foco de



febre aftosa descoberto na Argentina, levando as autoridades sanitárias brasileiras a impedirem a importação de animais daquele país como medida para redução dos riscos de contaminação dos rebanhos nacionais (SOARES, 2003). Para os avicultores, a declaração que oito estados (São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) estão livres da doença de *Newcastle* – uma espécie de gripe avícola – deve incrementar as exportações do produto. As perspectivas para esses segmentos confirmam que os mercados externos continuam como os elementos dinamizadores da agropecuária nacional, com as oscilações sendo decorrentes da conjuntura de demanda e de preços internacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São constantes os resultados positivos de produção e produtividade para a agricultura brasileira para o ano safra 2002/2003. As safras recordes de grãos confirmam essas informações. Na Bahia, o cenário é semelhante, apresentam-se estimativas positivas de produção, bem como estimativas de crescimento para o rendimento físico das lavouras para a maioria das culturas, destacando-se as lavouras de soja, milho e algodão no oeste do estado. Produtos tradicionais da agricultura baiana, como o cacau, o café e a cana-de-açúcar, apresentam um modesto crescimento na produção física. Some-se à nova perspectiva de produção, representada pelo trigo na Chapada Diamantina.

O comércio externo de produtos agrícolas brasileiros continua apresentando saldos positivos e significativos quando comparados aos resultados globais da balança comercial brasileira. As exportações de grãos, carne bovina e frangos aos mercados clássicos (UE e Rússia), e a abertura de novos mercados no sudoeste asiático e Oriente Médio, incrementam as atividades no país.

Alguns aspectos podem alterar esse contexto, como os efeitos sobre os preços internos e armazenagem dos

produtos no caso das lavouras ou a imposição de cotas de importação e barreiras tarifárias e não tarifárias, no caso das carnes. Ainda assim, a agricultura é o segmento econômico que apresenta os melhores índices de desempenho na economia brasileira.

Referências

- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <www.agricultura.gov.br>. Acesso em: 30 set. 2003.
- CARDOSO, Cíntia. Colheita recorde de safrinha de milho ajuda a derrubar os preços. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 08 jul. 2003. p. B-10.
- CLUBE do Fazendeiro. Disponível em: <www.clubedofazendeiro.com.br>. Acesso em: 19 ago. 2003.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. Disponível em: <www.cna.org.br>. Acesso em: 30 set. 2003.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Disponível em: <www.conab.gov.br>. Acesso em: 30 set. 2003.
- FIGUEIREDO, Álvaro. Trigo amplia o agronegócio na Bahia. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 24 jul. 2003. p. B-11.
- FRANCO, Luciana. Exportações de café crescem 30% para US\$ 541 milhões. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 11 jul. 2003. p. B-10.
- GARSCHAGEN, Sérgio. Compras de insumos no Paraná indicam queda na área plantada e produção. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 15 jul. 2003. p. B-16.
- INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA DE SÃO PAULO. Disponível em: <www.iea.sp.gov.br>. Acesso em: 19 ago. 2003.
- KASSAI, Lucia. Cresce procura por testes para soja. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 17 jul. 2003. p. B-10 (a).
- _____. Colheita de café avança e atinge 61% das lavouras do País. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 15 jul. 2003. p. B-12 (b).
- _____. Balança agrícola atinge novo recorde. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 20 set. 2003. p. B-10 (c).
- OLIVEIRA, Jota. Café: redução de safra encontra mercado abastecido. Sociedade Rural Brasileira, 10 jul. 2003. Disponível em: <www.srb.org.br>. Acesso em: 19 ago. 2003.
- PRADA, Amanda. Agricultores cancelam pedidos de sementes. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 18 jul. 2003. p. B-12.
- SCARAMUZZO, Mônica. Receita com embarque de café sobre 30% no semestre. *Valor econômico*, 13 jul. 2003. p. B-10.
- SOARES, Paulo. Suspensa importação de carne bovina da Argentina. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 09 set. 2003. p. B-10.

* Alynson dos Santos Rocha e
** Fabiana K. Pacheco dos Santos



DESEMPENHO ECONÔMICO da BAHIA



O desempenho da produção industrial, no acumulado do ano de 2003, foi positivo, enquanto que o volume de vendas do varejo ainda mantém recuo na trajetória. Os baixos rendimentos reais e as ainda elevadas taxas de juros continuam atuando como fatores que restringem o consumo. Diante da conjuntura adversa, em Salvador, o IMEC apresenta variação negativa no acumulado do ano (-1,0%), em julho. Por outro lado, tem-se como fator de estímulo à produção, os resultados significativos das exportações.

A produção da indústria baiana de transformação, segundo a PIM-IBGE, registrou, no acumulado do ano, taxa positiva de 2,6% em relação ao mesmo período de 2002. O desempenho da indústria química (4,1%) foi determinante na formação da taxa da indústria de transformação. Por outro lado, influenciaram negativamente os resultados dos gêneros de produtos de matérias plásticas (-25,6), bebidas (-18,7%), minerais não-metálicos (-5,4%), metalúrgica (-0,5%) e borracha (-10,1%).

No comércio varejista, de acordo com a PMC-IBGE, a variação no volume das vendas do varejo, no acumulado do ano em 2003, apresentou taxa negativa de 7,9%. Todos os segmentos do varejo registraram taxa negativa no período; destacam-se o decréscimo nas vendas físicas de tecidos, vestuário e calçados (-9,5%) e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-9,6%). Já as vendas de veículos, motos e peças acumulam acréscimo de 5,2% no ano, mantendo comportamento favorável.

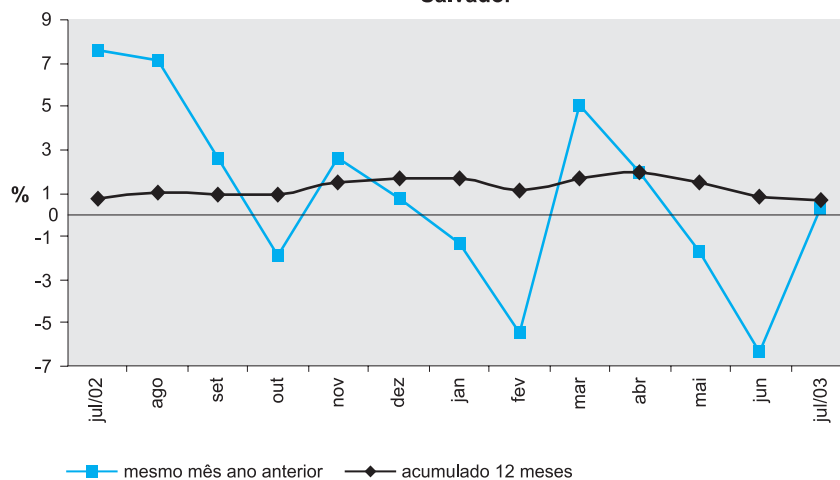
No comércio exterior, o ano de 2003 mantém desempenho bastante satisfatório. Segundo SECEX-MDIC, no período compreendido entre janeiro e agosto de 2003, as exportações cresceram 47,4% e as importações recuaram 6,5%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Com esse resultado, a balança comercial encerrou o período com saldo acumulado de US\$ 876,5 milhões.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI), para Salvador, que registrou inflação de 0,5% em agosto, obteve variação de 1,1% em setembro de 2003. Nesse mesmo mês de 2002, o IPC-SEI teve alta de 0,94%. No período de janeiro a setembro, Salvador já apresenta alta nos preços de 9,4%. Entre os grupos que possuem taxa abaixo da inflação geral nos nove meses de 2003, tem-se: vestuário (2,3%), Alimentação e bebidas (8,8%) e Habitação e encargos (8,9%).

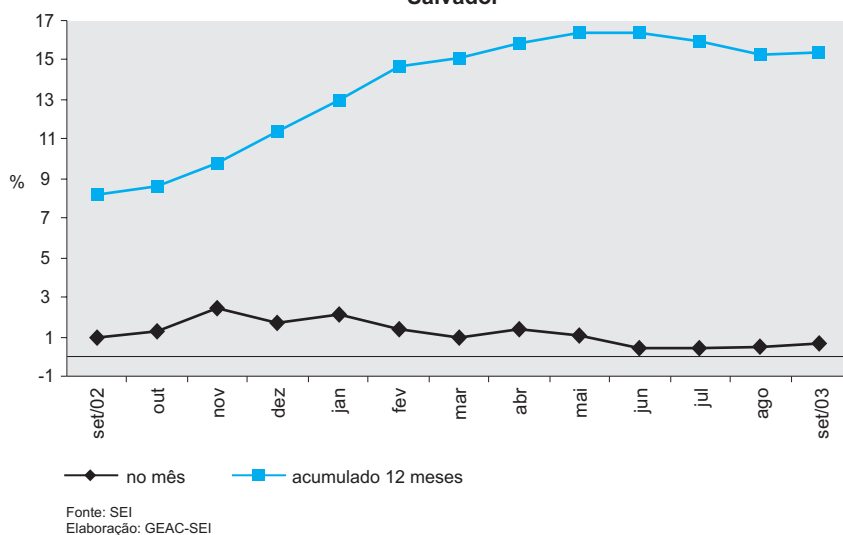
Com relação ao mercado de trabalho, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (SEI/DIEESE/SEADE), a taxa de desemprego total na RMS (28,8%), em agosto de 2003, caiu 0,1 ponto percentual em relação a julho de 2003 (28,9%). No que se refere à taxa de desemprego aberto, caiu de 17,8%, em julho, para 17,3%, em agosto. No mesmo período, observou-se aumento da taxa de participação: de 62,2% para 62,5%. O número de ocupados cresceu 0,9% (de 1.177 para 1.188 pessoas) e o incremento observado na PEA foi de, apenas, 0,2%.

O Indicador de Movimentação Econômica de Salvador (IMEC-SSA), que indica a tendência da atividade econômica do município, mostra que o mês de julho de 2003, em comparação com o mês de julho de 2002, apresenta acréscimo de 0,1%. No acumulado dos últimos 12 meses, o resultado apresenta-se com taxa positiva de 0,4%. Esses resultados indicam estabilidade na trajetória do nível de atividade de Salvador.

Índice de Movimentação Econômica - IMEC
Salvador



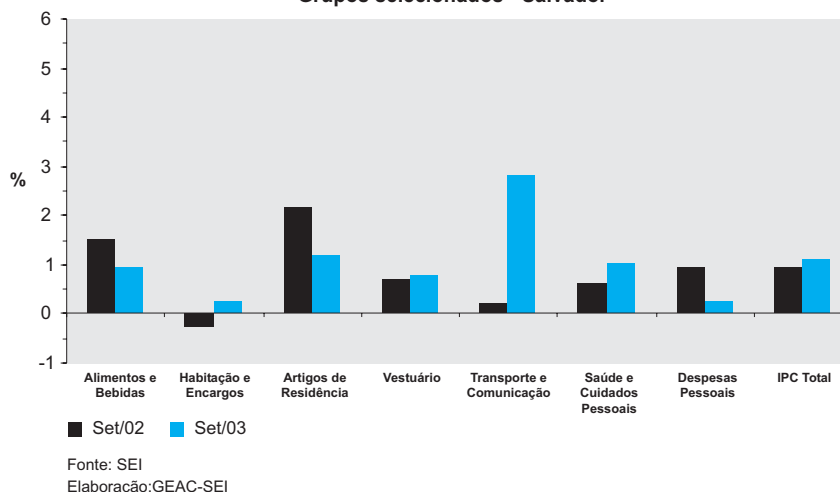
Taxa de variação do IPC-SEI
Salvador



O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) – divulgado pela SEI – registrou, em setembro, incremento de 1,1% nos preços. Nos últimos 12 meses, o resultado ficou em 15,3%, superior aos 12 meses anteriores (15,1%, até agosto), indicando alta dos preços em Salvador. Os grupos 'transporte e comunicação' (22,0%) e 'alimentos e bebidas' (17,7%) foram os que mais pressionaram a inflação nos últimos 12 meses.

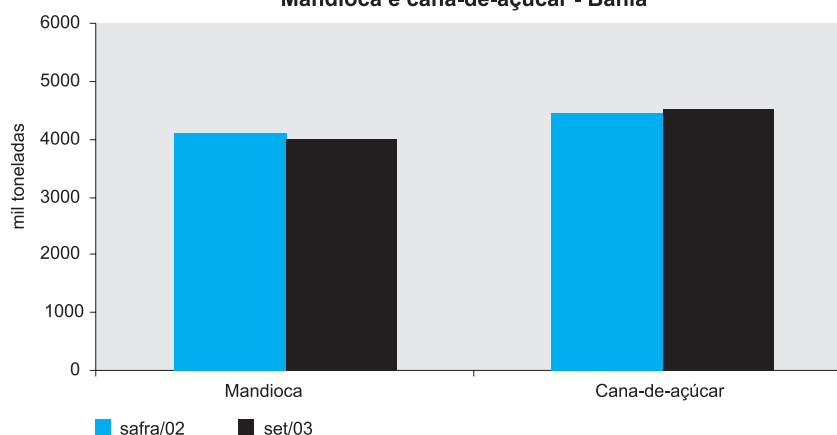
Os grupos 'transporte e comunicação' e 'artigos de residência' obtiveram os maiores aumentos entre todos os grupos durante o mês de setembro, com elevação dos preços de 2,8% e 1,2%, respectivamente. O item 'ônibus urbano' teve alta de 15,4% e o de 'móveis e utensílios' 1,9%. As menores altas ficaram por conta dos grupos 'despesas pessoais' e 'habitação e encargos' com elevação de 0,26% e 0,27% respectivamente.

Taxa de variação do IPC-SEI
Grupos selecionados - Salvador



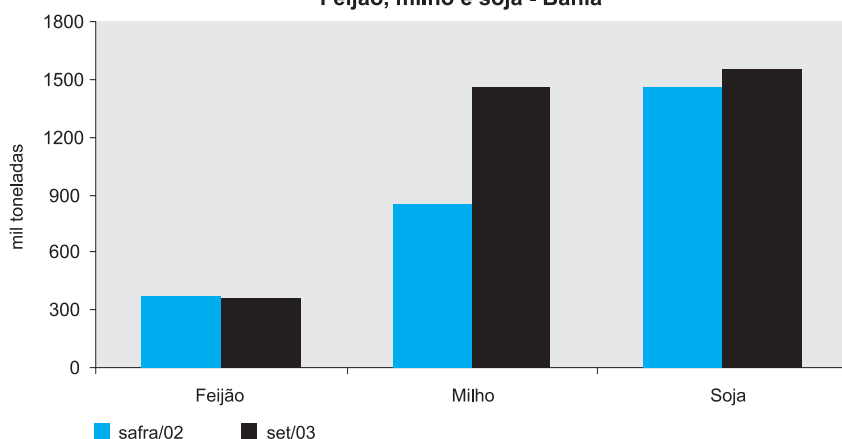
De acordo com a estimativa do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE) de setembro, ocorre, em 2003, uma queda na produção de mandioca de 2,2% em relação à safra 2002, consequência da queda no seu rendimento (-4,0%) e da área plantada (-2,6%). A produção de cana-de-açúcar obteve um pequeno aumento de 1,7%, nas estimativas, que se deve às vantagens de comercialização interna, porém, aponta um cenário de queda dos preços internacionais.

**Estimativa da produção agrícola
Mandioca e cana-de-açúcar - Bahia**



Fonte: LSPA/IBGE
Elaboração: GEAC-SEI

**Estimativa da produção agrícola
Feijão, milho e soja - Bahia**

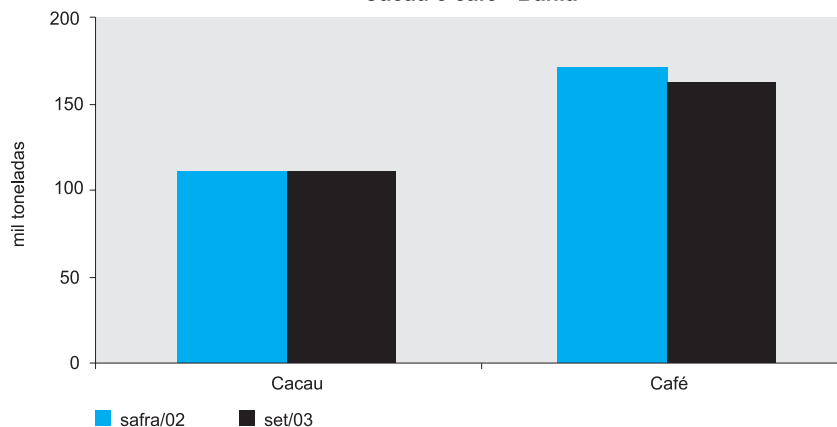


Fonte: LSPA/IBGE
Elaboração: GEAC-SEI

Para a produção de feijão, as estimativas registram uma variação negativa de 2,7% na safra 2003, em relação à safra 2002, impulsionada pela queda de 3,6% na área plantada. A produção de soja obteve aumento de 6,3%, apresentando tendência de alta no preço internacional, em função da seca que atinge os principais produtores mundiais desse grão. A cultura do milho registrou aumento de 71,5%, resultado da elevação dos preços no mercado interno.

A estimativa para o cacau, em setembro de 2003, na comparação com a safra 2002, aponta modesto aumento de 0,9%, com variação positiva no seu rendimento em 2,2%, devido à modernização de técnicas de plantio por parte de alguns produtores. Para a safra do café, as estimativas registram uma redução de 4,7%, além de uma queda no seu rendimento em 7,9% para o mesmo período, decorrente dos baixos preços no mercado interno e externo, somado aos altos custos de produção.

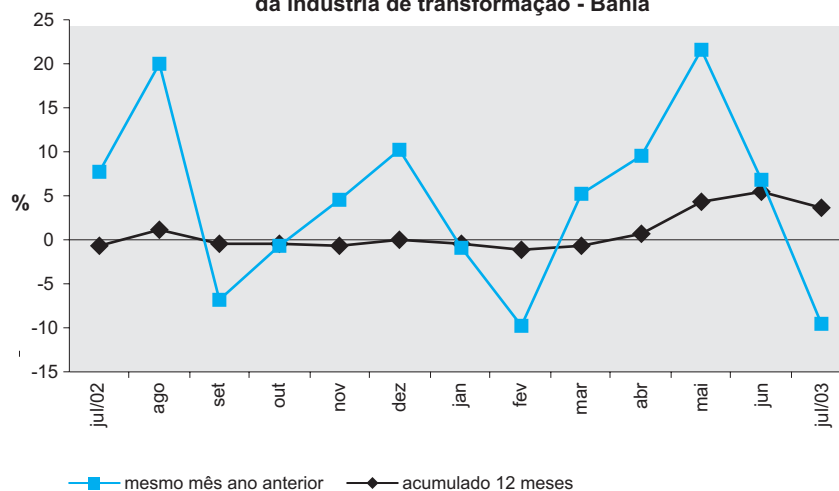
**Estimativa da produção agrícola
Cacau e café - Bahia**



Fonte: LSPA/IBGE
Elaboração: GEAC-SEI

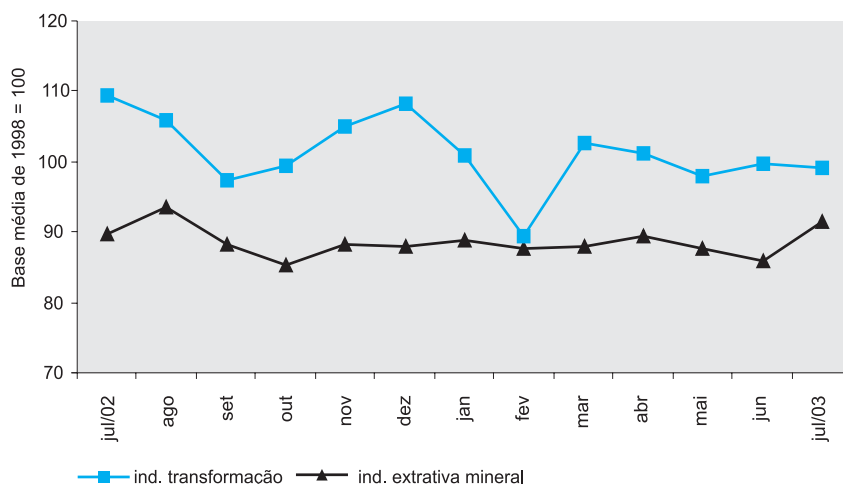
A Pesquisa Industrial Mensal elaborada pelo IBGE mostra que, em julho, a produção industrial do setor baiano de transformação registrou decréscimo no ritmo de atividade. Em relação a julho de 2002 (que tinha registrado crescimento significativo, de 7,8%), o decréscimo foi de 9,6%. Com este resultado, a taxa nos últimos 12 meses acumula 3,7%, revertendo a trajetória de crescimento apresentada em abril, maio e junho.

Taxa de variação da produção física da indústria de transformação - Bahia



Fonte: IBGE
Elaboração: GEAC-SEI

Índice de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral* - Bahia

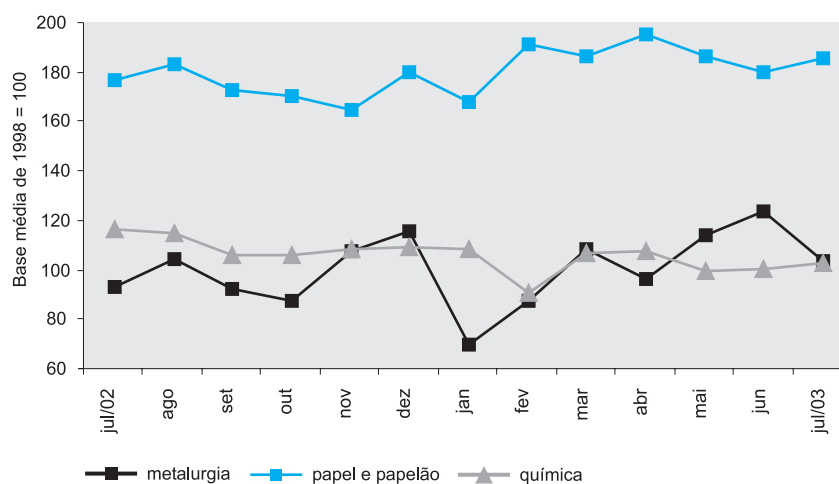


Fonte: IBGE
Elaboração: GEAC-SEI
* Série dessazonalizada

A série livre de influências sazonais da produção física da indústria de transformação, em julho, mostrou decréscimo de 0,3%, com relação ao mês de junho. Assim, a trajetória recente da produção industrial revela que o setor de transformação encontra-se numa situação de estabilidade determinada, sobretudo pela dinâmica do segmento químico. O setor extrativo mineral obteve acréscimo de 6,4% no mesmo período de comparação.

Os dados ajustados sazonalmente, por segmento de atividade da indústria de transformação, indicam decréscimo significativo para a indústria metalúrgica (-16,5%) entre junho e julho; crescimento de 3,1% para o setor de papel e papelão; e de 2,8% para a indústria química. No mês anterior a este, o resultado havia sido de expansão para o setor metalúrgico, revertendo assim a trajetória de crescimento.

Índices de produção física dos principais gêneros da indústria de transformação - Bahia
Série dessazonalizada

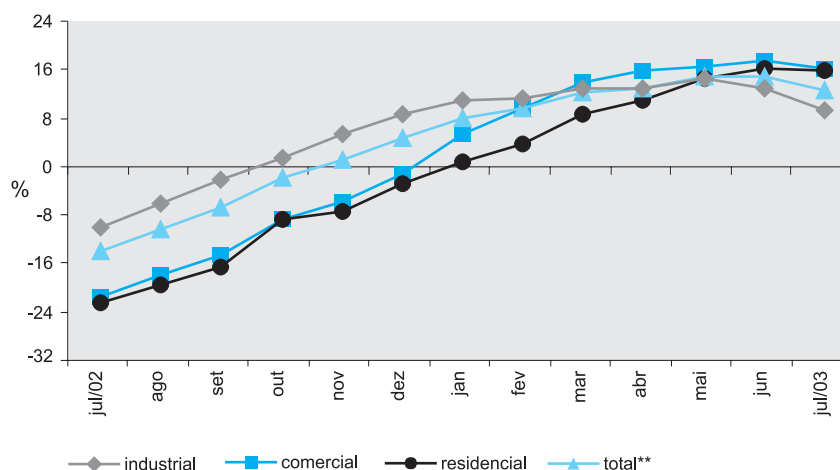


Fonte: IBGE
Elaboração: GEAC-SEI



O consumo total baiano de energia elétrica apresenta, em julho de 2003, uma taxa de 12,4%, no acumulado dos últimos doze meses. Esta taxa, entretanto, caiu em relação ao mês anterior (14,8%), devido a queda registrada em todas as classes de consumo, sobretudo a industrial, que registrou a taxa de consumo de 9,3% no acumulado dos últimos 12 meses. Comparado com igual período do ano passado, o segmento apresentou queda no consumo de 6,4%.

Taxa de variação do consumo de energia elétrica*
Bahia



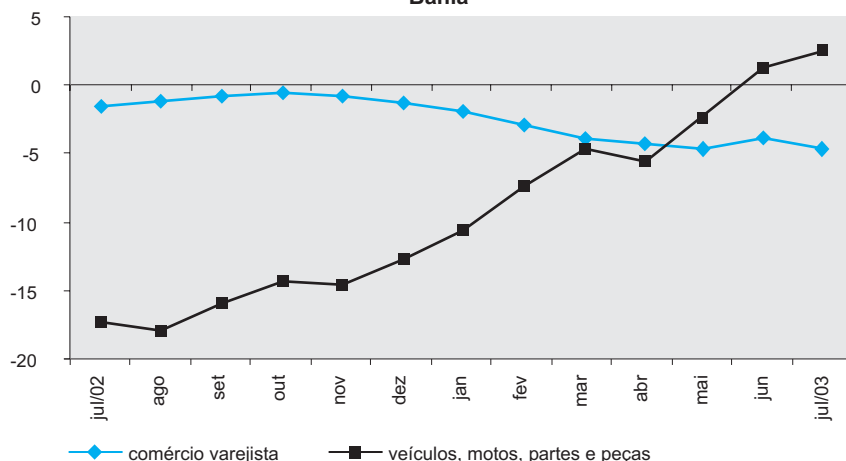
Fonte: COELBA/CO/CTM

Elaboração: GEAC/SEI

* Acumulado nos últimos 12 meses

** Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. Pública + S. Público + Concessionária
O consumo industrial corresponde a COELBA, CHESF e COPENE.

Taxa de variação de volume de vendas no varejo*
Bahia



Fonte: PMC-IBGE

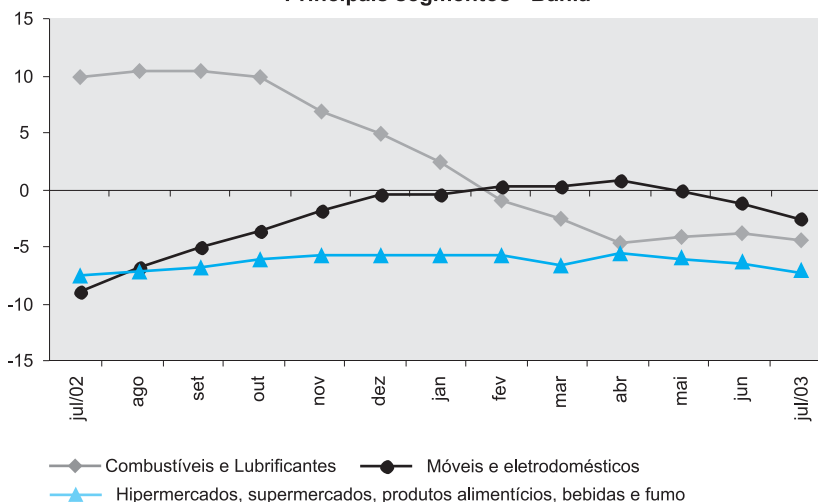
Elaboração: GEAC/SEI

* Acumulado nos últimos 12 meses

Segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (IBGE), em julho, o volume de vendas do comércio varejista apresentou retração de 4,4% comparado com julho de 2002. No acumulado dos últimos 12 meses, as vendas físicas mantiveram a taxa negativa em 5,3%. As vendas do segmento de veículos, motos e peças registraram acréscimo de 17,6% em relação ao mês de julho de 2002, acumulando variação positiva, de 2,5% nos últimos 12 meses.

Os segmentos de 'hipermercados e supermercados, produtos alimentícios' (-11,9%) e 'tecidos, vestuários e calçados' (-12,0%) foram os que mais contribuíram para o baixo volume de vendas do varejo em julho de 2003. O primeiro segmento já acumula recuo de 7,0% nos últimos 12 meses, comparado ao mesmo período do ano passado. Todos os segmentos do varejo acumulam queda no período.

Taxa de variação do volume de vendas no varejo*
Principais segmentos - Bahia



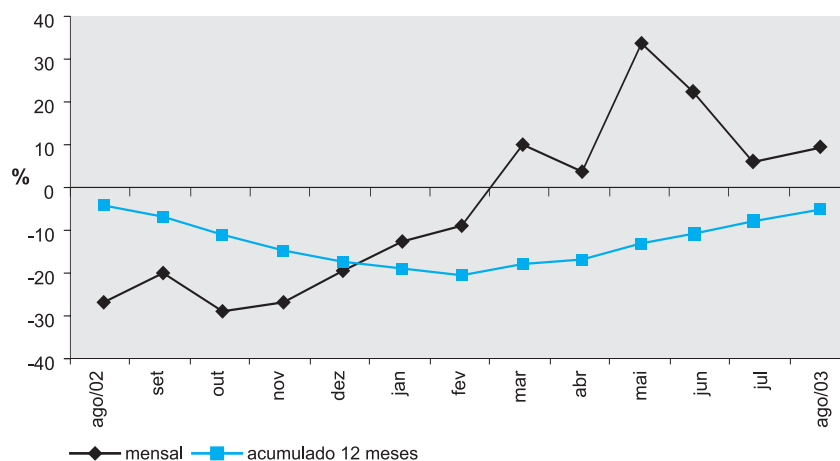
Fonte: PMC-IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

* Acumulado nos últimos 12 meses

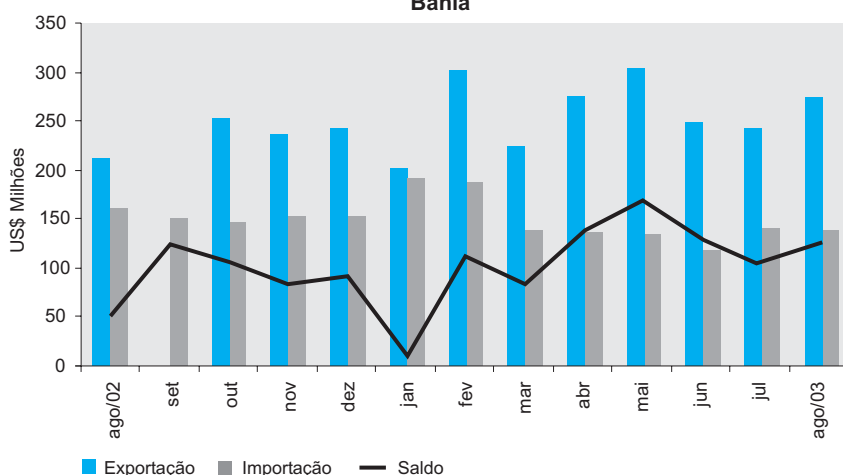
A inadimplência, medida pelo total de cheques sem fundos, mantém crescimento em 2003. Na Bahia, em agosto, observa-se acréscimo de 9,0% no total de cheques sem fundos, comparado ao mesmo mês do ano de 2002. Em julho, esse resultado foi de 6,4%. No acumulado dos últimos 12 meses, a variação até agosto foi de -4,9%. Em julho, o resultado foi de -7,9%, indicando forte reversão na trajetória de queda.

Quantidade de cheques sem fundos
Bahia



Fonte: Bacen
Elaboração: GEAC-SEI

Balança comercial
Bahia

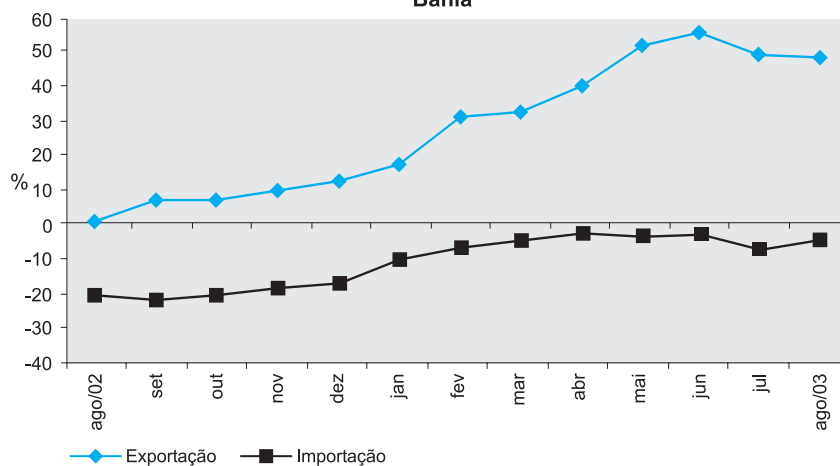


Fonte: SECEX
Elaboração: GEAC-SEI

A balança comercial da Bahia registrou, em agosto, um superávit de US\$ 130,4 milhões, resultado do aumento das exportações que alcançou US\$ 274,1 milhões (29,5% superior em relação a agosto de 2002) e da redução das importações que chegou a US\$ 143,6 (-10,6%). Esse desempenho ocorreu devido às elevadas vendas externas de óleo combustível, óleo bruto de petróleo e automóveis, além do acréscimo de produtos químicos e petroquímicos e cacau.

Quanto aos resultados do acumulado nos últimos doze meses, o desempenho do comércio exterior baiano, até agosto, indica que as exportações registraram alta de 48,4% enquanto que as importações têm reduzido a queda, alcançando recuo de 7,8% (-8,8%, em julho). As importações foram, principalmente, compras de nafta, cacau bruto, trigo e óleo bruto de petróleo.

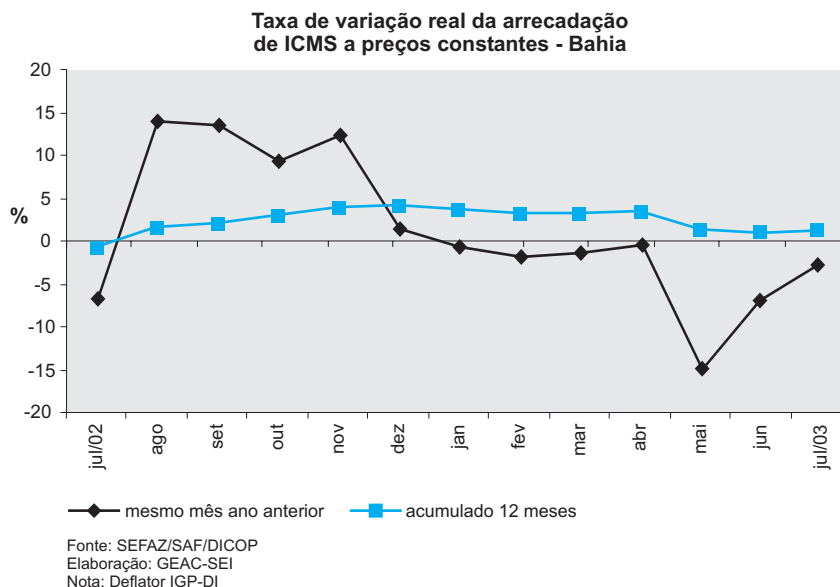
Taxa de variação da balança comercial*
Bahia



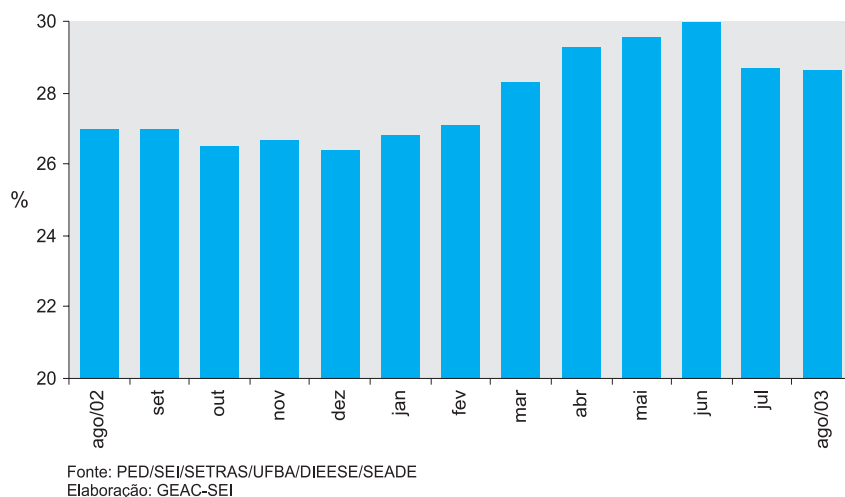
Fonte: SECEX
Elaboração: GEAC-SEI
* Acumulado nos últimos 12 meses



A arrecadação de ICMS, em julho de 2003, da ordem de R\$ 463,91 milhões, ficou 2,5% abaixo daquela de igual mês do ano anterior e, no acumulado dos últimos 12 meses, 1,2% acima da realizada nos 12 meses imediatamente anteriores (em valores reais). Em junho, a arrecadação de ICMS acumulava um incremento de 0,8%, indicando a trajetória de recuperação na receita estadual, ainda que lenta.

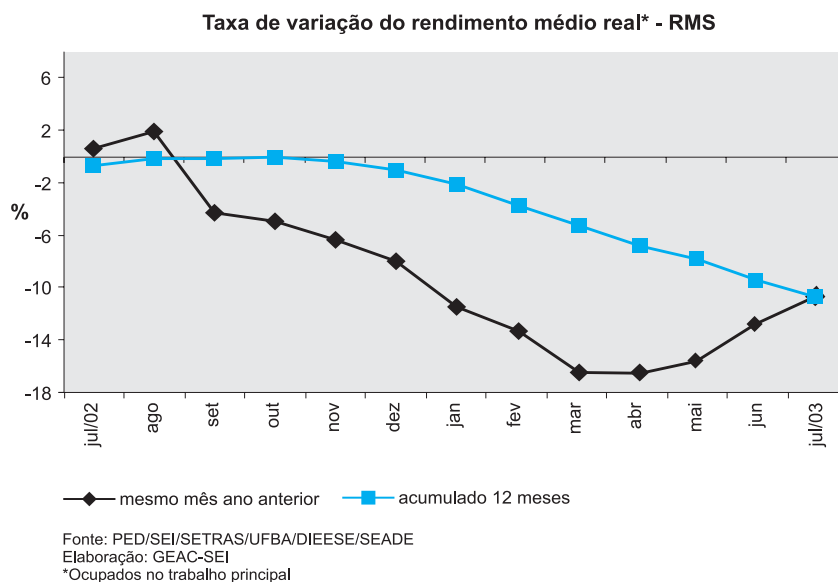


Taxa de desemprego total - RMS



A taxa de desemprego total na RMS, medida pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), registrou variação de 28,8% em agosto. Essa taxa está abaixo da registrada no mês de julho (28,9%) e acima da de agosto de 2002 (27,1%). Desde dezembro, a taxa de desemprego apresentava uma trajetória de crescimento, até o recuo ocorrido em julho e agosto. No período de janeiro a agosto deste ano, a taxa média de desemprego é de 28,6%.

Segundo dados da PED, o rendimento médio real dos ocupados na RMS, referente ao mês de julho, apresentou redução de 9,8% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Em junho de 2003, essa taxa foi de -13,3%. No acumulado dos últimos 12 meses, a curva manteve a tendência de queda, intensificada a partir de novembro de 2002, registrando taxa negativa de 9,9% até julho, comparada ao mesmo período do ano anterior.



O fracasso de Cancun e a fronteira da hegemonia: o caminho das negociações impactando nas contas externas brasileiras¹

ISAURA F. GOTTSCHALL DE ALMEIDA*
VÍTOR ARAÚJO FILGUEIRAS**

Como já era esperado, a quinta Reunião Ministerial da OMC (Organização Mundial do Comércio), entidade que regula as transações de bens e serviços entre 148 países, realizada em Cancun entre os dias 10 e 14 de setembro, resultou em completo fracasso. O evento, que faz parte da chamada Rodada de Doha², não trouxe qualquer avanço relevante para a abertura do comércio internacional por indisposição generalizada dos participantes. Os resultados foram tão medíocres que será necessário um encontro extra, no mês de dezembro, a fim de definir uma solução para a chamada Cláusula da Paz, que estabeleceu o compromisso de não se questionar, na organização, medidas que distorçam preços e oferta de produtos agrícolas até o final deste ano. Se o acordo não for reeditado, uma grande quantidade de processos contra os subsídios dos países desenvolvidos devem ser encaminhados à OMC assim que 2004 começar.

Os encontros preliminares realizados nos últimos meses já delineavam a provável improdutividade da Reunião. O ponto crítico das discórdias se encontrou, mais uma vez, como ocorre desde a Rodada do Uruguai (1986-1993), quando o comércio mundial ainda era regulado pelo GATT, na resistência dos países ricos em abdicar dos subsídios aos produtores rurais locais e das barreiras à entrada de gêneros agrícolas estrangeiros. O texto encaminhado pelo presidente do conselho geral da OMC, o uruguaio Carlos Perez Del Castillo, para servir de parâmetro na reunião, foi baseado em um documento conjunto elaborado em agosto por EUA e UE com propostas para a agricultura, fortemente contestado pelos países em desenvolvimento. A partir disso, ao longo do evento, pouco progresso houve relativamente ao tema. Contudo, o estopim que determinou o fim das negociações

ocorreu durante reunião, acerca de áreas de interesse das nações desenvolvidas, como a regulação de concorrências públicas, investimentos internacionais e desburocratização alfandegária. Os países pobres, em represália às propostas tímidas na área agrícola, se rebelaram e inviabilizaram qualquer acerto sobre esses tópicos, conhecidos como Temas de Cingapura (uma alusão ao local onde esses temas foram inicialmente propostos, em 1996, na Primeira Reunião Ministerial da OMC).

Apesar de muitas vezes não ser fielmente seguida na prática, a tese da necessidade da liberalização econômica internacional é incontestada na retórica de todos os países membros da OMC. A defesa do livre comércio é, inclusive, a razão primordial da instituição. Quem ingressa na organização sabe que estará submetido a um punhado crescente de regras tendentes à redução da intervenção estatal na produção de bens e serviços, que valerá para todos os participantes. Essa premissa de igualdade de condições entre nações é altamente prejudicial para os países pobres, pelo próprio fato deles, obviamente, não serem similares às nações ricas. Suas economias, por determinações históricas diversas, têm forças produtivas menos desenvolvidas que as grandes potências capitalistas. A concorrência direta com elas resulta em derrota certa, exceção feita a algumas mercadorias, principalmente agrícolas, que possuem baixo padrão tecnológico.

Mesmo que seja correto que os acordos bilaterais tendem a facilitar a manifestação da supremacia dos interesses dos países ricos sobre os demais (BRASIL, p.A10, 2003), não é menos verdade que as negociações no âmbito da OMC também impõem, aos países pobres, margem de manobra bastante reduzida.

Não é objetivo da organização, sob nenhuma hipótese³, práticas reparadoras, compensatórias para os países não-desenvolvidos, que pudessem diminuir as discrepâncias relativamente aos ricos. Pior, os acordos estabelecidos tendem sempre a diminuir a capacidade dos Estados mais fracos de promover políticas de desenvolvimento. A estrutura de relação de poder econômico é dada, esquecendo-se os processos que a constituíram, sendo plenamente aceita a idéia de que a oferta de semelhantes regras de comércio entre as nações é suficiente para o



progresso generalizado. Esse pressuposto traz uma contradição em si, pois o processo de concorrência caminha na direção da eliminação ou subjugo dos mais fracos.

Assim sendo, a participação na OMC, para os países não-desenvolvidos, engendra a manutenção de sua condição subordinada na economia mundial. Mesmo que os empecilhos às vendas agrícolas dos países subdesenvolvidos fossem totalmente eliminados, como os pobres pleiteiam desesperadamente⁴, a formatação da hegemonia do comércio mundial não seria alterada, tendo em vista a baixa tecnologia e valor agregado presente nas *commodities*.

Mesmo sem levar em conta o poder político superior das potências capitalistas, estas se impõem em qualquer negociação de liberalização de comércio pelo critério da eficiência econômica.

Para as potências econômicas, a problemática reside, hoje como nos tempos de Ricardo –em uma analogia um pouco grosseira –, no fato de que, apesar das atividades rurais não representarem percentual significativo de suas produções, existem classes politicamente bem representadas que lutam pela manutenção da proteção estatal relativa aos seus empreendimentos.

Os obstáculos para modificar a legislação nos EUA e na UE se referem à necessidade de aprovação dos parlamentos, que por sua vez sofrem pressões do setor. Os interesses desses grupos são defendidos mesmo que haja prejuízo líquido para a economia de seu próprio país. É o que a teoria de comércio internacional denomina “integração comercial com desvio de comércio” (KRUGMAN; OBSTFELD, 2001, p.253). Acontece quando o estabelecimento de acordos preferenciais de comércio (por exemplo, a criação de uma área de livre comércio ou de uma união aduaneira) entre países (com eliminação de tarifas para o movimento de mercadorias entre os membros), cuja competitividade na indústria em questão não é a melhor do mercado, o que contradiz uma opção pautada nas vantagens comparativas. O desvio de comércio é evidente no caso da integração européia e causa perdas para o resto do mundo, na medida em que restringe as exportações para o bloco e interfere nos preços internacionais dos produtos subsidiados, deprimindo-os “artificialmente”.

Calcula-se que os subsídios concedidos pelos norte-americanos para o algodão diminuem o preço do produto no mercado internacional em até 20%. No Japão, o auxílio do Estado aos produtores de arroz é oito vezes superior ao preço de custo. Todo ano, cerca de US\$ 300 bilhões são gastos em proteções agrícolas por UE, EUA

e Japão (WOLFENSOHN, p. A9). Ceder nas barreiras agrícolas engendraria um grande descontentamento em certos segmentos sociais dos países ricos.

Depois do fracasso da Reunião de Cancun, essa política de preservação das benesses oferecidas aos produtores locais deve se manifestar mais claramente nos EUA, pois haverá eleições presidenciais em 2004 e Bush tem como importante base de apoio os fazendeiros dos estados rurais. A probabilidade dele desagradar esses grupos é nula, tornando a posição norte-americana ainda menos flexível nas próximas negociações (EUA. Caderno Dinheiro, p. B7, 2003).

Por outro lado, a abdicação das barreiras por parte das grandes potências facilitaria muito a abertura de novos mercados nos países pobres, como nas concorrências públicas, prestação de serviços, etc. Além disso, seria possível realocar os recursos das atividades rurais para setores mais dinâmicos, alargando ainda mais a distância entre suas forças produtivas e a dos países capitalistas retardatários: em um caso extremo, mais do que aprofundando a atual Divisão Internacional do Trabalho, mas reeditando a antiga (do século XIX e início do XX), onde as potências capitalistas produziam mercadorias industrializadas e os países atrasados e colônias serviam como fornecedores de matérias-primas e gêneros agrícolas. Apesar da conjuntura trazer um governo norte-americano irredutível, os EUA sempre se mostraram mais propensos a adotar esse caminho, haja vista sua posição tradicionalmente favorável – mesmo antes da criação da OMC – a reduzir tarifas e subsídios, condicionando apenas que o mesmo seja feito pela Europa (ROSSI, p. B3).⁵

Destarte, fica explícito que duas possibilidades, no âmbito da OMC, se apresentam aos países ricos, podendo também se constituir soluções intermediárias, dependendo do grau de hegemonia que estes consigam impor ao resto das nações: optar pelo *trade-off* entre novos mercados em contrapartida às barreiras protetoras do setor rural local, ou impor aos países pobres novas concessões para o capital internacional sem nenhuma compensação, no chamado “liberalismo de mão única”, expressão do Assessor da Presidência para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia (FALEIROS; BITTAR, p. A9).

Isso não é uma mera escolha objetiva para os países desenvolvidos, mas um caminho condicionado pelo ajuste da correlação de forças entre nações pobres e ricas. Do mesmo modo, influenciarão nos resultados as disputadas desenvolvidas no interior de cada nação, entre classes interessadas na liberalização comercial e grupos



demandantes de proteção estatal. Nas últimas três décadas, no decorrer do processo de globalização, vem imperando o “liberalismo de mão única”, com a agricultura sendo a área produtiva que gozou das menores aberturas comerciais. Durante a Rodada do Uruguai isso ficou bastante explícito. Enquanto eram definidas regras para as patentes e quedas de tarifas de produtos industrializados, nenhum avanço ocorreu no setor primário, sendo proteladas as decisões sobre o tema (O IMPASSE, p.A2, 2003). A reunião de Cancun, por seu turno, mostrou que a docilidade dos países pobres está se reduzindo.

A aliança realizada entre países não-desenvolvidos, previamente ao início da Reunião, alguns deles com considerável peso no sistema de relações internacionais (caso da China, Índia, Brasil e África do Sul)⁶, pôde funcionar efetivamente como redutor do limite hegemônico das grandes potências. A intenção era apresentar em bloco propostas para a agricultura, conseguindo, assim, maior poder de barganha. Logo antes do evento, as grandes potências já se mobilizavam buscando desestabilizar o G20-Plus, como se denominou o grupo. Além de declarações desconfiadas de dirigentes dos países ricos, o próprio presidente norte-americano telefonou para líderes de nações do grupo, incluindo Lula, a fim de demovê-los dos seus propósitos (TEIXEIRA, p. A9).

Como já foi mencionado, durante o evento, depois de terem inviabilizado avanços significativos na área agrícola, EUA e UE tentaram impor a negociação de temas de seu interesse – os já citados Temas de Cingapura. Isso demonstrou que a estratégia adotada pelos países ricos continua sendo impor o “liberalismo de mão única” sobre os não-desenvolvidos.

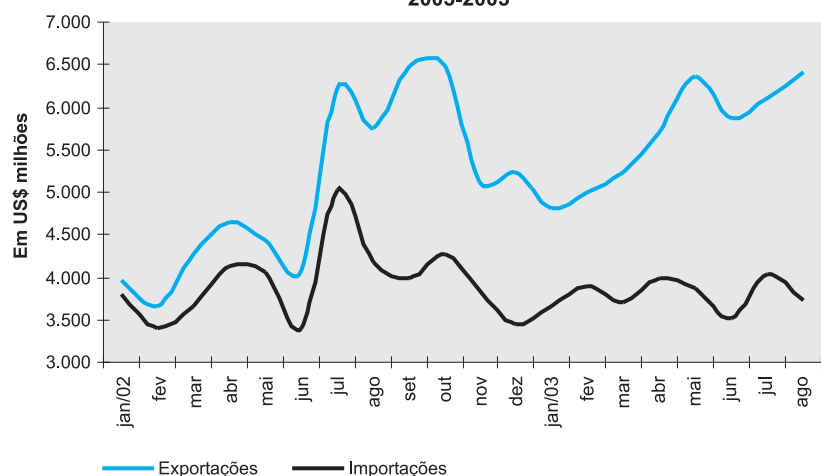
O colapso da Reunião de Cancun mostrou que é factível introduzir certo grau de enfrentamento e, não sendo possível vislumbrar a possibilidade da equiparação de forças, ao menos gozar um pouco mais das condições dadas na inserção subordinada na economia mundial. Segundo estimativa do Banco Mundial, o fim do protecionismo dos países ricos tiraria da pobreza 144 milhões de pessoas, até 2015, nas nações não-desenvolvidas (WOLFENSOHN, p. A9). Estimativas dão conta de que, reduzindo-se o protecionismo somente no setor agrícola, seriam alcançados cerca

de 65% dos ganhos oriundos de uma completa liberalização do comércio mundial.

O Brasil perde, anualmente, cerca de US\$ 6 bilhões por não poder vender gêneros agrícolas às nações ricas “protegidas” e, também, por competir internacionalmente com produtos subsidiados exportados por tais nações. A ferocidade do país em negociar tal liberalização se explica no fato de que, mesmo com as restrições em vigor, 47% das exportações brasileiras correspondem ao agronegócio. Além disso, o maior impulso do crescimento atual do valor exportado encontra-se neste setor. O IFPRI (Instituto de Pesquisa sobre Política Mundial de Alimentação) calculou que, com a queda do protecionismo dos países industrializados em relação aos produtos rurais, o Brasil teria a renda do campo aumentada em US\$ 2,258 bilhões e o incremento líquido de seu comércio agrícola chegaria a US\$ 4,262 bilhões (ROSSI, p. B4).

A importância do setor, no Brasil, se expressa nos quase 30% do PIB, respondendo o agronegócio por mais de 100% do saldo comercial brasileiro – o que implica a cobertura do déficit de outros setores –, além de figurar a única fonte de dinamismo da economia, na atual conjuntura interna de estagnação. Em valores acumulados até a quarta semana de setembro, a balança comercial já registra um superávit de US\$ 17,5 bilhões, fruto de dois movimentos: crescimento de 21,9% das exportações e redução de 1,5% das importações.

Gráfico 1
Balança Comercial Brasileira
2003-2003*



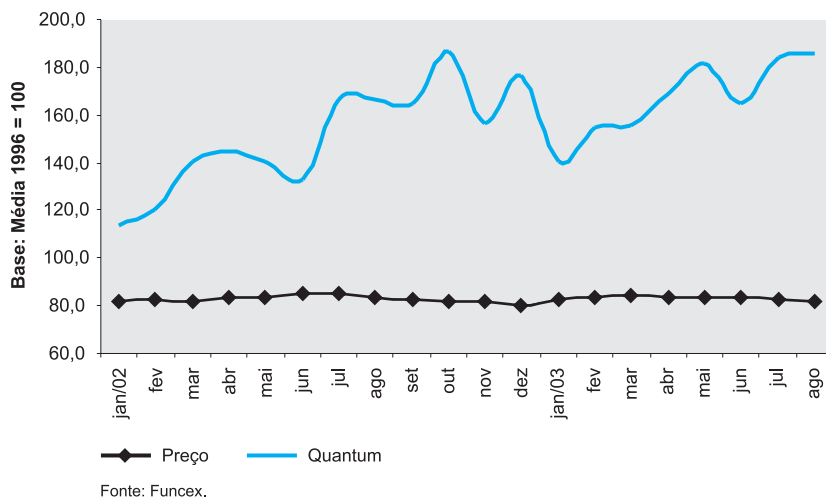
Fonte: Banco Central, MDIC.

*dado parcial de setembro (até a 4ª semana, 20 dias úteis).

A recuperação dos preços (4,1%) continua contribuindo com o bom desempenho das exportações brasileiras. Somente a categoria de manufaturados não experimentou aumento de preços no dado acumulado até agosto. Em compensação,



Gráfico 2
Índices Mensais de Preço e Quantum da Exportação de Manufaturados
Brasil – 2002-2003



considerando o volume, todas as categorias tiveram crescimento significativo (acima de 15%), destacando-se os básicos cujo *quantum* foi acrescido em 24%. Convém destacar que a retomada do fôlego dos manufaturados é um aspecto essencial para a sustentabilidade dos saldos.

O aumento das vendas para mercados não tradicionais se confirma: as vendas para a China cresceram, até agosto, 137%, levando o país a participar com 6,5% da pauta brasileira de exportações, quase a mesma participação do Mercosul (7%). A Índia também tem aumentado suas compras em 40%. Para o total das exportações, UE e EUA ainda mantêm crescimento (20% e 12%, respectivamente), mas considerando a balança comercial do agronegócio, a UE registra uma involução de 6,4% no que respeita à compra de produtos brasileiros⁷.

As importações, por sua vez, só não tiveram uma queda mais acentuada em função do acréscimo dos preços (7,5%), visto que o *quantum* deprimiu-se 10,6%. Os bens de capital continuam liderando essa queda, acompanhados pelas demais categorias de uso, com exceção dos bens intermediários, que se mantiveram praticamente estáveis. A elevação do índice de preços foi fortemente influenciada pelo movimento ascendente do preço dos combustíveis.

Com a leve redução no pagamento de juros e envio de lucros e dividendos ao exterior, compilados ao decréscimo do

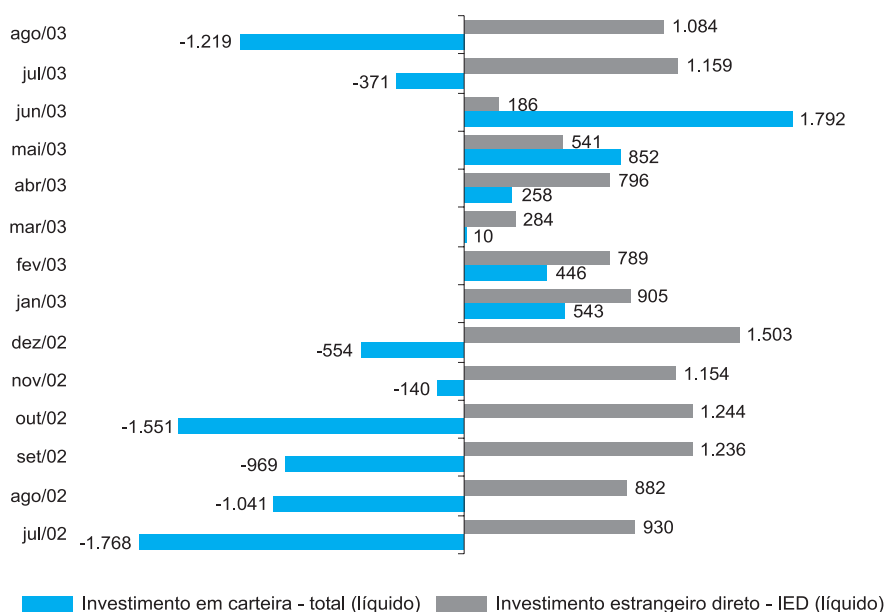
déficit em serviços (a conta de viagens internacionais ainda acumula um resultado positivo), a rubrica Serviços e Rendas registrou queda de 6% em seu saldo negativo (US\$ 14,5 bilhões de jan-ago/03). Considerando-se a contribuição das Transferências Unilaterais, as Transações Correntes persistem num superávit que já alcança US\$ 2,5 bilhões e, no acumulado de 12 meses, corresponde a 0,78% do PIB.

Como se sabe, o envio de recursos ao exterior não compreende apenas o comércio de mercadorias e serviços e o pagamento de rendas. As amortizações são responsáveis por boa parte da

demanda de dólares no país. De janeiro a agosto, US\$ 18 bilhões foram remetidos sob a forma de amortizações de médio e longo prazos (11% a menos que no mesmo período do ano passado), referentes a *Bônus*, *Notes e Commercial papers*, Crédito de fornecedores e Empréstimos.

Se, de um lado, as necessidades de financiamento se reduziram, no que concerne às fontes, o movimento foi semelhante. A Conta Financeira registrou entrada líquida de US\$ 8,2 bilhões no acumulado de jan-ago (uma queda de 17,8%). Para tal, contribuiu fortemente a retração de 46% do Investimento Estrangeiro Direto líquido, apesar da melhora no desempenho dos últimos dois meses (julho e agosto).

Gráfico 3
Ingressos de Investimentos Estrangeiros (US\$ milhões)
Brasil – 2002-2003



Como se pode notar, o resultado dos IEDs contrasta com a sensível melhora no saldo dos Investimentos em Carteira - IECs, saindo de patamares negativos, em 2002, para US\$ 2,3 bilhões positivos até agosto de 2003. Explica-se tamanho aumento pela variação no volume de Títulos de Renda Fixa negociados no exterior. Observa-se o aumento das captações de longo, médio e curto prazos, enquanto que o investimento em Ações continua em queda.

Tabela 1
Investimentos Estrangeiros em Carteira (US\$ em milhões)
Brasil – 2002-2003

	2002	2003
Ações	1471	1031
Títulos de Renda Fixa	-3078	598
Negociados no exterior	-2779	1148
Bônus	2360	-118
Notes e commercial papers	-4384	-93
Títulos de curto prazo	-755	1358

Fonte: Banco Central.

Outra fonte de divisas foi o penúltimo desembolso do FMI, referente ao acordo firmado em 2002. A cifra de US\$ 4,2 bilhões ajudou a elevar as reservas brutas, conceito de liquidez internacional, para US\$ 52,7 bilhões (posição em 25/09/03). A decisão acerca da possível renovação do acordo com o Fundo deve definir, em certa medida, os rumos da política macroeconômica brasileira. Sem a renovação, o Brasil pode, por exemplo, dispor como quiser das reservas provenientes do Fundo sem restrições⁸. Durante a vigência do acordo, o manejo dos recursos depositados nas reservas do país implica consultas à instituição, sem falar nas metas de superávit primário, de inflação, de piso das reservas líquidas, entre outras determinações.

O que faz com que essas limitações continuem sendo impostas ao país é, sobretudo, o temor de uma nova crise cambial, a qual torne imprescindível a ajuda do Fundo para fechar as contas externas. Se tal necessidade se fará premente ou não, depende da estabilização dos influxos financeiros em patamares mais “seguros”, bem como da continuidade dos bons resultados da balança comercial. O objetivo de reduzir a necessidade de financiamento externo e, conseqüentemente, a vulnerabilidade externa, portanto, passa pelo esforço exportador e está estreitamente ligado à liberalização do comércio de gêneros agrícolas.

É nesse contexto que cresce a importância do fortalecimento dos elos entre os países não-desenvolvidos, única forma de limitar o poder das nações ricas nas negociações de comércio internacional.

O futuro dirá qual a fronteira da hegemonia político-econômica dos países precursores do capitalismo.

Notas

¹ Texto apresentado na reunião do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC), em 24/09/03.

² A Rodada de Doha – ou Rodada do Desenvolvimento – foi iniciada em novembro de 2001 e tem fim previsto para 2004, numa reunião em Hong Kong. O objetivo central é eliminar todas as barreiras que inibem o comércio internacional.

³ Políticas de desenvolvimento e auxílio aos países pobres ficam a cargo, no plano internacional, da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento), entidade esvaziada pelas grandes potências.

⁴ Torna-se piegas o choro dos países não-desenvolvidos contra a incoerência dos ricos, que defendem seus produtores mesmo tendo constantemente pregado as virtudes do livre-comércio. É notório que os países precursores no modo de produção capitalista sempre defenderam a liberalização econômica quando lhes foi conveniente. A própria ideologia da livre-economia surge em momento essencial para a nascente industrialização inglesa.

⁵ Se for apenas “jogo de cena” dos norte-americanos, ao menos vale a máxima de que “A hipocrisia é o tributo que o vício rende à virtude” (Leon Trotsky, in: Como fizemos a Revolução).

⁶ Juntos, eles representam mais de metade da população e da produção agrícola mundial (MANCINI *et al.*: EUA e UE tentam rachar grupo de países emergentes. *Gazeta Mercantil*, p. A9, 12 set. 2003).

⁷ Dado relativo à comparação jul/03 e jul/02, fornecido pelo Departamento de Comercialização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A categoria do agronegócio abarca segmentos além do agrícola, sendo, portanto, mais ampla que este.

⁸ As reservas brutas citadas acima incluem os recursos provenientes do FMI. Subtraindo-os, o país dispõe de apenas US\$ 17 bilhões (as chamadas reservas líquidas).

Referências

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Indicadores Econômicos Consolidados e Séries Temporais*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 26 set. 2003.
- BANCO MUNDIAL. Disponível em: <www.worldbank.org>. Acesso em: 20 set. 2003.
- BRASIL deve dar prioridade ao fortalecimento da OMC. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 17 set. 2003. p. A10.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). *Secretaria de Produção e Comercialização (SPC)*. Disponível em: <www.agricultura.gov.br/spc>. Acesso em: 18 set. 2003.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Indicadores e Estatísticas*. Disponível em: <www.mdic.gov.br>. Acesso em: 29 set. 2003.
- EUA prometem endurecer o jogo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 set. 2003. Caderno Dinheiro. p. B7.
- FALEIROS, G.; BITTAR, R. Fracasso ajuda UE – Mercosul e dificulta a Alca. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 16 set. 2003. p. A9.
- FUNDAÇÃO CENTRO DE ESTUDO DO COMÉRCIO EXTERIOR. *Base de dados*. Disponível em: <www.funcex.com.br>. Acesso em: 27 set. 2003.



KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. *Economia Internacional: teoria e política*. 5. ed. São Paulo: Makron Books, 2001.

O IMPASSE de Cancun. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 set. 2003. Caderno Brasil. p. A2. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 19 set. 2003.

ROSSI, Clóvis. EUA rejeitam texto proposto pelo Brasil. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 de set. 2003. Caderno Dinheiro. p. B4.

_____. A fúria dos ricos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 18 de set. 2003. Caderno Brasil. p. A2.

_____. EUA já falam em liberação agrícola maior “pós-Cancun”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 de set. 2003. Caderno Dinheiro. p. B3.

TEIXEIRA, G. Bush telefona a Lula para falar de Cancun. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 09 de set. 2003. p. A9.

WOLFENSHON, J. O que está em jogo em Cancun? Rio de Janeiro: *Valor Econômico*, 9 set. 2003. p. A9.

** Isaura F. Gottschall de Almeida e Vítor Araújo Filgueiras são estudantes de Economia (FCE / UFBA) e bolsistas do NEC. O texto foi produzido com colaboração e orientação de Celeste Maria Philigret Baptista, professora da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE/ UFBA) e coordenadora do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC) e de Paulo Balanco, professor da FCE/UFBA e integrante do NEC.*



O trabalhador e os rendimentos decrescentes

No século XIX, David Ricardo, importante economista clássico, apresentou ao mundo capitalista a “Lei férrea dos salários”, segundo a qual são inúteis as tentativas de aumentar o ganho real dos trabalhadores porque os salários permanecerão, forçosamente, próximos ao nível de subsistência, resumindo assim as doutrinas do livre mercado. Ele considerava que se o trabalhador morresse de fome seria o fim do capitalismo, porque este só funcionava a partir do capital e do trabalhador. Dessa forma, o salário deveria ser suficiente para o trabalhador comprar comida e alimentar-se de forma a continuar a produção necessária para o desenvolvimento do sistema capitalista.

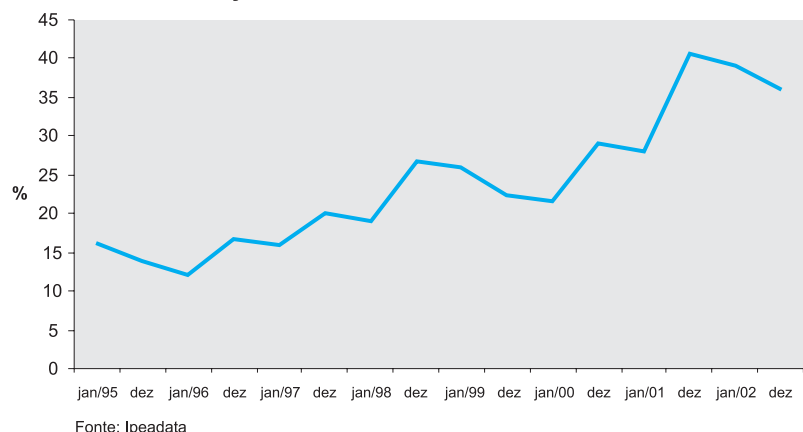
Dois séculos depois, o trabalhador vê-se numa angustiante luta para manter a sua sobrevivência, e uma lei dos rendimentos decrescentes, às avessas, volta-se para o trabalhador que, mais-valias à parte, encontra-se cada vez mais impossibilitado de arcar com a difícil missão de alimentar a si próprio e à sua família, haja vista a queda crescente do seu poder aquisitivo.

Dessa forma, o presente artigo pretende apresentar a evolução da perda de poder aquisitivo do rendimento do trabalhador, a partir dos dados de rendimento médio da Pesquisa Mensal de Emprego/IBGE, do salário mínimo real calculado pelo IPEA, do IPC – Índice de Preços ao Consumidor, calculado pela SEI e do custo da cesta básica. Assim, pretende-se identificar até que ponto o trabalhador foi penalizado com os processos de ajustes econômicos ocorridos entre 1994 e 2002 e uma possível confirmação da “Lei férrea” de Ricardo.

Pelo Gráfico 1 é possível verificar, através da evolução do Salário Mínimo Real, que o poder aquisitivo dos brasileiros foi bastante atingido desde o primeiro ano após a implantação do Real até o período mais recente. Na comparação dos vários anos, verificam-se perdas significativas, sobretudo em 1995, 1999 e 2002.

O período compreendido entre 1995 e 2002 foi marcado por oscilações no rendimento do trabalhador, sendo o ano de 1999 o de maior perda. Se, por um lado, as classes mais baixas foram sacrificadas pela perda de poder aquisitivo, considerando-se a evolução do salário mínimo

Gráfico 1
Evolução do Salário Mínimo Real-Brasil, 1995-2002

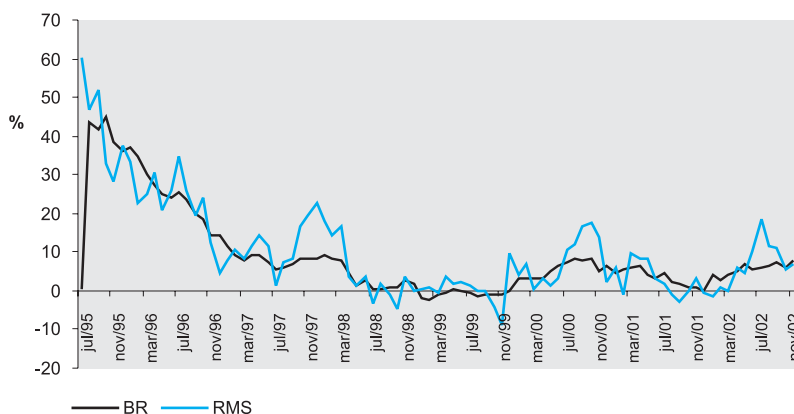


real, por outro, as demais classes de trabalhadores também sofreram grandes perdas, considerando-se a variação do rendimento médio real efetivamente recebido (Gráfico 2).

De acordo com os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME)¹ do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o rendimento médio dos trabalhadores sofreu impactos significativos em 1999 pela pressão inflacionária e pela crise da economia brasileira verificada naquele ano. Em fevereiro/99 o rendimento médio sofreu uma queda de 2,51% e, o Índice Nacional de Preço ao Consumidor - INPC/IBGE, utilizado para comparação e base na correção dos salários, registrou variação de 3,05% no acumulado em doze meses, até fevereiro/99. Entre dezembro/98 e julho/99 o rendimento médio acumulou decréscimo de 10,9% e o INPC alcançou 4,63% nesse período; no último semestre de 1999 esse resultado foi de -12,2%, contra um INPC de 3,62%.



Gráfico 2
Varição¹ do Rendimento Médio Real-Brasil efetivamente recebido pelas pessoas ocupadas de 15 anos ou mais



Fonte: PME/IBGE, antiga metodologia

Nota: (1) Em relação ao mesmo mês do ano anterior

Para a Região Metropolitana de Salvador os resultados seguiram a tendência nacional apontada pela PME. O rendimento médio apresentou variação tímida de 1,68% no primeiro semestre de 1999 e, apesar disso, registrou queda de 8,6% em novembro/99.

Essa perda de poder aquisitivo tem sido uma constante para os trabalhadores dentro do sistema capitalista e mais veementemente nas últimas décadas no Brasil. Para dar embasamento a essa afirmativa, busca-se estudar o período de implantação do Plano Real, por tratar-se de um plano que trouxe novos ares de esperança aos trabalhadores brasileiros.

No primeiro ano do Real, o combate à inflação foi eficaz, reduzindo-se de 40% a 50% ao mês, para a ordem dos 30% ao ano. O PIB teve crescimento expressivo de 5,7% em 1994. A crise do México, em dezembro de 1994, entretanto, prenunciou um período de desaceleração, a partir da elevação da taxa de juros, além de outras medidas visando a limitar as compras a prazo. Como não poderia deixar de ser, houve quedas nos volumes de vendas no comércio.

O ano posterior foi caracterizado por momentos de altos e baixos na economia brasileira. A euforia do consumo desencadeada após o Plano Real, em decorrência do crescimento das atividades produtivas, foi acompanhada por uma fase de desaceleração econômica. Após a sua deflagração, a política de combate à inflação apoiada na sobrevalorização cambial foi abalada, levando à implantação de taxas de juros cada vez mais elevadas, fase que se prolonga de abril de 1995 a março de 1996.

Uma nova inflexão no ritmo das atividades, a partir de Julho de 97 inaugurou mais um momento recessivo. Com a crise asiática, o governo elevou mais uma vez as taxas de juros e decretou novo ajuste fiscal.

O agravamento da instabilidade dos mercados financeiros internacionais, além da crise da Rússia levaram a nova elevação da taxa de juros, concessão de facilidades tributárias para o capital estrangeiro, visando conter a “fuga de dólares” – e um novo pacote fiscal, com cortes de despesas e principalmente elevação dos impostos (FILGUEIRAS, 2000, p. 139).

Segundo Filgueiras, em novembro de 1998, o governo comprometeu-se com o FMI em manter a desvalorização gradativa do real, prosseguir com a abertura comercial, acelerar as privatizações, etc.

Além de impor controles às saídas de capital e ajuste fiscal para três anos (99/01), assumindo metas com relação à obtenção de superávits primários fiscais e ao pagamento de juros. A partir desses acordos estabelecidos pelo Governo, o Plano Real, que no primeiro momento causou euforia na população brasileira, mostrou a sua fragilidade.

No ano de 1999 houve a repercussão das medidas adotadas nos anos anteriores. Como reflexo da tentativa para cumprir as regras estabelecidas no acordo com o FMI, o país, no último ano do século XX, apresentou um grau acentuado de concentração de renda e um elevado nível de desemprego que, associado ao processo inflacionário, caracteriza um momento de estagnação.

O desempenho da economia brasileira, no ano 2000, foi melhor que no ano anterior, devido à manutenção do fluxo de capitais internacionais. No entanto, a fragilização financeira do setor público e a dependência do Brasil aos fluxos de capitais internacionais vêm questionar a abertura da economia, principalmente no que tange à competitividade das empresas brasileiras.

O cenário macroeconômico favoreceu a queda no rendimento dos trabalhadores, haja vista que a fase posterior ao primeiro momento de execução do Plano Real foi marcada por uma elevação inédita do desemprego no país. A estagnação, ao elevar os níveis de endividamento das famílias e das empresas, reverteu a evolução dos rendimentos, contribuindo para a adoção de uma maior cautela por parte dos bancos na concessão de empréstimos.

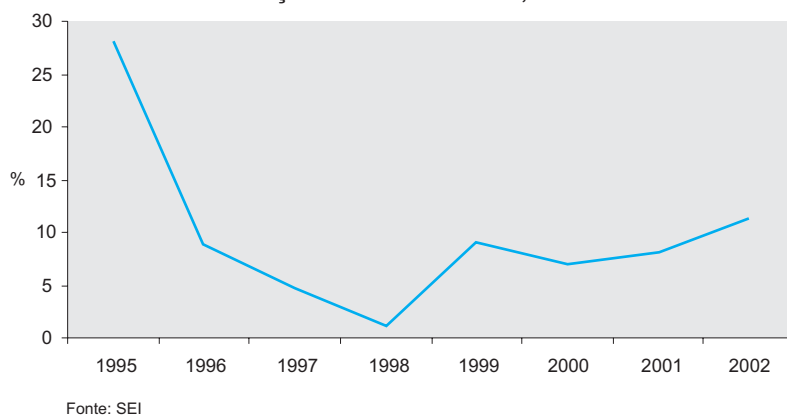
Assim observa-se que, apesar da fase de expansão econômica caracterizada pela queda abrupta da inflação e o ritmo acelerado de crescimento das atividades produtivas compreendidos entre julho de 1994 a março de 1995, os anos seguintes foram marcados por um

processo de pauperização da classe trabalhadora. A alternância entre momentos recessivos, onde a elevação das taxas de juros foi o principal fator de desaceleração econômica, e estagnacionista, que combina estagnação com altos índices de inflação, provocaram turbulência na vida do brasileiro.

Através do IPC, indicador que mede a variação dos preços para o consumidor com base nos gastos efetuados, pode-se abstrair o nível de comprometimento salarial do trabalhador. O estudo do comportamento desse índice nos últimos anos permite identificar quais os grupos que mais contribuíram para os persistentes processos inflacionários.

No período de 1995 a 2002, analisando o comportamento do IPC/SEI (no Gráfico 3) – indicador que mede a variação de preços para o consumidor de Salvador e que inclui as famílias com rendimentos situados entre 1 a 40 salários mínimos, observa-se que esse índice caiu ininterruptamente até o ano de 1998, onde a adoção de medidas contracionistas, em decorrência da crise na Ásia, provocou crises generalizadas no sistema econômico.

Gráfico 3
Evolução do IPC/SEI Salvador, 1995/2002



O uso de políticas macroeconômicas de controle do nível da demanda agregada ao promover a restrição do ritmo de atividade acarretou uma desintegração da estrutura produtiva. Com juros elevados e a demanda reprimida, os estoques foram elevados, dificultando o investidor repassar os custos para as mercadorias, uma vez que a demanda não respondia a queda nos preços. Nos anos posteriores a 1998, a trajetória de queda do IPC foi modificada, entretanto, a elevação verificada não alcançou o patamar anterior a 1995.

De acordo com a Tabela 3, o custo médio anual com a ração essencial mínima se elevou. Em Salvador, esse custo, no ano de 2002, chegou a representar R\$ 99,56 da ração essencial mínima para a sobrevivência do trabalhador. Em nível de participação, o comprometimento do salário

Tabela 3
Custo médio anual da ração essencial mínima
Salvador – 1995/2002

Ano	Custo Médio Anual (R\$)	Var. %
1995	75,24	
1996	76,41	1,56
1997	74,90	-1,98
1998	77,01	2,82
1999	79,87	3,71
2000	84,18	5,40
2001	89,41	6,21
2002	99,56	11,35

Fonte: SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.
(1) Esta Ração foi determinada através de Decreto Lei Federal n. 399 de 30/04/1938

mínimo com a cesta básica ultrapassou a 50%. A exibição de uma variação de 11,35% reflete que a renda auferida pelo trabalhador vem se restringindo ao atendimento das necessidades de sobrevivência (Tabela 4).

Analisando os dados do IPC/SEI, que é composto por sete grupos, obtém-se o grau de comprometimento da cesta básica do trabalhador baiano, assim como os componentes que mais atingiram a renda desses trabalhadores. Em julho/94, a variação acumulada do IPC/SEI alcançou 173,25%, refletindo os momentos de instabilidade na política econômica do país que agravaram ainda mais a situação do trabalhador, na medida em que comprometeu os seus rendimentos.

Na análise da evolução do comportamento do IPC/SEI para os períodos posteriores à implantação do Plano Real, identifica-se os grupos que mais penalizaram os rendimentos dos baianos. Pela Tabela 4, verifica-se que o processo de corrosão dos salários é evidente. Em janeiro de 2003, 57,54% da massa salarial foi despendida com cesta básica, enquanto as outras despesas tiveram uma participação de 42,46 pontos percentuais do salário.

Tabela 4
Comprometimento do salário mínimo
com a cesta básica – Salvador

Meses	Salário mínimo (R\$)	Custo Cesta básica (R\$)	Part % Cesta/Sal	Part Outras Desp/Sal
Abr/02	200,00	95,77	47,89	52,11
Jun/02	200,00	95,77	47,89	52,11
Jan/03	200,00	115,08	57,54	42,46
Jun/03	240,00	123,41	51,42	48,58

Fonte: SEI
Elaboração: GEAC/SEI



Ainda segundo os dados do IPC/SEI, para uma variação acumulada anualmente, no período de 1994 a 2002, com exceção do ano de 1994 por tratar-se do período de adaptação ao novo plano, os anos de 1995, 1999 e 2002 foram os que apresentaram maior intensidade desse indicador, com índices em torno de 28,19%, 9,02%, e 11,40%, respectivamente (Tabela 5).

A respeito da conjuntura econômica vivenciada pelo país, os grupos que mais oneraram o rendimento do trabalhador baiano nesses anos foram Habitação e Encargos, Despesas Pessoais, Transporte e Comunicação, Saúde e Cuidados Pessoais, Alimentos e Bebidas e Artigos de Residência. No ano de 1995 os três primeiros segmentos foram os mais elevados.

Na Tabela 5 verifica-se a participação do grupo Alimentos e Bebidas entre os cinco segmentos que mais atingiram o orçamento do trabalhador nos anos de 1994 a 2002. Esse grupo é de grande relevância para explicar o comportamento do IPC, embora no ano de 1997 tenha apresentado um decréscimo na ordem de 0,87%. Esse comportamento foi verificado quando o aumento do

poder aquisitivo dos primeiros anos do Plano Real foi revertido numa aguda queda do valor real dos rendimentos.

O desempenho apresentado pelo grupo de alimentos e bebidas reflete que o consumidor, diante de um cenário pessimista quanto ao crescimento econômico do país, tem procurado reduzir suas compras, até mesmo no segmento de maior peso no orçamento doméstico das famílias com rendimento até 40 salários mínimos, como alternativa para pagar as suas contas.

Para os próximos anos não se espera grandes reversões dessa tendência baixista para os rendimentos dos trabalhadores. Considerando-se a estreita relação entre a renda e a inflação, e a expectativa altista da segunda, como também a perda não só do poder aquisitivo, mas, sobretudo, do poder de barganha dos trabalhadores em face da crescente precarização do mercado de trabalho e da crescente demanda pelo trabalho, resta aguardar que a proposta ricardiana de manter a subsistência do trabalhador seja mantida de modo a não se exaurir/extinguir essa importante “engrenagem” do sistema capitalista.

Tabela 5
Variação Acumulada Anual do Índice de Preços ao Consumidor
Salvador – 1994/2002

Itens	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Alimentação e Bebidas	955,38	11,18	4,07	-0,87	3,12	6,86	4,42	9,92	14,75
Habitação e Encargos	1.132,26	61,92	17,06	9,36	4,30	7,60	3,66	7,57	5,86
Artigos de Residência	917,71	20,02	2,26	-1,04	0,87	7,15	11,36	4,09	12,86
Vestuário	904,99	18,71	2,55	-2,17	-5,96	1,14	6,17	0,14	4,22
Transporte e Comunicação	1.045,60	43,46	14,26	23,06	0,55	22,69	12,37	13,32	14,82
Saúde e Cuidados Pessoais	878,06	27,33	14,38	4,74	4,03	12,69	4,81	7,04	11,36
Despesas Pessoais	987,05	46,90	16,70	4,62	2,12	6,55	7,14	9,59	7,70
Geral	978,76	28,19	8,89	4,70	1,19	9,02	6,92	8,05	11,40

Fonte: SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

Nota: O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta básica de 308 bens e serviços, pesquisados em aproximadamente 1.020 estabelecimentos, para famílias de 01 a 40 salários mínimos.

Notas

¹ Por conta da nova metodologia adotada pelo IBGE para a Pesquisa Mensal de Emprego, períodos anteriores a outubro de 2001 não puderam ser utilizados nesta análise, adotando-se, portanto, a antiga metodologia cuja série foi encerrada em novembro/2002. Referências

Referências

FILGUEIRAS, Luiz A. M. *História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições*. Salvador: Boitempo. nov. 2000. 224 p.

IPEADATA. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 01 set. 2003.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Conjuntura - Releases*. Disponível em: <www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 01 set. 2003.

IBGE. *Pesquisa mensal de emprego*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 01, 29 set. 2003.

** Elissandra Britto é Economista,
mestranda em economia pela UFBA e
técnica da SEI.
** Joseanie Mendonça é Economista,
Bolsista FAPES.*

Definindo os ricos¹ a partir dos pobres: um breve estudo da desigualdade e pobreza na Bahia

O presente artigo é um exercício de simulação que se propõe a estimar, a partir de uma linha de pobreza, uma linha de riqueza para o estado da Bahia, com base no rendimento familiar per capita. Tal comparação evidencia o efeito que a desigualdade da distribuição dos rendimentos tem sobre a manutenção da pobreza no estado. Para isso, serão utilizadas a metodologia de Medeiros (2001) e a base de dados da PNAD do ano de 2001.

Efetivamente o conceito de pobreza é bastante controverso. Nos países pobres, a idéia da pobreza absoluta² é mais óbvia, visto que boa parte dos seus indivíduos não tem renda suficiente para garantir sequer a sua sobrevivência. Mesmo assim, a definição da linha de pobreza absoluta também é bastante arbitrária, pois depende do custo da cesta de alimentos definida pelos hábitos de consumo da população. Além disso, a definição de pobreza a partir do rendimento monetário dá margem a uma série de discussões. Sen (2001), por exemplo, vê a pobreza de uma forma mais abrangente: a pobreza, além de limitar as capacidades³ das pessoas, limita também o exercício da cidadania e da liberdade. Porém, admite que a insuficiência de renda e a privação das capacidades estão intimamente correlacionadas. A pobreza absoluta possui raízes históricas e está, na maioria das vezes, associada ao subdesenvolvimento econômico de alguns países capitalistas. Porém, em países como o Brasil, a pobreza também pode originar-se da forma como os recursos são distribuídos entre a população.

A melhor forma de distribuição de recursos entre a população ainda é o mercado de trabalho. Contudo, como nem todos os indivíduos da sociedade participam do mercado de trabalho, a família passa a auferir uma maior capilaridade na distribuição dos recursos. Assim,

hipoteticamente, em uma sociedade em que a distribuição de renda e as outras características do mercado de trabalho não se alteram, a redução do tamanho da família poderia reduzir a pobreza. No entanto, boa parte da literatura econômica leva a crer que as flutuações dos níveis de pobreza em uma sociedade estão mais intimamente ligadas às características estruturais do mercado de trabalho e aos ciclos de crescimento econômico, não tendo grande influência as condições de reprodução biológica da sociedade.

O conceito de riqueza, por sua vez, é essencialmente relativo e está vinculado ao nível de distribuição patrimonial e de renda da sociedade. A definição de uma linha de riqueza pode ser fundamentada pela idéia de que a pobreza em uma sociedade pode ser eliminada pela simples distribuição de renda. Observa-se que, neste artigo, os efeitos da distribuição patrimonial não são analisados, o que, de certa forma, subestima os efeitos da concentração do patrimônio sobre a pobreza e a riqueza. No entanto, é preciso ressaltar, que a renda do trabalho consiste na principal forma de acumulação de riqueza e de consumo de boa parte das famílias, o que significa dizer que, para boa parte da população, as condições de vida são ditadas pelas oportunidades no mercado de trabalho.

Segundo Medeiros (2001), em países relativamente ricos e extremamente desiguais, a distribuição do rendimento pode ser uma estratégia fundamental para a redução da pobreza. Do ponto de vista moral, em qualquer sociedade a pobreza deveria ser inaceitável, sendo, portanto, plausível acreditar que a pobreza de uma sociedade poderia ser resolvida através da transferência de renda dos mais ricos para os mais pobres. Furtado (1981) afirma que o Brasil poderia solucionar o problema da pobreza pelos seus próprios meios: bastaria reduzir a participação da renda nacional, dos 10% mais ricos da população, ao mesmo nível de participação dos países que se encontram no mesmo estágio de desenvolvimento do Brasil.

A METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho consiste em, a partir de uma linha de pobreza (L_p), encontrar o hiato



da pobreza (H_p) que, por definição, é o montante de recursos requeridos para permitir que todas as pessoas pobres possam ter, pelo menos, o valor de L_p de renda familiar per capita mensal. Assim:

$$H_p = \sum (L_p - Y_i), \text{ para todo } Y_i < L_p.$$

Onde Y_i é a renda familiar per capita observada na pesquisa.

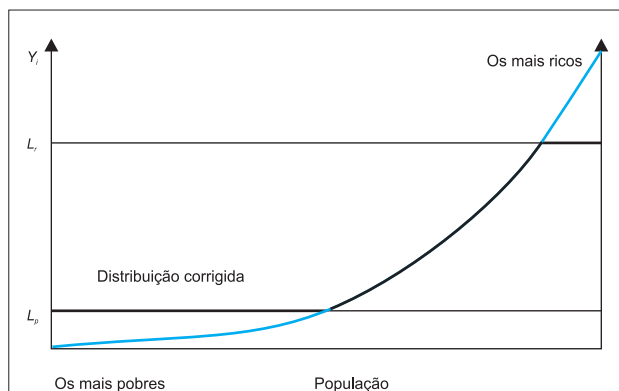
Dessa forma, a renda necessária para retirar todos os indivíduos da pobreza deve ser igual à transferência de renda realizada pelos mais ricos para os pobres. Ou seja, H_p deve ser igual a H_r (hiato da riqueza). Logo:

$$, \text{ para todo } Y_i > L_r.$$

Onde Y_i é a renda familiar per capita observada na pesquisa e L_r é a linha de riqueza.

O gráfico 1 ilustra claramente a definição das linhas de pobreza e de riqueza e os respectivos hiatos.

Gráfico 1
Nível de distribuição de renda em uma população hipotética, na lógica distributiva da linha de riqueza



Fonte: Medeiros, 2001.

A área compreendida entre a linha azul (distribuição original) e a linha de riqueza constitui no hiato da riqueza (H_r) e, a área compreendida entre a linha da pobreza e a linha azul, constitui o hiato da pobreza (H_p). A eliminação desses dois hiatos resulta na distribuição corrigida determinada pelo gráfico em negrito (MEDEIROS, 2001).

Por essa metodologia observa-se que o conceito de riqueza passa a ser relativo ao conceito de pobreza e, quanto maior o valor da linha de pobreza, menor será o valor da linha de riqueza. Essa relação pode configurar uma situação extrema, pois, em sociedades muito pobres, que não possuem condições de eliminar a pobreza através da distribuição de renda, a linha de riqueza pode ficar abaixo da linha da pobreza, criando uma situação interessante, onde alguns pobres podem ser considerados

ricos. A diminuição da pobreza nesses ambientes só é possível através do crescimento econômico.

Assim, o conceito de riqueza, definido neste artigo, não está ligado à opulência, à ostentação e ao consumo sofisticado. Trata-se de um conceito moral, que define o máximo que um indivíduo deveria receber de rendimento monetário para que não existisse nenhuma pessoa com rendimento abaixo da linha de pobreza estabelecida neste artigo.

A simulação da distribuição da renda dos mais ricos para os mais pobres segue o seguinte procedimento: em um primeiro momento, coloca-se a base de dados em ordem decrescente de renda familiar per capita; em seguida, transfere-se a renda do indivíduo mais rico, até que sua renda fique igual à renda do segundo indivíduo mais rico; a partir daí, ambos transferem renda até igualar a renda do terceiro indivíduo mais rico e, assim, sucessivamente. O processo termina quando o total da transferência de renda acumulada dos mais ricos para os mais pobres for igual a H_p , eliminando completamente a pobreza. O valor do rendimento familiar per capita do indivíduo, onde essa igualdade ocorrer, determinará a linha de riqueza L_r .

Como esse cálculo será feito utilizando-se dados da PNAD, o ponderador da amostra deve ser considerado. Dessa forma, H_p e H_r passam a ser definidos pela seguinte expressão:

$$H_p = \sum w_i (L_p - Y_i) \quad e \quad , \text{ onde } w_i \text{ é o ponderador da amostra.}$$

Na ausência de uma linha de pobreza oficial, optou-se, neste artigo, utilizar como linha de pobreza, para o estado da Bahia, a renda familiar per capita de meio salário mínimo⁵, conforme estudo de Osório e Medeiros (2003). Desta forma, são considerados pobres as pessoas que viviam na Bahia, em 2001, com menos de meio salário mínimo, sendo observados para os cálculos todos os rendimentos.

OS RESULTADOS

O hiato da pobreza (H_p) calculado a partir da metodologia estabelecida ficou em torno de R\$ 313 milhões mensais. No entanto, esse valor deve ser comparado com os totais de rendimento no estado, para se saber quanto ele significa do total.

A Tabela 1 mostra os valores totais dos rendimentos mensais obtidos na Bahia, segundo estimativa da PNAD

2001. Observa-se que o rendimento do trabalho responde por cerca de 76,8% do total do rendimento gerado, o que significa dizer que o H_p corresponde a 22,6 % dos rendimentos do trabalho. É interessante observar que as aposentadorias e pensões também possuem um peso significativo, ainda que as concessões desses rendimentos sejam reguladas por Lei, o que torna seu efeito em relação à redução da pobreza bastante localizado, principalmente em função dos grupos etários beneficiados.

As outras fontes de rendimentos (juros, aluguéis, pensões judiciárias etc.), que possuem origens no patrimônio, não são tão representativas, talvez porque a pesquisa ainda não consiga captar essas fontes com uma maior precisão, subestimando-as. Além disso, rendimento oriundo do patrimônio não é um fato comum entre os pobres. Portanto, os rendimentos do trabalho assumem um papel fundamental na determinação nos níveis de pobreza da população.

Tabela 1
Rendimentos monetários na Bahia
segundo a fonte dos rendimentos – 2001

Fonte de rendimentos	Valor em milhões de Reais	Valores relativos
Aposentadorias	304,73	14,9
Pensões	77,17	3,8
Rendimentos do Trabalho	1.570,37	76,8
Outras fontes	93,41	4,6
Total	2.045,68	100,00

Fonte: IBGE, PNAD, 2001.

A Tabela 2 mostra os resultados obtidos com a simulação realizada com os dados da PNAD 2001. Para uma linha de pobreza de 0,5 salário mínimo familiar per capita, a linha de riqueza para a Bahia ficou em torno de 4,07 salários mínimos familiar per capita. Embora, às vezes, seja um rendimento considerado pequeno para um indivíduo, torna-se bastante significativo quando observado em termos de estrutura familiar: uma família de quatro indivíduos será considerada rica se o seu

rendimento familiar mensal for superior a 16,27 salários mínimos. Já uma família de quatro pessoas deveria receber, pelo menos, 2,0 salários mínimos de renda para que seus integrantes não ficassem abaixo da linha de pobreza.

Os resultados obtidos demonstram que a renda no estado da Bahia já permite um combate à pobreza através de uma estratégia de distribuição de renda. O resultado obtido para o índice de Gini na distribuição corrigida confirma essa hipótese, pois, embora seja baixo para os padrões de distribuição de renda encontrados no Brasil, é compatível com os padrões de distribuição de renda encontrados em economias desenvolvidas ou em alguns países em desenvolvimento⁶. Caso esse índice fosse muito baixo, a planificação da distribuição iria de encontro à desigualdade intrínseca às economias capitalistas, o que tornaria inviável uma política de redução da pobreza por meio da distribuição de renda.

CONCLUSÃO

Neste artigo, devido à base de dados utilizada, a renda patrimonial está subestimada, o que leva a uma subestimação da linha de riqueza encontrada. Por se tratar de uma simulação, os resultados obtidos estão condicionados a uma situação extrema, determinada pelos parâmetros adotados. Mas, mesmo nesta situação, mostram que a Bahia já possui a capacidade de amenizar o problema da pobreza através de um processo de distribuição de renda. Deve se observar que os impactos sobre a diminuição da pobreza serão mais significativos se o processo de distribuição ocorrer concomitantemente com a expansão dos rendimentos do trabalho. Nesse sentido, o aumento real dos rendimentos mais baixos no mercado de trabalho são essenciais para a redução da pobreza e melhoria do bem estar dos indivíduos.

Tabela 2
Bahia valores de rendimentos máximo e mínimo para distribuição real,
distribuição corrigida com respectivos índices de Gini⁵

Tipo de distribuição	Menor rendimento familiar per capita (em SM)	Maior rendimento familiar per capita (em SM)	Índice de Gini	Linha de pobreza	Linha de riqueza
Distribuição Real	–	222,22	0,604	–	–
Distribuição Corrigida	0,50	4,07	0,357	0,50	4,07

Fonte: IBGE, PNAD, 2001.



Notas

¹ O conceito de riqueza definido neste artigo não está ligado à opulência, à ostentação e ao consumo sofisticado. Na verdade, trata-se de um conceito moral, que define o máximo que um indivíduo deveria receber de rendimento monetário para que, na sociedade, não existisse nenhuma pessoa com rendimento abaixo da linha de pobreza estabelecida neste artigo.

² Além do conceito de pobreza absoluta, existe o conceito de pobreza relativa, atribuída a um percentual da população que recebe os menores rendimentos.

³ “Capacidades”, neste caso, deve ser interpretada pela liberdade de se ter acesso a tudo aquilo que a sociedade valoriza.

⁴ No Brasil, é comum usar múltiplos e submúltiplos do salário mínimo para se estabelecer a linha de pobreza, por permitir uma melhor compreensão do público não especializado.

⁵ O índice de Gini é utilizado para medir a concentração de determinada variável, seu valor oscila entre zero (distribuição perfeita) e um (concentração máxima).

⁶ Ferreira (2000) indica que a média do Gini para a América Latina, entre 1980 a 2000, ficou em torno de 0,49 e 0,50. Para a África, no mesmo período, ficou entre 0,43 e 0,47. Nos países da OCDE esse índice não ultrapassou 0,34. Na Europa oriental, recém saída do comunismo, o índice ficou em 0,29.

Referências

FERREIRA, Francisco H. G. Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 131-158.

FURTADO, Celso. *O Brasil pós-“milagre”*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

MEDEIROS, Marcelo. *A construção de uma linha de riqueza a partir de uma linha de pobreza*. Brasília: IPEA, 2001. 15 p. (Texto para discussão, 812).

OSORIO, Rafael Guerreiro; MEDEIROS, Marcelo. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Concentração de renda e pobreza na Bahia: 1981-1999*. Salvador: SEI, 2003. p. 249-265. (Séries estudos e pesquisas, 63).

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

** Luis André de Aguiar Alves é economista da SEI.*



Análise dos resultados orçamentários de 2001 dos municípios baianos

O objetivo deste artigo¹ é apresentar os resultados orçamentários alcançados pelos municípios do estado da Bahia em 2001, por meio de uma análise que considera o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Como fonte primária de informações são utilizados os dados anuais dos balanços orçamentários, contidos na publicação Finanças do Brasil, versão 2001 (FINBRA – 2001), divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Os balanços orçamentários são entregues por cada um dos municípios aos seus respectivos órgãos de controle e, posteriormente, remetidos à STN. Esse conjunto representa, aproximadamente, 83% do total dos municípios do estado (417) e 87% da população baiana (11,37 milhões em 2000).

O RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

A análise do resultado orçamentário dos municípios baianos, distinguindo as receitas e despesas correntes e de capital, permite avaliar a capacidade desses de financiar seus gastos por meio de receitas correntes. Para isso, a existência de uma poupança corrente é condição necessária para conciliar maior autonomia para a realização de investimentos prioritários com equilíbrio fiscal. A condição suficiente é que essa poupança seja de magnitude igual ou superior ao déficit de capital apresentado.

Em 2001, o conjunto dos municípios baianos obteve um superávit corrente da ordem de R\$ 0,29 bilhão e um déficit de capital de R\$ 0,45 bilhão, o que resultou em um resultado orçamentário negativo de R\$ 0,16 bilhão (Tabela 1).

Muito embora, o fato de apresentar um déficit de capital não se constitua necessariamente em um problema, visto não existir nenhuma obrigatoriedade de que as despesas de capital sejam financiadas apenas por receitas de capital, a apresentação de um superávit corrente não suficiente para a cobertura desse déficit indica uma fonte de problemas para os municípios baianos. Muito provavelmente, as despesas de capital podem estar sendo financiadas por meio de recursos descontínuos, como alienação de bens e, mesmo, operações de crédito, o que, a persistir tal situação, não se constituirá em uma prática financeira saudável no longo prazo.

Cerca de 84% dos municípios da amostra (326) obteve superávit corrente e mais da metade (189 ou 55%) apresentou resultado orçamentário negativo. A quase totalidade dos municípios contidos na amostra obteve um déficit de capital (326 ou 95%).

Tabela 1
Resultado Orçamentário dos Municípios da Bahia – 2001

Rubrica	Em R\$ Bilhões
Superávit/Déficit Corrente	0,29
Receita Corrente Líquida	4,43
Despesa Corrente Líquida	4,14
Superávit/Déficit Capital	-0,45
Receita de Capital	0,16
Despesa de Capital	0,62
Resultado Orçamentário	-0,16

Fonte: FINBRA - 2001/STN

Tabela 1a
Resultado Orçamentário dos Municípios da Bahia – 2001

	Em R\$ Bilhões	Nº de Unidades	% do Total de Unidades
Total	0,29	344	100,0
c/ superávit corrente	0,31	289	84,0
c/ déficit corrente	-0,02	55	16,0
Total	-0,45	344	100,0
c/ superávit de capital	0,00	18	5,2
c/ déficit capital	-0,46	326	94,8
Total	-0,16	344	100,0
c/ res. orç. positivo	0,04	155	45,1
c/ res. orç. saldo negativo	-0,21	189	54,9

Fonte: FINBRA - 2001/STN



Uma comparação com os resultados obtidos para o conjunto dos municípios brasileiros mostra que, efetivamente, os municípios baianos encontram dificuldades de sustentabilidade financeira por meio da gestão das suas receitas correntes, visto que os resultados diferem apenas na magnitude. Em outras palavras, a quase totalidade dos municípios brasileiros (4.549 ou 93%) também apresenta déficits de capital, embora consiga gerar superávits correntes suficientes para a cobertura desses déficits, o que não ocorre com os municípios baianos.

Uma análise individualizada dos municípios baianos mostra resultados interessantes. O maior resultado orçamentário negativo em 2001 foi apresentado pelo município de Salvador (62% do total do déficit), ao passo que os municípios de São Francisco do Conde e Camaçari são os mais representativos na geração de resultados orçamentários positivos (40% do total do superávit).

A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

A Lei de Responsabilidade Fiscal elegeu como base para os limites da despesa com pessoal e de endividamento a receita corrente líquida² (RCL). Assim, uma análise que vise destacar aos principais componentes da RCL, diferenciando-os segundo a probabilidade de sua realização e o seu grau de autonomia para arrecadar, constitui-se em um exercício que efetivamente contribui para avaliar em que medida os municípios baianos dependem de receitas não asseguradas e/ou vinculadas a propósitos específicos, como as transferências voluntárias e as de repasse do SUS, bem como auxilia na busca de fontes financeiras que revertam o resultado orçamentário negativo apresentado.

As receitas mais estáveis são aquelas derivadas das competências dos municípios para arrecadar (tributárias) e da participação no bolo tributário federativo (transferências constitucionais). Assim, uma participação baixa desses recursos na RCL se constituiria em um alerta para o gestor municipal, visto que tais receitas são a base para a assunção de compromissos de natureza permanente. Além do mais, as receitas tributárias derivam a sua importância, dentro deste grupamento, em função do grau de autonomia que concede ao ente federativo para aumentar a arrecadação e ajustar suas contas pelo lado da receita.

A RCL dos municípios baianos totalizou R\$ 4,43 bilhões no exercício de 2001 (Tabela 2). As cidades de pequeno e médio porte (até 100 mil hab) responderam por 61% desse total. As receitas tributárias próprias – R\$ 0,56

bilhão – foram responsáveis por 12,6% e as transferências constitucionais (União e estados) – R\$ 3,09 bilhões – representaram 69,6% da RCL³. Em termos nacionais, as participações são 18,9% e 57,6%, respectivamente.

Verifica-se, portanto, não apenas uma elevada participação das transferências constitucionais na RCL dos municípios baianos, mas uma dependência superior a que ocorre no conjunto dos municípios brasileiros. No entanto, o baixo grau de participação da receita tributária na RCL poderia ser interpretado como um indicador de existência de um potencial tributário a ser explorado, visto que esse grau de participação é influenciado por apenas nove municípios⁴, que apresentam participações nas receitas tributárias superiores à média estadual e, juntos, respondem por 76% dessa receita (ou 9,58% da RCL). Os municípios de pequeno porte (população até 20 mil hab) possuem uma participação da receita tributária na respectiva RCL de 2,11%, os de médio porte (mais de 20 e menos de 100 mil hab), de 4,88% e os de grande porte (mais de 100 mil hab), de 26,52%.

A receita de impostos dos municípios baianos – formada pelo ISS, IPTU e ITBI – totalizou R\$ 470 milhões ou 0,98% do PIB do estado, em 2000. O ISS, o IPTU e o ITBI, respectivamente, responderam por 68,0%, 25,5% e 6,5% da arrecadação.

Com respeito à arrecadação de impostos verificou-se que onze municípios não coletaram IPTU e que não dez coletaram ITBI. Desses, apenas três não coletaram os dois impostos.

Em termos das transferências constitucionais recebidas pelos municípios baianos, os principais repasses foram o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (R\$ 1,35 bilhões) e a cota-parte do ICMS (R\$ 930 milhões), que responderam por pouco mais de 73% do total das transferências e cerca de 30% e 21%, respectivamente, da RCL.

A importância das transferências constitucionais e do FPM no orçamento dos municípios de pequeno porte fica evidenciada quando se verifica que explicaram, em média, 83% e 47% da RCL, respectivamente. Dos municípios de pequeno porte, apenas um (Caetanópolis) não obteve um FPM per capita superior à média estadual (R\$ 117,62).

Já o ICMS participou apenas em 14% da RCL dos municípios de pequeno porte e 27% da RCL dos municípios de grande porte.

Considerando os casos extremos, foi observado que nas dez menores prefeituras da amostra, a média de FPM



per capita foi de R\$ 340 e, nos dez maiores municípios, ela ficou em apenas R\$ 84. Em termos nacionais, observou-se R\$ 1.234 e R\$ 26, respectivamente.

Outro grupo de receitas que convém analisar é o que representa os recursos vinculados a propósitos específicos e que, muito embora possam ter uma certa regularidade, não são garantidos do ponto de vista constitucional. Desta forma, se tais recursos elevam a RCL e, portanto, o parâmetro que serve de limite para as despesas com pessoal e endividamento, por outro lado não devem ser utilizados para justificar aumentos de despesas permanentes. Assim, as receitas originadas das transferências do SUS, destinadas ao custeio da rede de saúde, e das transferências voluntárias totalizaram R\$ 530 milhões e representaram 11,8% da RCL dos municípios baianos em 2001, valores de magnitude comparável ao total das receitas tributárias próprias (Tabela 2). Em termos nacionais, os valores foram R\$ 7,5 bilhões e 8,9%, respectivamente.

Em resumo, o grau de estabilidade das receitas correntes dos municípios baianos em 2001 difere, quanto à composição, daquele apresentado pelo conjunto dos municípios brasileiros. Este subgrupo responde por pouco mais de 82% da RCL dos municípios baianos e por 76,5% da RCL do total de municípios brasileiros.

Com respeito aos municípios baianos, as receitas tributárias próprias explicam 15% desse total, ao passo que para o conjunto dos municípios brasileiros explicam pouco mais de 29%.

ESTRUTURA DA DESPESA TOTAL

Um dos conceitos inovadores da LRF constituiu-se na criação do mecanismo de compensação para as chamadas despesas obrigatórias de caráter continuado⁵. O objetivo foi impedir, na origem, a geração de despesas que levem a desequilíbrios orçamentários futuros, pelo fato de reduzirem a flexibilidade da gestão para ajustes. Desta forma, a análise dos principais componentes da despesa deve procurar evidenciar o grau de comprometimento dos recursos dos municípios com despesas de caráter permanente.

A despesa total líquida dos municípios baianos alcançou R\$ 4,76 bilhões em 2001, dos quais R\$ 4,14 bilhões ou 87,03% corresponderam à despesa corrente.

O item outras despesas correntes totalizou R\$ 2,17 bilhões e, juntamente com o item despesa de pessoal, R\$ 1,91 bilhão, representou cerca de 86% da despesa total líquida⁶. Os dispêndios com juros e encargos da dívida foram de R\$ 60 milhões e responderam por 1,22% do total (Tabela 3).

Quando comparada com a RCL, a despesa total corresponde a uma absorção de recursos de 107,42%, razão do resultado orçamentário negativo já observado (Item 2). Isso mostra que, ao contrário do resultado apresentado pelo conjunto dos municípios brasileiros, os municípios baianos não apresentaram uma situação favorável em 2001, já que o elevado comprometimento das despesas de caráter permanente não encontrou um financiamento adequado com base apenas nos recursos correntes. Como já observado, o item outras despesas correntes alcança praticamente a metade dos gastos correntes, sendo 13,5% superior aos dispêndios com pessoal. Assim, torna-se mais difícil para o conjunto dos

Tabela 2

Estrutura da Receita Corrente Líquida dos Municípios da Bahia – 2001

Descrição	Em R\$ Bilhões	Em % do Total
A - Receita Corrente Líquida (B+C+D+E+F+G+H)	4,43	100,0
B - Receitas Tributárias Próprias (B1+B2+B3+B4)	0,56	12,6
B1 - IPTU	0,12	2,7
B2 - ISS	0,32	7,2
B3 - ITBI	0,03	0,7
B4 - Outras ¹	0,09	2,1
C - Transferências Constitucionais (C1+C2+C3+C4+C5+C6=C7)	3,09	69,6
C1 - FPM	1,35	30,4
C2 - ICMS	0,93	21,1
C3 - IPVA	0,05	1,2
C4 - IPIEx	0,01	0,3
C5 - Lei Kandir	0,03	0,6
C6 - FUNDEF	0,66	14,8
C7 - Outras	0,05	1,1
D - Receita da Dívida Ativa	0,03	0,6
E - Recursos do SUS	0,31	6,9
F - Transferências Voluntárias	0,22	4,9
G - Outras Transferências Correntes	0,05	1,1
H - Outras Receitas Correntes Líquidas (H1+H2+H3-H4)	0,19	4,2
H1 - Receitas de Aplicações Financeiras	0,03	0,6
H2 - Demais Receitas Correntes	0,16	3,6
H3 - Receitas Previdenciárias Vinculadas ao Pagamento de Inativos	0,03	0,7
H4 - Outras Deduções	0,03	0,7

Fonte: FINBRA - 2001/STN

¹ Inclui taxas e contribuições de melhoria



Tabela 3
Estrutura da Despesa Total dos Municípios da Bahia – 2001

Descrição	Em R\$ Bilhões	Em % do Total
A - Despesa Total Líquida (B+C)	4,76	100,00
B - Despesa Corrente Líquida (B1+B2+B3)	4,14	87,03
B1 - Pessoal (B1.1+B1.2+B1.3+B1.4)	1,91	40,19
B1.1 - Ativo	1,36	28,63
B1.2 - Obrigações Patronais	0,22	4,70
B1.3 - Inativos e Pensionistas ⁽¹⁾	0,13	2,71
B1.4 - Outras Despesas com Pessoal	0,20	4,15
B2 - Juros e Encargos da Dívida	0,06	1,22
B3 - Outras Despesas Correntes	2,17	45,62
C - Despesa de Capital (C1+C2+C3)	0,62	12,97
C1 - Investimentos/Inversões Financeiras	0,53	11,03
C2 - Amortização/Rolagem da Dívida	0,08	1,74
C3 - Outras Despesas de Capital	0,01	0,20

Fonte: FINBRA - 2001/STN

⁽¹⁾ - Custeados com recursos do Tesouro

municípios destinar recursos para financiar de forma sustentável as despesas de capital (Tabelas 1, 2 e 3).

No que diz respeito às despesas de capital, os gastos com investimentos (R\$ 530 milhões) e as amortizações (R\$ 8 milhões) foram os principais itens, correspondendo, respectivamente, a 11,03% e 1,74% das despesas totais.

INDICADORES DE ESTRUTURA FINANCEIRA

Em função do exposto na seção anterior, existe a necessidade de uma análise mais detalhada no sentido de evidenciar os aspectos da execução orçamentária relacionados com (i) a estabilidade dos recursos disponíveis (ii) o grau de autonomia e (iii) o grau de cobertura das despesas permanentes. O primeiro aspecto pretende verificar qual é a parcela da RCL assegurada

por dispositivos constitucionais ou deles decorrentes. O segundo, objetiva verificar quanto da receita disponível depende da geração dos recursos tributários próprios, o que confere uma maior segurança no tocante à assunção de financiamentos para as novas ações que impliquem despesas de caráter permanente. E o último, procura dimensionar os componentes básicos da despesa em sua relação com as receitas de caráter permanente.

A Tabela 4 apresenta um quadro com esses indicadores e os resultados obtidos pela execução orçamentária do conjunto dos municípios baianos, em 2001.

Constata-se que a receita disponível dos municípios baianos totalizou R\$ 3,7 bilhões e respondeu por 82,9% da RCL. Como já comentado, o principal responsável pela disponibilidade dos recursos dos municípios baianos, refletindo uma tendência nacional, é o item transferências constitucionais. Os recursos tributários próprios, inclusas as receitas da dívida ativa, apresentaram uma participação de 16% na receita disponível, mais baixa do que a participação do conjunto dos municípios brasileiros.

No entanto, conforme já comentado, tal fato pode representar a possibilidade de aumentos potenciais na arrecadação tributária própria dos municípios baianos, o que denotaria, por sua vez, possibilidades de ajustes pelo lado das receitas (Tabela 4).

Tabela 4
Indicadores de Estrutura Financeira Municipal – 2001

Indicadores	%	Comentário
IEF1 = Receita Disponível/RCL	82,9	Fonte: Tabela 2 Receita Disponível = B+C+D
IEF2 = Receita Tributária Própria/Receita Disponível	16,0	Fonte: Tabela 2 Receita Tributária Própria = B+D
IEF3 = Despesa com Pessoal/Receita Disponível	52,1	Fonte: Tabela 2 (Receita Disponível) Fonte: Tabela 3 Despesa com Pessoal = B1
IEF4 = Encargos da Dívida/Receita Disponível	3,8	Fonte: Tabela 2 (Receita Disponível) Fonte: Tabela 3 Serviço da Dívida = B2 + C2
IEF5 = Investimento e Inversão Financeira/Receita Disponível	14,3	Fonte: Tabela 2 (Receita Disponível) Fonte: Tabela 3 Investimento e Inversão Financeira = C1

Fonte: FINBRA - 2001/STN



As despesas permanentes, como os gastos com pessoal e com o serviço da dívida, comprometeram praticamente 66% das disponibilidades dos recursos dos municípios, o que pode ser avaliado como preocupante na medida em que os 44% restantes não foram suficientes para financiar as despesas restantes e as com os investimentos e que representaram 14,3% da receita disponível.

INDICADORES DA GESTÃO FISCAL

Com o objetivo de analisar a situação dos municípios da Bahia, no que diz respeito aos principais limites estabelecidos pela LRF, são apresentados a seguir os indicadores de gestão fiscal.

O primeiro deles mostra a situação agregada dos municípios com respeito às despesas com pessoal, as quais representaram 43,2% da RCL. Do ponto de vista legal, trata-se de uma situação confortável, dado que esse indicador está bem distante do limite legal de 60% (Tabela 5).

Refletindo a tendência mostrada em termos nacionais, apenas 19 dos 344 municípios da amostra (5,5%)

ultrapassaram o limite, bem como 56 (16%) gastaram entre 50% e 60% da sua RCL com pessoal, sendo que a maioria deles – 269 (78%) – gastou menos de 50%.

No tocante ao endividamento, a análise do indicador estabelecido pela LRF que diz que a dívida consolidada líquida dos municípios não pode ultrapassar 1,2 vez a RCL, constata-se que os municípios baianos apresentaram um endividamento que totalizou R\$ 3,2 bilhões e foi equivalente a 70,29% da RCL, portanto, abaixo do limite legal.

Dentre os 344 municípios analisados, apenas 13 (3,8%) ultrapassaram o limite legal e somente em 12 cidades a dívida consolidada situou-se entre 1 e 1,2 vez a RCL. No restante das cidades, 286 apresentaram uma dívida consolidada inferior à RCL e 33 não incorreram em dívida.

Uma outra imposição da LRF diz respeito ao fato de que as operações de crédito não podem exceder as despesas de capital. Neste aspecto os municípios baianos cumpriram a determinação, dado que a receita de operações de crédito representou 2,3% das despesas de capital, sendo que nenhum dos municípios ultrapassou o limite legal.

Tabela 5
Indicadores da Gestão Fiscal dos Municípios da Bahia – 2001

Indicador	Indicador	Limite Legal	Nº Unidades > limite	% Total Unidades	Comentário
IGF1 = Despesa Pessoal Total/RCL	43,2	60%	19	5,5	Fonte: Tabelas 1 e 4
IGF2 = Dívida Consolidada Líquida/RCL	70,3	1,2 vezes a RCL	13	3,8	Fonte: Tabela 1 e Balanço Patrimonial
IGF3 = Receita de Operação de Crédito/Despesa de Capital	2,3	OC<DC	–	–	Fonte: Tabela 1 e Balanço Patrimonial

Fonte: FINBRA - 2001/STN

Notas

¹ O artigo em questão reproduz a metodologia utilizada pela Área de Assuntos Fiscais do BNDES na publicação INFORME-SE nº 49, de dezembro de 2002, para analisar o conjunto dos municípios brasileiros.

² É a receita corrente total, descontada, no caso dos municípios, da contribuição dos servidores para a previdência e da compensação financeira paga pelo INSS.

³ A Tabela 2 mostra os principais componentes da receita de tributos de competência dos municípios e os principais componentes das transferências constitucionais recebidas por essa esfera de governo.

⁴ Os municípios em questão são Chorrocho (15,41%) e Itapebi (26,88%) – pequeno porte; Candeias (20,16%) e Porto Seguro (13,68%) – médio porte; e Camaçari (14,35%), Feira de Santana (16,16%) e Salvador (40,08%) – grande porte.

⁵ Conforme o disposto no Art. 17 da LRF, são as despesas correntes derivadas de lei, medidas provisórias ou ato administrativo normativo que fixem, para o ente, a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

⁶ O termo despesa líquida deve-se ao fato de que a despesa não considera os gastos com inativos custeados por recursos provenientes da arrecadação de contribuição dos segurados, coberta por compensação financeira paga pelo INSS e por demais receitas próprias de um fundo específico.

** Everaldo Luz é coordenador de Análises Fiscais e Financeiras, da Superintendência de Planejamento Estratégico, da SEPLAN. O presente artigo não reflete necessariamente as opiniões da SEPLAN.*



Publique seu Artigo

BAHIA
ANÁLISE & DADOS

Uma das revistas de maior credibilidade da Bahia

A SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - abre espaço para autores que queiram publicar artigos na Revista Bahia Análise & Dados. Editada e registrada no ISSN desde 1991, a Bahia Análise & Dados tem recebido reconhecimento e grande credibilidade graças à abrangência e qualidade de seu conteúdo e ao elevado nível de seus colaboradores.

Conheça as normas detalhadas e a pauta técnica no site:

www.sei.ba.gov.br



INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS NO ESTADO DA BAHIA

EIXO METROPOLITANO ABSORVERÁ 52% DOS PROJETOS INDUSTRIAIS

Os investimentos industriais anunciados para o estado da Bahia, a serem realizados no período referente a 2003-2007, totalizaram um volume da ordem de R\$ 19,2 bilhões que agregam 333 projetos. Do total dos investimentos anunciados, 53,2% corresponde a instalação de novas unidades industriais, agregando um volume superior a R\$ 10,2 bilhões. Para os investimentos em ampliação, esse volume supera R\$ 8,9 bilhões, representando 46,8% do total. Esses investimentos estão subdivididos em treze eixos de desenvolvimento e em nove complexos de atividade econômica.

Esses empreendimentos deverão gerar cerca de 70 mil postos de trabalho, após a maturação desses novos investimentos. O eixo Metropolitano absorverá aproximadamente 33,9% do total dos empregos diretos previstos, seguido do Oeste do São Francisco, com 12,5% e Grande Recôncavo 11,9%.

Do total dos investimentos quanto à localização, indicado pelos Eixos de Desenvolvimento, grande parte concentra-se no Metropolitano e o Extremo Sul agregando 86% do total, o que corresponde a um volume da ordem de R\$ 16,5 bilhões. Esses eixos agregam 182 projetos de investimentos, o que representa 55% do número de projetos. Os demais eixos agregam um volume de investimentos superior a R\$ 2,7 bilhões, representando 14% do total.

Ao analisar esses investimentos quanto ao complexo de atividade econômica verificou-se que 77% encontram-

se alocados nos complexos Madeireiro (42%), Químico-petroquímico (18%) e Atividade Mineral e Beneficiamento (17%) que juntos agregam um volume de recursos da ordem de R\$ 14,8 bilhões. Esses complexos agregam 91 projetos de empresas de médio e grande porte que representam 27% do total de projetos anunciados. Com esses resultados, pode-se confirmar a tendência de que os maiores volumes de investimentos estão alocados nos grandes empreendimentos industriais. Os demais complexos agregam um volume da ordem de R\$ 4,4 bilhões.

A política de atração de investimentos industriais, promovida pelo governo do estado da Bahia, tem contribuído significativamente para a diversificação do parque industrial. Este fato vem ocorrendo desde 1991 com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas se intensificaram, destacando-se: em 1995, com os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, com o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998 com o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica; além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o programa Desenvolve substituiu os demais programas implantados anteriormente. Dentre as principais indústrias que estão se instalando e ampliando a sua capacidade em 2003, encontram-se a Veracel Celulose, Aracruz Celulose, Braskem, Moinho Dias Branco, Via Uno, Henrich & Cia, Dal Ponte, Paquetá Calçados.



Tabela 1
Investimentos Industriais Previstos para a Bahia
Volume de Investimento e Número de Empresas por Complexo de Atividade
2003 – 2007

COMPLEXO	VOLUME (R\$1.000,00)	Nº PROJETOS
Agroalimentar	822.748	50
Atividade Mineral e Beneficiamento	3.348.859	27
Calçados/Têxtil/Confecções	1.137.052	41
Complexo Madeireiro	8.014.683	14
Eletroeletrônico	556.864	43
Metal-Mecânico	1.044.250	53
Químico-petroquímico	3.462.878	50
Transformação Petroquímica	711.775	48
Outros	127.292	5
TOTAL	19.226.401	331

Fonte: SICM/Jornais Diversos

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/09/03.

Tabela 2
Investimentos Industriais Previstos para a Bahia
Volume de Investimento e Número de Empresas por Eixo de Desenvolvimento
2003 – 2007

EIXO	VOLUME (R\$1.000,00)	Nº PROJETOS
Baixo Médio São Francisco	172.165	10
Chapada Norte	51.557	8
Chapada Sul	2.135	2
Extremo Sul	7.910.839	11
Grande Recôncavo	684.344	44
Mata Atlântica	568.887	37
Médio São Francisco	31.500	2
Metropolitano	8.589.143	171
Nordeste	21.130	4
Oeste do São Francisco	682.880	16
Planalto Central	151.240	3
Planalto Sudoeste	119.458	11
A Definir	241.123	12
TOTAL	19.226.401	331

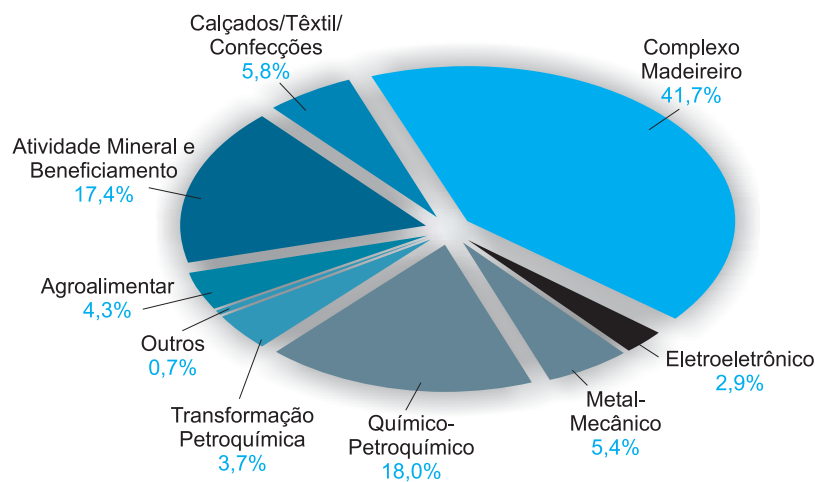
Fonte: SICM/Jornais Diversos

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/09/03.



Investimentos Previstos para a Bahia - 2003 / 2007
Participação dos Investimentos por Complexo de Atividade



Fonte: SICM / Jornais Diversos
 Elaboração: GEAC/SEI

METODOLOGIA DA PESQUISA DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS NO ESTADO DA BAHIA

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no Estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN, consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no Estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no *site* dessa instituição, com dados a partir de 1997, apresentando valores acumulados.





NEGÓCIOS

MUNICÍPIO DE RUY BARBOSA GANHA BENEFICIADORA DE GRANITO

Famoso pelos granitos exóticos e mármore tipo bege-bahia, encontrados em quantidade na região semi-árida da Chapada Diamantina, o município de Ruy Barbosa, a 370 km de Salvador, é a sede da nova fábrica de beneficiamento e produção de pisos e revestimento de granito, mármore e chapas, instalada pela Conde comércio e indústria Ltda.

A planta, que gera inicialmente 62 mil empregos diretos, produzirá 14 mil m², quando estiver em plena capacidade produtiva, de acordo com o planejamento, em 2004.

Instalado em terreno de 100 mil m², o empreendimento reuniu investimentos público e privado, totalizando R\$ 4,4 milhões. A Secretaria da Indústria e Comércio (Sicm) através da descentralizada Superintendência da Indústria e Comércio (Sudic), foi responsável pela infra-estrutura em obras de terraplanagem e drenagem, construção do galpão industrial, com 3,42 mil m² de área edificada, e da subestação de energia elétrica abrigada, que custaram R\$ 1,9 milhão em recursos públicos.

Além de desconto de 90% no ICMS, e dez anos de carência para o resíduo, o governo garantiu 20 anos de concessão gratuita do terreno e instalações. O projeto prevê a comercialização de 70% da produção via exportação, para os mercados norte-americano e europeu.

Bahia ganha beneficiadora de granito. Gazeta Mercantil, 09/09/2003.

GOODYEAR INVESTE R\$ 1 MILHÃO EM NOVA LOJA EM SALVADOR

Num investimento de aproximadamente R\$1 milhão, a revendedora baiana da Goodyear Pneubom está dando continuidade a um novo projeto de lojas idealizado pela fabricante de pneus. Com a instalação da unidade da revendedora em Salvador, na Avenida Juracy Magalhães Júnior, foram trazidas diversas inovações, no que se refere ao visual externo da loja, conforto para o cliente e conjugação de tecnologia de informação ao portfólio de produtos e serviços disponibilizados.

A inauguração da unidade ocorreu no dia 23/09, em evento exclusivo para convidados e imprensa. O gerente regional da Goodyear no Nordeste, Augusto Oliveira, observa que o novo perfil da unidade revendedora deve se expandir pelas maiores capitais brasileiras, principais mercados da companhia no país. Ainda de acordo com o executivo, a fabricante está prospectando o mercado, a fim de firmar prazos e metas para a instalação das unidades com as novas configurações. As novidades incluem o layout das lojas, com detalhe em formato oval, que faz menção ao dirigível, constante da logomarca da companhia. No computador, o cliente pode escolher, através de simulações, o tipo de pneu em consonância com o modelo do automóvel, o que inclui tanto os carros de passeio quanto os veículos off-road (4X4).

Revendedora investe R\$1 milhão em unidade. Correio da Bahia, 23/9/2003.



EMPRESA DE TECNOLOGIA SE INSTALA EM CAMAÇARI

Proximidade estratégica e logística dos clientes de grande porte levaram empresa cearense a competir na Bahia. Empresa cearense com 21 anos de atuação na fabricação de No Breaks e Estabilizadores, a Microsol Tecnologia acaba de instalar filial na Bahia, para prestar suporte e atender à rede de distribuição, revendedores e mercado corporativo, no estado e em Sergipe. Com faturamento contabilizado de R\$ 11 milhões em 2002, está entre as dez maiores do setor, de acordo com levantamento do Serasa, abriu há cerca de 18 meses filial em São Paulo, e figura como a Quarta preferida pelos clientes, segundo enquête realizada entre leitores da Info-Exame.

“A decisão de abrir filial resolve necessidade de agilizar o atendimento a nossos parceiros, e prestar um suporte mais eficiente”, justifica o gerente regional Jorge Araújo, responsável pela formação da rede, durante os dois últimos anos, integrada por 21 cidades e cerca de 30 clientes do interior baiano. Entre as parcerias que ajudaram a consolidar a marca no estado, estão a Micro-Computer, em Vitória da Conquista, Rio Center, em Juazeiro, a Axé e a Seller Informática, em Feira de Santana

“Uma das razões que nos levou a abrir escritório na Bahia é ser o estado o maior montador de computadores do País, com 80% da produção nacional”, diz Sucupira. Outro fator levado em consideração foi a proximidade estratégica e logística dos clientes de grande porte.. A opção foi instalar a filial em Camaçari, principal zona industrial do estado, próxima ao Pólo Petroquímico, ao Centro Industrial de Aratu (CIA) municípios de Simões Filho e Candeias. No país, a rede de revendedores integra todos os estados

Microsol expande rede com filial em Camaçari. Gazeta Mercantil, 19/9/2003.

BAHIA AMPLIA PRODUÇÃO DE TÊXTIL E CALÇADOS

A assinatura da ordem de serviço para ampliação da unidade de produção da Kildare e a inauguração de novas instalações anexas à fábrica da Trifil incorporam 3,3 mil novos postos de trabalho ao município de Itabuna, no sul do estado - os empreendimentos empregam juntos atualmente 2,14 mil funcionários. As obras de construção civil da Indústria de Calçados Itabuna (Kildare) totalizam investimentos de R\$ 7,6 milhões, dos quais R\$ 3,6 milhões feitos pelo governo baiano em infra-estrutura. A nova unidade da Itabuna Têxtil (Trifil) consumiu R\$ 21 milhões em investimentos da empresa. A fabricante gaúcha de calçados e tênis masculinos, Kildare/Jacob, de Novo Hamburgo (RS), emprega na unidade baiana 170 pessoas, na produção diária de mil pares.

O gerente administrativo René Lima Leite conta que a unidade a ser construída abrigará equipamentos para a ampliar a produção de 6 mil pares de sapatos por dia, gerando 600 postos de trabalho. “Nossa produção é exclusivamente destinada ao mercado interno; após a ampliação, o objetivo é obter para nossos produtos espaço no Mercosul”, revela Leite. Operando desde 1928, a Kildare tem representantes em 25 estados.

A Trifil têm capacidade instalada para produção de 6 mil dúzias de meias e lingerie por ano em área construída de 34,5 mil m² e reúne cerca de 2 mil empregados. Com a ampliação, a meta é produzir 9 mil dúzias anuais, gerando 2,7 mil empregos. A gerente-geral da Trifil, Ana Maria da Silva, explica que as instalações inauguradas ontem, com 8,3 mil m², serão destinadas ao estoque da produção, para posterior distribuição a outros estados

Kildare e Trifil ampliam suas fábricas baianas. Gazeta Mercantil, 16/9/2003.



AÇÃO GOVERNAMENTAL

MICRO E PEQUENAS EMPRESAS BAIANAS RECEBEM CRÉDITO DO GOVERNO

Ao assinar protocolo de intenções com o Sebrae para a operação, pela Desenhahia, do Fundo de Aval às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Fampe), o secretário estadual da Fazenda, Albérico Mascarenhas, observou que 60% dos empregos no Brasil são gerados pelas micro e pequenas empresas.

O Fundo se destina a complementar as garantias necessárias para que o cliente tenha acesso ao crédito o que, no caso das empresas menores, costuma ser dificultado pela ausência ou insuficiência de patrimônio.

Criado pelo Sebrae, o Fundo cobre operações que vão desde investimentos fixos e mistos à implantação de novos empreendimentos, aquisição/absorção de tecnologia e assistência técnica, e desenvolvimento ou aperfeiçoamento de produtos e processos. Atende ainda a aquisição de veículos utilitários, contratação de consultoria para implantação de programas de Qualidade Total, produção e comercialização de bens destinados à exportação, na fase pré-embarque, e capital de giro puro.

Na Bahia, por conta do caráter da industrialização ocorrida no estado, com ênfase em empreendimentos intensivos de capital, as empresas menores geram 45% dos empregos. Os outros 55% vêm de grandes companhias.

Governo cria fundo para microempresas. Tribuna da Bahia, 17/9/2003.

SEGMENTO BAIANO DE PLÁSTICO GANHA NOVO IMPULSO

Pode parecer pouco, mas as empresas baianas de transformação plástica de terceira geração fecharam o ano passado com US\$8 milhões em exportações, o que representa 0,35% do valor total exportado pelo estado no período. O que os dados fornecidos pela Secretaria do Comércio Exterior (Secex), autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic) não deixam entrever é que apenas 18 empresas obtiveram o desempenho. No total são 120 em atividade em diversas regiões do estado.

A fim de facilitar contatos com fornecedores e parceiros no mercado internacional e dinamizar as exportações no segmento, foi lançado no mercado baiano, o Projeto Export Plastic Nacional (PEPN). O PEPN, que já foi lançado nacionalmente, tem o objetivo de expandir e consolidar as exportações da indústria petroquímica de terceira geração, através do fortalecimento das condições de competitividade das empresas que fabricam produtos plásticos acabados e semi-acabados, como caixas e embalagens para os mais diversos produtos.

A economista do Centro Internacional de Negócios da Bahia (Promo) Vera Spínola observa que o setor é formado predominantemente por pequenas e médias empresas, e emprega mão-de-obra em larga escala, o que justifica o alcance social das medidas de fortalecimento das indústrias do ramo. Spínola lembra que, no país inteiro, cinco mil pessoas são empregadas diretamente nas indústrias de transformação plástica de segunda geração. Só na Bahia, as indústrias de terceira geração empregam diretamente cerca de três mil pessoas e indiretamente cerca de 12 mil, informações fornecidas pelo Sindicato da Indústria de Material de Plástico da Bahia (Sindiplasba).

Programa vai estimular exportação no segmento de plásticos na Bahia. Correio da Bahia, 17/9/2003



PLANO DE SAFRA 2003/2007 RECEBE FINANCIAMENTO DE R\$ 1,8 BILHÃO

Na última quarta-feira (17), o Governo do Estado e o Banco do Nordeste (BN) formalizam convênio no valor de R\$ 1,8 bilhão para beneficiar 23 atividades agropecuárias, durante os próximos quatro planos safra (2003/2007). A solenidade ocorrerá na Governadoria, às 15h, com as presenças do governador Paulo Souto, do secretário da Agricultura, Pedro Barbosa, do diretor de Negócios e Gestão de Pessoas do BN, Francisco Assis Arruda, de produtores, líderes de associações e cooperativas rurais, além de empresários ligados ao agronegócio.

O acordo faz parte do pacote de Programas de Desenvolvimento do Agronegócio Baiano, que totaliza R\$ 4,1 bilhões. O restante será proveniente de acordos com outras instituições financeiras e de recursos próprios do Estado. O investimento será aplicado no desenvolvimento de 23 atividades prioritárias para o estado, entre elas o cacau, algodão, fruticultura, cajucultura, pecuária de corte e caprino-ovinocultura.

Com base no convênio, o BN investirá R\$ 400 milhões por ano, nos dois primeiros anos (2004 e 2005), e R\$ 500 milhões a cada ano em 2006 e 2007, num total de R\$ 1,8 bilhão. Na perspectiva geral dos programas, o Governo do Estado espera, como impacto, a geração de 100 mil novos empregos diretos a cada plano safra, além da elevação anual do valor bruto da produção agropecuária baiana em aproximadamente 10%.

Além das atividades já citadas, também serão beneficiados pelo programa a apicultura, avicultura, café, cana-de-açúcar, citricultura, dendê, floricultura, grãos, irrigação de Irecê, leite, mamona, mandioca, modernização agroindustrial, palmito, pesca e aqüicultura, seringueira e sisal.

Estado e BN assinam convênio de R\$ 1,8 bi para agropecuária. Diário Oficial, 16/9/2003.

PROGRAMA ESTIMULARÁ GERAÇÃO DE EMPREGOS

O fomento à geração de emprego, renda e competitividade na economia baiana é uma das propostas do modelo de desenvolvimento econômico batizado por Arranjos Produtivos Locais (APLs), lançado oficialmente na semana passada pelo governador Paulo Souto e secretários estaduais. O modelo é baseado na criação de redes, com foco nas micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), integradas por atividades econômicas que possuam vínculos de interdependência. Ainda em fase de diagnóstico, o mapeamento dos APLs deve ser concluído dentro de três meses, sendo que as linhas de financiamento serão abertas pela Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia).

Não existem regras para a participação das MPMEs na Rede Baiana de APLs, em princípio, mas, segundo o secretário estadual do Planejamento, Armando Avena, serão identificadas cadeias com grandes potencialidades e em que a Bahia tenha vantagens competitivas. Ele citou como áreas prioritárias o beneficiamento do agronegócio, as indústrias petroquímica e automobilística, pequenas indústrias como as de mármore e granito e da cadeia de móveis, assim como o segmento de máquinas e equipamentos. “Você cria uma rede onde os atores interessados se falam e permite o adensamento das cadeias produtivas”, informou Avena.

A Secretaria Extraordinária de Ciência, Inovação e Tecnologia (Secti), através de seu secretário, Rafael Lucchesi, coordenará a rede, formada também pelas secretarias da Agricultura (Seagri), da Indústria, Comércio e Mineração (SICM) e do Planejamento (Seplan), mais a Desenbahia, o Sebrae Bahia e o Sistema Fieb. De acordo com o secretário Lucchesi, o recorte espacial dos APLs pode ser tanto um município como uma região, desde que exista alguma integração entre as atividades dos envolvidos. “O desenvolvimento econômico ocorre a partir da integração das empresas com o seu entorno”, reforça Lucchesi.

Programa estimulará geração de empregos. Correio da Bahia, 15/9/2003.



LEGISLAÇÃO

UNIÃO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS

Decreto de 11 de setembro de 2003 – Cria, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, o Grupo Interministerial de Trabalho para a preparação da participação do Brasil na XI Sessão da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento.

Decreto n.º 4.830, de 04 de setembro de 2003 – dá nova redação aos arts. 1º, 2º, 5º, 9º e 10º do Decreto n.º 3.201, de 06 de outubro de 1999, que dispõe sobre a concessão, de ofício, de licença compulsória nos casos de emergência nacional e de interesse público de que trata o art. 71 da lei n.º 9.279, de 14 de maio de 1996.

Decreto n.º 4.827, de 03 de setembro de 2003 – Altera o art. 70 do regulamento da Previdência social, aprovado pelo Decreto n.º 3.048, de 06 de maio de 1999.

Decreto n.º 4.831, de 05 de setembro de 2003 – Revoga decreto n.º 3.647, de 30 de outubro de 2000, que dispõe sobre o Imposto de importação incidente sobre os produtos que menciona.

Decreto n.º 4.833, de 05 de setembro de 2003 – Altera o parágrafo único do art. 26 do Estatuto Social da empresa pública Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e social – BNDES, aprovado pelo Decreto n.º 4.418, de 11 de outubro de 2002.

Decreto n.º 4.843, de 24 de setembro de 2003 – Dá nova redação aos arts. 1º, 2º e 5º do decreto n.º 1.519, de 08 de junho de 1995, que regulamenta a Lei n.º 9.015, de 30 de março de 1998, que institui a Retribuição Variável da Comissão de Valores Mobiliários – RVCVM e a Retribuição Variável da Superintendência de Seguros Privados – RVSUSEP.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS

Lei n.º 10.727, de 02 de setembro de 2003 – Altera a redação do item 4 do quadro VI da lei n.º 10.640, de 14 de janeiro de 2003, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2003.

Lei n.º 10.733 de 11 de setembro de 2003 – Abre aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, crédito suplementar no valor de R\$ 52.878.297,00 em favor da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores, para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente.

Lei n.º 10.735, de 11 de setembro de 2003 – Dispõe sobre direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social – PIPS, e dá outras providências.

Lei n.º 10.738, de 17 de setembro de 2003 – Dispõe sobre a criação de subsidiárias integrais do Banco do Brasil S.A para atuação no segmento de microfinanças e consórcios.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

INSTRUÇÕES NORMATIVAS

Instrução Normativa n.º 353, de 28 de agosto de 2003 – Disciplina a aquisição, com isenção do Imposto sobre produtos Industrializados (IPI), de veículo destinado ao transporte autônomo de passageiros (táxi) e pda outras providências.

Instrução normativa n.º 355, de 29 de agosto de 2003 – Dispõe sobre o sistema integrado de pagamento de impostos e contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno porte (Simples).

Instrução Normativa n.º 356, de 02 de setembro de 2003 – Altera a instrução normativa SRF n.º 241, de 06 de novembro de 2002, que dispõe sobre o regime especial de entreposto aduaneiro na importação e na exportação.

Instrução Normativa n.º 358, de 09 de setembro de 2003 – Altera a instrução normativa SRF n.º 247, de 21 de novembro de 2002, que dispõe sobre o PIS/Pasep e a Cofins.

Instrução Normativa n.º 359, de 15 de setembro de 2003 – Aprova o programa de Demonstrativo de Notas Fiscais (DNF), versão 1.3, define regras para a sua apresentação e dá outras providências.

PORTARIAS

Portaria n.º 213, de 02 de setembro de 2003 – Altera a Portaria MF n.º 222, de 27 de agosto de 1998, que reformula a Unidade de Coordenação do Programa de Apoio à Administração Fiscal para os Estados brasileiros – PNAFE, constituída pela portaria MF n.º 248, de 08 de novembro de 1996.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

CIRCULARES

Circular n.º 3.102, de 19 de setembro de 2003 (Dept.º do meio-circulante) – Define os procedimentos a serem adotados pelas instituições financeiras para o acondicionamento e a troca das moedas de R\$ 1,00 (um real), cunhadas em aço inoxidável, chamadas a recolhimento.

Circular n.º 3.205, de 18 de setembro de 2003 (Diretoria Colegiada) – Altera os prazos de liquidação das operações de câmbio de natureza financeira em que o cliente seja a Secretaria do Tesouro Nacional.

RESOLUÇÕES

Resolução n.º 3.117, de 27 de agosto de 2003 – Dispõe sobre alteração no prazo de vencimento de Empréstimos do Governo Federal sem opção de Venda (EGF/SOV) para café da safra 2002/2003, ao amparo de Recursos Obrigatórios (MCR 6-2) e no limite de crédito de Empréstimos do Governo Federal (EGF) de café, ao amparo de recursos controlados do crédito rural.

Resolução n.º 3.118, de 27 de agosto de 2003 – Altera o inciso II do art. 1º da resolução n.º 3.001, de 16 de agosto de 2002, que estabelece condições para a concessão de financiamento pela União ao Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico e social (BNDES) na forma prevista no art. 2º da lei n.º 10.595, de 11 de dezembro de 2002.

ESTADO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS

Decreto n.º 8.634, de 05 de setembro de 2003 – Altera dispositivos do regimento da Secretaria da Fazenda, aprovado pelo decreto n.º 7.921, de 02 de abril de 2001, e dá outras providências.

LEIS

Lei n.º 8.821, de 18 de setembro de 2003 – Autoriza o poder executivo a reduzir a carga tributária de ICMS nas operações internas com óleo diesel.

Lei n.º 8.824, de 22 de setembro de 2003 – Reorganiza os cargos de provimento permanente do Quadro de Pessoal das Instituições de Ensino Superior do Estado da Bahia.

SECRETARIA DA FAZENDA

Portaria n.º 535, de 12 de setembro de 2003 – Altera para o exercício de 2003, o orçamento analítico do Encargos Gerais do Estado – EGERAIS, na forma que indica e dá outras providências.

Portaria n.º 560, de 23 de setembro de 2003 – Altera para o exercício de 2003, o orçamento analítico da Secretaria da Fazenda – SEFAZ, na forma que indica e dá outras providências.





**SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA**

Serviço de Atendimento ao Usuário: de 2^o a 6^o, das 9:00 às 18:30
Tel.: (71) 370 4823/4822 Fax: (71) 371 1853
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br
Av. Luiz Viana Filho, 435 - 4^o Avenida - 2^o and. - CAB
Cep: 41.750-300 - Salvador - Bahia - tel.: (71) 371 9665

INFORMAÇÃO A SERVIÇO DA SOCIEDADE

INDICADORES CONJUNTURAIS

INDICADORES ECONÔMICOS

IPC

Índice de Preços ao Consumidor

Salvador – Setembro/2003

Grandes Grupos	Variações do Mês %		Variações Acumuladas %		Índice Acumulado	
	Set/02	Set/03	No Ano	Últ. 12 Meses	Abr/92 = 100	Jun/94=100
1. Alimentos e Bebidas	1,53	0,95	8,77	17,69	317994,8	213,17
2. Habitação e Encargos	-0,26	0,27	8,94	11,45	519994,8	415,12
3. Artigos de Residência	2,17	1,20	11,90	17,56	265317,5	221,76
4. Vestuário	0,72	0,78	3,05	5,91	278384,0	163,38
5. Transporte e Comunicação	0,23	2,84	13,36	22,04	492459,1	532,96
6. Saúde e Cuidados Pessoais	0,62	1,03	11,40	16,35	500454,2	266,63
7. Despesas Pessoais	0,94	0,26	10,39	12,56	569118,1	326,34
8. Geral	0,94	1,11	9,42	15,30	396515,9	276,29

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI

Nota: O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pesquisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimentos de 1 a 40 S.M



AGRICULTURA

Produção Física e Rendimento Médio dos Principais Produtos
Bahia – 2002-2003

Produtos do LSPA ⁽¹⁾	Produção Física em t			Rendimento Médio em Kg/ha		
	2002 ⁽²⁾	2003 ⁽³⁾	Variação (%)	2002 ⁽²⁾	2003 ⁽³⁾	Variação (%)
Lavouras Temporárias						
Abacaxi ⁽⁴⁾	116.557	110.482	-5,2	24.553	23.658	-3,6
Algodão Herbáceo	179.971	258.219	43,5	2.391	3.016	26,1
Alho	13.167	13.850	5,2	8.451	8.343	-1,3
Amendoim	4.452	7.584	70,4	957	1.292	35,0
Arroz Total	39.543	30.287	-23,4	1.467	1.762	20,1
Arroz Sequeiro	nd	22.925	—	nd	1.489	—
Arroz Irrigado	nd	7.362	—	nd	4.106	—
Batata-inglesa	91.020	69.510	-23,6	29.042	28.759	-1,0
Cana-de-açúcar	4.447.168	4.520.676	1,7	55.321	56.269	1,7
Cebola	134.723	127.164	-5,6	24.087	23.858	-1,0
Feijão Total	374.820	365.092	-2,6	494	513	3,9
Feijão 1ª Safra	nd	134.577	—	nd	394	—
Sequeiro	nd	79.055	—	nd	409	—
Irrigado	nd	2.200	—	nd	1.467	—
Caupi	nd	53.322	—	nd	363	—
Feijão 2ª Safra	nd	230.515	—	nd	598	—
Sequeiro	nd	194.620	—	nd	542	—
Irrigado	nd	32.817	—	nd	2.413	—
Caupi	nd	3.078	—	nd	246	—
Fumo	9.947	11.235	12,9	890	898	0,9
Mamona	64.957	81.698	25,8	591	657	11,2
Mandioca	4.088.788	3.998.968	-2,2	12.571	12.062	-4,0
Milho Total	849.818	1.457.644	71,5	1.657	2.143	29,3
Milho 1ª Safra	nd	1.195.144	—	nd	3.251	—
Sequeiro	nd	1.053.904	—	nd	3.060	—
Irrigado	nd	141.240	—	nd	6.088	—
Milho 2ª Safra	nd	262.500	—	nd	826	—
Sequeiro	nd	252.454	—	nd	799	—
Irrigado	nd	10.046	—	nd	5.807	—
Soja	1.464.000	1.555.500	6,3	1.830	1.830	0,0
Sorgo Granífero	33.777	68.680	103,3	1.144	1.346	17,7
Tomate	237.763	137.471	-42,2	44.860	38.529	-14,1
Tomate de Mesa	nd	137.471	—	nd	38.529	—
Tomate para Indústria	nd	nd	—	nd	nd	—
Lavouras Permanentes						
Banana ⁽⁵⁾	763.901	764.854	0,1	15.156	15.017	-0,9
Cacau	110.205	110.841	0,6	225	230	2,2
Café	169.310	160.602	-5,1	1.142	1.052	-7,9
Castanha-de-cajú	5.445	5.572	2,3	283	285	0,7
Coco-da-baía ⁽⁴⁾	731.208	689.576	-5,7	9.646	9.036	-6,3
Dendê	167.581	nd	—	4019	nd	—
Guaraná	2.680	2.342	-12,6	456	398	-12,7
Laranja	923.056	766.206	-17,0	18.195	15.617	-14,2
Mamão	783.600	783.082	-0,1	46.284	51.781	11,9
Maracujá ⁽⁴⁾	125.741	nd	—	13.093	nd	—
Pimenta-do-reino	2.443	2.600	6,4	2.264	2.311	2,1
Sisal	163.458	170.832	4,5	852	854	0,2
Uva	83.333	87.434	4,9	30.502	30.036	-1,5

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

(1) A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996.

(2) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2002 (dados sujeitos a retificação).

(3) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), setembro/2003 (dados sujeitos a retificação).

(4) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.



Área Plantada, Área Colhida e Área Perdida dos Principais Produtos Bahia - 2002-2003

Produtos do LSPA ⁽¹⁾	Área Plantada em ha			Área Colhida em ha			Área Perdida em ha ⁽⁴⁾	
	2002 ⁽²⁾	2003 ⁽³⁾	Variação (%)	2002 ⁽²⁾	2003 ⁽³⁾	Variação (%)	2002 ⁽²⁾	2003 ⁽³⁾
Lavouras Temporárias								
Abacaxi	4.747	4.670	-1,6	4.747	4.670	-1,6	0	0
Algodão Herbáceo	75.264	86.735	15,2	75.264	85.617	13,8	0	1118
Alho	1.558	1.660	6,5	1.558	1.660	6,5	0	0
Amendoim	4.649	5.868	26,2	4.649	5.868	26,2	0	0
Arroz Total	26.940	17.187	-36,2	26.940	17.187	-36,2	0	0
Arroz Sequeiro	nd	15.394	—	nd	15.394	—	—	0
Arroz Irrigado	nd	1.793	—	nd	1.793	—	—	0
Batata-inglesa	3.134	2.417	-22,9	3.134	2.417	-22,9	0	0
Cana-de-açúcar	80.432	80.386	-0,1	80.387	80.341	-0,1	0	45
Cebola	5.593	5.330	-4,7	5.593	5.330	-4,7	0	0
Feijão Total	822.031	792.118	-3,6	758.555	727.010	-4,2	21.225	65.108
Feijão 1ª Safra	nd	406.907	—	nd	341.799	—	—	65.108
Sequeiro	nd	256.544	—	nd	193.216	—	—	63.328
Irrigado	nd	1.500	—	nd	1.500	—	—	0
Caupi	nd	148.863	—	nd	147.083	—	—	1.780
Feijão 2ª Safra	nd	385.211	—	nd	385.211	—	—	0
Sequeiro	nd	359.115	—	nd	359.115	—	—	0
Irrigado	nd	13.602	—	nd	13.602	—	—	0
Caupi	nd	12.494	—	nd	12.494	—	—	0
Fumo	11.164	12.506	12,0	11.164	12.506	12,0	0	0
Mamona	118.964	124.266	4,5	109.800	124.266	13,2	2245	0
Mandioca	345.376	336.407	-2,6	325.251	331.527	1,9	0	4.880
Milho Total	705.564	799.415	13,3	512.730	685.269	33,7	61.054	114.146
Milho 1ª Safra	nd	481.803	—	nd	367.657	—	—	114.146
Sequeiro	nd	458.603	—	nd	344.457	—	—	114.146
Irrigado	nd	23.200	—	nd	23.200	—	—	0
Milho 2ª Safra	nd	317.612	—	nd	317.612	—	—	0
Sequeiro	nd	315.882	—	nd	315.882	—	—	0
Irrigado	nd	1730	—	nd	1730	—	—	0
Soja	800.000	850.000	6,3	800.000	850.000	6,3	0	0
Sorgo Granífero	29.606	60.781	105,3	29.506	51.031	73,0	100	9.750
Tomate	5.300	3.568	-32,7	5.300	3.568	—	0	0
Tomate de Mesa	nd	3.568	—	4.602	3.568	-22,5	0	0
Tomate para Indústria	nd	nd	—	nd	nd	—	—	—
Lavouras Permanentes								
Banana	51.192	51.541	0,7	50.400	50.931	1,1	0	610
Cacau	576.875	578.025	0,2	487.791	482.091	-1,2	0	95.934
Café	153.748	155.705	1,3	148.169	152.610	3,0	8.141	3.095
Castanha-de-cajú	19.225	19.544	1,7	19.225	19.544	1,7	0	0
Coco-da-baía	78.689	79.094	0,5	75.800	76.317	0,7	2.411	2.777
Dendê	41690	nd	—	41690	nd	—	0	—
Guaraná	5.883	5.879	-0,1	5.873	5.879	0,1	0	0
Laranja	50.750	49.062	-3,3	50.731	49.062	-3,3	104	0
Mamão	16.938	15.123	-10,7	16.930	15.123	-10,7	0	0
Maracujá	9625	nd	—	9603	nd	—	22	—
Pimenta-do-reino	1096	1.125	2,6	1079	1.125	4,3	0	0
Sisal	204.103	200.088	-2,0	191.693	200.088	4,4	0	0
Uva	2.732	2.911	6,6	2.732	2.911	6,6	0	0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

(1) A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996.

(2) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2002 (dados sujeitos a retificação).

(3) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), setembro/2003 (dados sujeitos a retificação).

(4) Equivale à área plantada menos a área colhida.



INDÚSTRIA**Produção Física da Indústria e dos Principais Gêneros****Bahia - 2003**

Em %

Classes e Gêneros	Jul03/Jun3 ¹	Jul 03/Jul 02	Acumulado no Ano ²	Últimos 12 meses ³
Indústria Geral	0,3	-6,1	2,1	3,1
Indústria Extrativa Mineral	6,4	2,0	-1,0	-0,7
Indústria de Transformação	-0,3	-9,6	2,6	3,7
Minerais não-metálicos	-0,7	0,1	-5,4	-5,3
Metalurgia	-16,5	9,8	-0,5	-2,6
Mat. Eletr. e de Comunicações	-22,2	-24,3	-11,2	-2,1
Papel e Papelão	3,1	5,0	9,2	9,5
Borracha	12,3	1,9	-10,1	-1,3
Química	2,8	-11,3	4,1	5,2
Perf. Sabões e Velas	-4,6	13,3	14,4	6,4
Prod. Matérias Plásticas	0,0	-38,2	-25,6	5,1
Têxtil	-21,1	0,2	14,8	5,5
Produtos Alimentares	-4,0	-16,1	0,7	3,8
Bebidas	10,6	-33,6	-18,7	-5,8

Fonte: IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: 1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal.

2) Em relação ao mesmo período do ano anterior.

3) Em relação aos doze meses anteriores.

Variação Mensal do Índice da Indústria de Transformação**Bahia: Julho-2002/Julho-2003**

Ano/Mês	Mês anterior ⁽¹⁾	Mesmo mês do ano anterior ⁽²⁾	Acumulado do ano ⁽³⁾	Acumulado 12 meses ⁽⁴⁾
2002				
Jul	18,5	7,8	-3,7	-0,7
Ago	-3,3	20,0	-0,8	1,2
Set	-8,0	-6,8	-1,5	-0,4
Out	2,2	-0,8	-1,5	-0,4
Nov	5,6	4,5	-0,9	-0,7
Dez	2,9	10,3	0,1	0,1
2003				
Jan	-6,8	-0,9	-0,9	-0,4
Fev	-11,2	-9,8	-5,2	-1,2
Mar	14,7	5,2	-1,7	-0,7
Abr	-1,5	9,5	1,1	0,8
Mai	-3,2	21,6	4,8	4,3
Jun	1,8	10,7	5,7	5,7
Jul	-0,3	-9,6	2,6	3,7

Fonte: IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: 1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal.

2) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

3) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

4) Variação acumulada observada nos meses do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.



ENERGIA**Variação Percentual do Consumo de Energia Elétrica por Classe
Bahia – 2003**

Classe	Jul-03/Jun-03	Jul-03/Jul-02	Acumulado no Ano	Acumulado 12 meses
Rural/Irrigação	9,1	19,3	13,1	19,0
Residencial	-0,3	9,4	12,8	15,7
Industrial ⁽¹⁾	6,3	-6,4	-0,6	9,3
Comercial	-5,3	5,8	10,6	16,0
Utilidades Públicas ⁽²⁾	1,1	5,8	13,1	19,0
Setor Público	-11,2	10,0	20,6	28,4
Concessionária	-11,5	-0,3	6,3	5,0
Total	3,0	-0,1	5,0	12,4

Fonte: COELBA/CO - CGM

Elaboração: SEI - GEAC

Nota: 1. Consumo industrial corresponde à COELBA, CHESF e COPENE

2. Corresponde à Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração Elétrica.

SERVIÇOS**Pesquisa Mensal de Comércio – PMC****Variação no Volume de Vendas no Varejo¹****Bahia - 2003**

Classes e Gêneros	Jul-03/Jun-03	Jul-03/Jul-02	Acumulado Ano ²	Últimos 12 meses ³
Comércio Varejista	3,0	-4,4	-7,9	-5,3
Combustíveis e Lubrificantes	11,3	4,3	-6,6	-4,7
Hipermercados, Supermercados, produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	2,5	-11,9	-9,6	-7,0
Hipermercados e Supermercados	4,1	-14,6	-13,0	-10,8
Tecidos, Vestuário e Calçados	-31,1	-12,0	-9,5	-3,6
Móveis e Eletrodomésticos	11,7	-9,5	-8,5	-3,7
Demais Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	9,8	7,6	-4,7	-3,8
Veículos, Motos e Peças	30,3	17,6	5,2	2,5

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas/Departamento de Comércio e Serviços.

Nota: 1) Dados deflacionados pelo IPCA.

2) Em relação ao mesmo período do ano anterior.

3) Em relação aos doze meses anteriores

Consultas e Inadimplências Junto ao Serviço de Proteção ao Crédito em Salvador**Julho 2002 – Junho 2003**

%

Período	Consultas			Inadimplências ⁽¹⁾		
	No mês ⁽²⁾	Mensal ⁽³⁾	Acumulado no ano ⁽⁴⁾	No mês ⁽²⁾	Mensal ⁽³⁾	Acumulado no ano ⁽⁴⁾
2002						
Julho	11,7	-12,2	18,4	5,4	-36,7	1,7
Agosto	8,4	-20,5	12,4	3,5	-91,0	-30,2
Setembro	-25,5	-45,0	4,2	48,5	-94,8	-51,4
Outubro	3,6	-62,1	-7,4	-8,1	-88,3	-55,8
Novembro	-4,9	-62,9	-15,5	-7,4	-83,7	-57,8
Dezembro	11,8	-62,8	-22,1	-6,3	-95,2	-64,9
2003						
Janeiro	-10,5	-46,3	-46,3	-25,2	-89,0	-89,0
Fevereiro	-12,5	-40,3	-43,6	-6,3	-90,5	-89,7
Março	-6,2	-49,4	-45,5	13,1	-89,2	-89,6
Abril	10,0	-50,5	-46,9	47,2	-80,7	-87,6
Maiο	2,0	-54,2	-48,5	-22,1	-60,1	-85,5
Junho	-12,3	-28,4	-46,3	56,7	-38,4	-82,1

Fonte: Dados Primários SPC e Cálculo SEI

1) Novos Registros

2) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

3) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

4) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.



Total de Cheques Compensados
Agosto 2002 – Agosto 2003

Período	Quantidade			Valor		
	No mês ⁽¹⁾	Mensal ⁽²⁾	Acumulado no ano ⁽³⁾	No mês ⁽¹⁾	Mensal ⁽²⁾	Acumulado no ano ⁽³⁾
2002						
Agosto	-8,3	-16,0	-14,5	-6,9	-7,5	1,3
Setembro	1,7	-3,5	-13,4	-1,2	0,3	1,2
Outubro	1,8	-15,4	-13,6	10,2	0,0	1,2
Novembro	-6,8	-12,2	-13,5	-14,9	-9,2	0,7
Dezembro	15,5	3,7	-12,2	5,7	-3,7	0,5
2003						
Janeiro	-3,9	-11,6	-11,6	-3,2	-15,3	-15,3
Fevereiro	-12,7	-4,0	8,9	-4,5	-12,9	-14,1
Março	2,6	-2,7	6,9	-12,5	-20,9	-16,3
Abril	-3,5	-15,3	9,6	5,6	-18,5	-16,8
Maiο	0,2	-10,0	9,9	-0,5	-14,6	-16,4
Junho	-0,5	0,5	8,2	-3,7	-10,7	-15,6
Julho	5,4	-10,8	8,8	6,0	-20,9	-16,4
Agosto	-8,8	-11,2	9,2	-7,4	-21,3	-17,0

Fonte: Banco Central do Brasil

1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

3) Variação acumulada observada até o mês em relação ao mesmo período do ano anterior.

TURISMO

Geração de Diárias nos Hotéis Classificados em Salvador

2002-2003 ⁽¹⁾ ⁽²⁾

Mês	Diárias Geradas		
	2002	2003	2001/2002 (%)
Janeiro	160.405	185.731	15,8
Fevereiro	129.853	—	—
Março	122.778	—	—
Abril	114.799	—	—
Maiο	127.322	—	—
Junho	104.714	—	—
Julho	151.368	—	—
Agosto	143.463	—	—
Setembro	123.769	—	—
Outubro	139.173	—	—
Novembro	169.475	—	—
Dezembro	140.892	—	—

Fonte: BAHIAATURSA. FNRH's/BOH's

Elaboração: BAHIAATURSA e SEI

(1) N° de Hóspedes Incluso Itapanica e Praia do Forte

(2) Tx. Ocup. e Permanência Média Inclusos Clube Med



**Hóspedes Registrados. Permanência Média e Taxa de Ocupação das UH's
nos Hotéis Classificados de Salvador
2002-2003 ⁽¹⁾ ⁽²⁾**

Mês	2002			2003			2003/2002 (%)		
	Nº Hóspedes	Permanência Média	Taxa de Ocupação ⁽³⁾	Nº Hóspedes	Permanência Média	Taxa de Ocupação	Nº Hóspedes	Permanência Média	Taxa de Ocupação
Janeiro	45.830	3,5	61,59	51.592	3,6	69,2	12,6	2,9	12,4
Fevereiro	38.192	3,4	56,24	—	—	—	—	—	—
Março	40.926	3,0	50,32	—	—	—	—	—	—
Abril	37.032	3,1	48,13	—	—	—	—	—	—
Mai	39.788	3,2	49,04	—	—	—	—	—	—
Junho	32.723	3,2	42,84	—	—	—	—	—	—
Julho	45.869	3,3	42,80	—	—	—	—	—	—
Agosto	49.470	2,9	58,10	—	—	—	—	—	—
Setembro	42.679	2,9	52,68	—	—	—	—	—	—
Outubro	46.391	3,0	53,88	—	—	—	—	—	—
Novembro	51.356	3,3	66,90	—	—	—	—	—	—
Dezembro	45.449	3,1	55,96	—	—	—	—	—	—

Fonte: BAHIATURSA. FNRH's/BOH's

Elaboração: BAHIATURSA e SEI

(1) Nº de Hóspedes Incluso Itapanica e Praia do Forte

(2) Tx. Ocup. e Permanência Média Inclusos Clube Med

(3) Tx. Ocup. por unidade hoteleira



INDICADORES SOCIAIS

Pesquisa de Emprego e Desemprego
Taxas de Desemprego e de Participação
Agosto 2003

Taxas	RMS	Salvador	Demais Municípios
Desemprego Total	28,8	27,0	30,8
Desemprego Aberto	17,3	16,2	21,8
Desemprego Oculto	11,6	11,4	12,2
Participação (PEA/PIA)	62,5	62,6	62,2

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Pesquisa de Emprego e Desemprego
Taxa de Desemprego Aberto e Taxa de Participação
Julho 1997 – Julho 2003

Meses	Taxa de Desemprego Aberto		Taxa de Participação	
	RMS	Salvador	RMS	Salvador
Julho 1997	13,0	12,0	60,1	60,7
Julho 1998	14,4	13,4	60,1	60,8
Julho 1999	16,6	16,2	61,1	62,2
Julho 2000	15,4	14,8	61,6	62,4
Julho 2001	17,3	16,2	61,0	61,5
2002				
Janeiro	15,8	15,2	62,3	63,5
Fevereiro	15,8	14,9	62,2	63,3
Março	16,2	15,3	62,1	63,2
Abril	17,0	16,1	62,1	63,1
Maio	17,5	16,8	61,6	62,6
Junho	17,2	16,3	61,4	62,5
Julho	16,8	16,1	61,6	62,5
Agosto	16,0	15,2	62,0	62,9
Setembro	16,0	15,1	62,7	63,4
Outubro	16,0	15,0	63,0	63,6
Novembro	16,3	15,3	63,1	63,8
Dezembro	16,0	15,1	62,5	63,0
2003				
Janeiro	15,9	15,3	62,4	63,0
Fevereiro	16,3	15,7	62,0	62,5
Março	17,2	16,7	62,4	63,0
Abril	18,6	18,0	62,2	63,1
Maio	18,9	18,3	62,7	63,5
Junho	18,9	18,4	62,4	63,0
Julho	17,8	16,9	62,2	62,4

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.



**Estimativa da População Total e Economicamente Ativa e dos Inativos Maiores de 10 Anos,
Taxas Globais de Participação e Taxas de Desemprego Total
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Agosto 1997 – Agosto 2003**

Período	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		População Total ¹
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números Absolutos	Índice ²	Números Absolutos	Índice ²	Números Absolutos	Índice ²	Números Absolutos	Índice ²	Números Absolutos	Índice ²	
Agosto 1997	1.365	104,0	1.065	101,8	300	112,8	903	98,7	60,2	22,0	2.816
Agosto 1998	1.412	107,6	1.053	100,7	359	134,7	918	100,3	60,6	25,4	2.875
Agosto 1999	1.455	110,9	1.037	99,1	418	156,9	939	102,6	60,8	28,7	2.936
Agosto 2000	1.516	115,5	1.111	106,2	405	152,0	945	103,3	61,6	26,7	2.998
Agosto 2001	1.540	117,4	1.113	106,4	427	160,4	989	108,1	60,9	27,7	3.061
Janeiro 2002	1.593	121,4	1.164	111,3	429	161,1	964	105,4	62,3	26,9	3.087
Fevereiro	1.594	121,5	1.159	110,8	435	163,4	970	105,9	62,2	27,3	3.093
Março	1.595	121,6	1.155	110,4	440	165,3	974	106,4	62,1	27,6	3.098
Abril	1.599	121,9	1.148	109,8	451	169,4	976	106,7	62,1	28,2	3.104
Maio	1.590	121,2	1.139	108,9	451	169,4	991	108,3	61,6	28,4	3.109
Junho	1.588	121,0	1.143	109,3	445	167,1	998	109,1	61,4	28,0	3.114
Julho	1.597	121,7	1.155	110,4	442	166,0	995	108,8	61,6	27,7	3.120
Agosto	1.611	122,8	1.174	112,2	437	164,1	987	107,8	62,0	27,1	3.125
Setembro	1.633	124,5	1.191	113,9	442	166,0	971	106,1	62,7	27,1	3.131
Outubro	1.644	125,3	1.207	115,4	437	164,1	966	105,5	63,0	26,6	3.136
Novembro	1.650	125,8	1.208	115,5	442	166,0	965	105,4	63,1	26,8	3.142
Dezembro	1.638	124,8	1.204	115,1	434	163,0	982	107,3	62,5	26,5	3.147
Janeiro 2003	1.639	124,9	1.198	114,5	441	165,6	988	108,0	62,4	26,9	3.152
Fevereiro	1.633	124,5	1.189	113,7	444	166,8	1.000	109,3	62,0	27,2	3.158
Março	1.647	125,5	1.179	112,7	468	175,8	992	108,4	62,4	28,4	3.164
Abril	1.645	125,4	1.161	111,0	484	181,8	1.001	109,4	62,2	29,4	3.169
Maio	1.662	126,7	1.168	111,7	494	185,5	989	108,1	62,7	29,7	3.175
Junho	1.658	126,4	1.161	111,0	497	186,7	1.000	109,3	62,4	30,0	3.180
Julho	1.656	126,2	1.177	112,5	479	179,9	1.007	110,1	62,2	28,9	3.186
Agosto	1.668	127,1	1.188	113,6	480	180,3	1.001	109,4	62,5	28,8	3.191
Varição Mensal Ago-03/Jul-03	0,7		0,9		0,2		-0,6		0,5	-0,3	
Varição no Ano Ago-03/Dez-02	1,8		-1,3		10,6		1,9		0,0	8,7	
Varição Anual Ago-03/Ago-02	3,5		1,2		9,8		1,4		0,8	6,3	

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000.

(2) Base: Dezembro 1996 = 100.



Distribuição dos Ocupados por Setor de Atividade Econômica no Trimestre
Região Metropolitana de Salvador – Bahia
Agosto 1997 – Agosto 2003

Períodos	SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA						
	Indústria de Transformação	Construção Civil	Comércio	Serviços Produção ⁽¹⁾	Serviços Pessoais ⁽²⁾	Serviços Domésticos	Outros
Agosto 1997	7,8	5,3	18,3	30,9	25,5	10,6	1,7
Agosto 1998	8,2	5,7	16,7	31,7	25,8	10,0	1,9
Agosto 1999	8,4	5,4	16,6	30,7	27,1	10,0	1,8
Agosto 2000	7,7	5,6	17,0	32,2	26,1	10,4	1,0
Agosto 2001	7,7	5,5	16,5	33,0	25,4	11,2	0,7
Janeiro 2002	8,4	5,8	16,5	32,5	25,6	10,4	0,8
Fevereiro	8,2	5,7	16,4	32,7	25,6	10,5	0,9
Março	8,1	5,6	16,5	32,6	26,6	9,9	0,7
Abril	8,1	5,4	16,4	32,4	26,5	10,3	0,9
Maio	7,9	5,1	16,3	32,2	27,6	10,0	0,9
Junho	8,0	4,8	16,1	32,0	27,4	10,9	0,8
Julho	8,1	4,7	15,5	32,8	27,4	10,6	0,9
Agosto	8,6	4,5	15,6	33,3	26,7	10,4	1,0
Setembro	8,6	4,7	16,1	32,9	26,6	9,9	1,2
Outubro	8,6	4,9	16,4	31,7	27,2	10,1	1,1
Novembro	8,5	5,2	16,3	31,2	27,5	10,1	1,2
Dezembro	8,8	5,7	16,5	30,3	27,8	9,7	1,2
Janeiro 2003	8,8	5,5	16,8	30,5	27,5	9,7	1,2
Fevereiro	8,5	5,3	17,1	30,6	27,4	9,9	1,2
Março	8,4	4,8	16,4	31,8	27,2	10,4	1,0
Abril	8,8	4,9	16,1	31,7	26,7	10,5	1,3
Maio	9,3	5,1	15,5	31,5	26,8	10,5	1,3
Junho	9,2	5,0	16,0	31,5	27,1	9,9	1,3
Julho	8,6	5,2	16,2	31,8	27,0	10,0	1,2
Agosto	8,9	5,1	15,6	32,5	27,0	9,8	1,1

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Incluem Transporte e Armazenagem; Utilidade pública; Especializados;

Administração Pública, Forças Armadas e Polícia; Creditícios e Financeiros; Comunicação; Diversão, Radiodifusão, e Teledifusão;

Comércio, Administração de Valores Imobiliários e de Imóveis; Serviços Auxiliares; Outros Serviços de Reparação e Limpeza.

(2) Incluem Serviços Pessoais diversos, Alimentação, Educação, Saúde, Serviços Comunitários, Oficinas de Reparação Mecânica e Outros Serviços.



Distribuição dos Ocupados por Posição na Ocupação no Trimestre
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Agosto 1997 – Agosto 2003

Em %

Períodos	Posição na Ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador Domésticos	Outros ⁽¹⁾	
	Total	Assalariado Priv. c/Carteira	Assalariado Priv. s/Carteira	Assalariado Público	Total	Autônomo Trab. p/ Público	Autônomo Trab. p/ Empresa			
Agosto 1997	57,1	30,2	10,5	16,3	24,0	19,6	4,4	4,3	10,6	4,0
Agosto 1998	59,1	31,2	11,2	16,7	23,0	18,5	4,6	4,2	10,1	3,6
Agosto 1999	57,3	30,9	11,4	14,9	25,0	19,8	5,1	3,9	10,0	3,8
Agosto 2000	60,4	33,3	12,1	14,9	22,2	18,7	3,5	4,1	10,4	2,9
Agosto 2001	61,1	34,3	11,7	15,0	21,0	16,9	4,1	4,3	11,2	2,4
Janeiro 2002	60,3	34,4	11,7	14,1	22,5	18,5	4,0	4,1	10,4	2,7
Fevereiro	59,8	34,0	11,7	14,1	22,9	18,6	4,3	4,3	10,5	2,5
Março	60,6	34,5	11,6	14,4	22,5	18,4	4,1	4,4	9,9	2,6
Abril	60,3	34,3	12,0	13,9	22,6	18,7	3,9	4,3	10,3	2,5
Maior	60,6	34,5	11,6	14,4	22,7	19,0	3,8	4,2	10,0	2,4
Junho	60,0	33,9	11,8	14,2	22,4	18,5	3,8	4,1	10,9	2,6
Julho	60,0	33,8	11,3	14,7	22,4	18,3	4,1	4,4	10,6	2,6
Agosto	59,4	33,5	11,5	14,4	22,9	18,5	4,5	4,4	10,4	2,9
Setembro	59,4	33,8	11,5	14,0	23,8	19,2	4,6	4,1	9,9	2,7
Outubro	59,6	34,2	11,9	13,4	23,8	19,3	4,5	3,8	10,1	2,7
Novembro	60,1	34,3	11,8	14,0	23,2	19,1	4,1	3,8	10,1	2,7
Dezembro	59,6	33,5	12,3	13,8	23,5	19,4	4,2	4,0	9,7	3,2
Janeiro 2003	60,4	34,3	12,1	14,0	23,0	19,1	3,9	3,9	9,7	2,9
Fevereiro	60,6	34,6	12,3	13,7	23,0	19,1	3,9	3,7	9,9	2,8
Março	61,5	35,4	12,1	13,9	22,1	18,3	3,8	3,9	10,4	2,1
Abril	61,0	35,2	12,5	13,3	22,7	18,8	3,9	3,7	10,5	2,1
Maior	61,2	35,8	11,9	13,5	22,4	18,5	3,9	3,8	10,5	2,0
Junho	61,8	36,2	11,8	13,7	22,5	18,6	3,9	3,4	9,9	2,3
Julho	61,2	35,3	11,4	14,5	22,6	18,6	3,9	3,7	10,0	2,5
Agosto	60,8	35,1	11,6	14,0	22,7	18,5	4,2	4,0	9,8	2,7

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Incluem Trabalhadores Familiares e Donos de Negócios Familiares.



Rendimento Real Trimestral dos Ocupados e dos Assalariados no Trabalho Principal ⁽¹⁾
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Julho 1997 – Julho 2003

Em Reais

Períodos	Rendimento Médio Real					
	Ocupados ⁽¹⁾			Assalariados ⁽²⁾		
	Valor Absoluto ⁽³⁾		Índice ⁽⁴⁾	Valor Absoluto ⁽³⁾		Índice ⁽⁴⁾
	Média	Mediana		Média	Mediana	
Julho 1997	758	368	97,9	845	470	95,2
Julho 1998	741	375	95,8	830	470	93,5
Julho 1999	689	339	89,0	775	437	87,3
Julho 2000	695	366	89,8	759	428	85,5
Julho 2001	701	353	90,6	785	439	88,4
Janeiro 2002	694	357	89,6	759	429	85,5
Fevereiro	710	359	91,8	769	438	86,6
Março	706	356	91,2	780	438	87,9
Abril	706	355	91,3	777	447	87,5
Maio	688	352	88,9	767	425	86,4
Junho	709	352	91,6	784	444	88,3
Julho	705	351	91,1	796	450	89,7
Agosto	689	347	89,0	780	443	87,9
Setembro	654	343	84,5	745	434	84,0
Outubro	638	340	82,4	715	426	80,5
Novembro	632	336	81,7	701	426	79,0
Dezembro	631	328	81,5	702	409	79,1
Janeiro 2003	614	323	79,4	693	402	78,1
Fevereiro	616	315	79,6	694	406	78,2
Março	590	312	76,2	674	395	75,9
Abril	590	309	76,3	660	392	74,4
Maio	581	307	75,1	650	373	73,2
Junho	615	321	79,4	690	397	77,8
Julho	636	322	82,2	721	400	81,3
Varição Mensal Jul-03/Jun-03	3,5	0,2	3,5	4,5	0,8	4,5
Varição no Ano Jul-03/Dez-02	0,9	-1,9	0,9	2,7	-2,2	2,7
Varição Anual Jul-03/Jul-02	-9,8	-8,4	-9,8	-9,4	-11,1	-9,4

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

(3) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Julho - 2003.



Rendimento Real Médio Trimestral dos Ocupados por Grau de Instrução⁽¹⁾**Região Metropolitana de Salvador - Bahia****Julho 1997 - Julho 2003****Em Reais**

Períodos	Rendimento Real Médio Trimestral dos Ocupados por Grau de Instrução				
	Analfabetos	1º Grau incompleto	1º Grau completo/ 2º incompleto	2º Grau completo/ 3º incompleto	3º Grau Completo
Julho 1997	246	355	536	983	2.442
Julho 1998	250	331	473	914	2.314
Julho 1999	247	332	448	837	2.187
Julho 2000	245	331	440	812	2.165
Julho 2001	221	323	419	792	2.279
Janeiro 2002	221	328	441	802	2.156
Fevereiro	230	339	422	794	2.154
Março	210	329	403	779	2.105
Abril	215	325	409	767	2.141
Maio	207	326	421	749	2.174
Junho	218	330	455	754	2.279
Julho	231	325	448	746	2.235
Agosto	244	318	438	742	2.186
Setembro	245	324	413	721	2.057
Outubro	250	324	402	717	1.983
Novembro	233	317	418	701	1.981
Dezembro	229	307	417	700	1.992
Janeiro 2003	203	293	419	672	2.023
Fevereiro	204	293	394	662	2.063
Março	192	279	377	639	1.994
Abril	202	288	378	635	1.946
Maio	191	294	380	623	1.828
Junho	211	299	395	629	1.906
Julho	222	306	394	652	1.906

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Julho 2003.



Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador ⁽¹⁾

Região Metropolitana de Salvador - Bahia

Julho 1997 - Julho 2003

Em Reais

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado					
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-assinada
Julho 1997	705	992	574	673	813	363
Julho 1998	685	1021	576	636	783	395
Julho 1999	645	916	496	631	762	306
Julho 2000	636	861	521	630	720	394
Julho 2001	642	924	463	639	736	352
Janeiro 2002	631	803	541	629	724	349
Fevereiro	648	786	534	664	737	369
Março	659	799	535	678	751	380
Abril	662	844	508	677	752	382
Maio	644	816	494	655	730	382
Junho	660	825	523	659	745	395
Julho	658	801	500	669	743	399
Agosto	645	756	507	652	734	375
Setembro	622	745	465	640	707	366
Outubro	603	728	468	612	689	342
Novembro	588	767	445	591	671	344
Dezembro	590	708	481	599	663	369
Janeiro 2003	575	717	500	573	640	382
Fevereiro	589	715	511	598	650	406
Março	575	782	470	564	648	357
Abril	569	729	445	567	634	364
Maio	554	736	449	539	622	338
Junho	573	801	443	565	644	355
Julho	601	885	450	581	682	355

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Julho - 2003.

**Distribuição do Rendimento Real Trimestral Entre os Ocupados e os Assalariados
no Trabalho Principal ⁽¹⁾**

Região Metropolitana de Salvador - Bahia

Julho 1997 – Julho 2003

Em Reais

Períodos	Rendimento Real Trimestral									
	Ocupados ⁽²⁾					Assalariados ⁽³⁾				
	10% Ganham até	25% Ganham até	50% Ganham até	75% Ganham até	90% Ganham até	10% Ganham até	25% Ganham até	50% Ganham até	75% Ganham até	90% Ganham até
Julho 1997	92	185	368	775	1.849	185	268	470	925	1.861
Julho 1998	111	195	375	762	1.798	195	270	470	899	1.799
Julho 1999	101	197	339	729	1.729	196	264	437	865	1.762
Julho 2000	107	203	366	754	1.603	203	268	428	810	1.603
Julho 2001	125	227	353	730	1.512	226	266	439	783	1.629
Janeiro 2002	119	216	357	718	1.517	214	264	429	811	1.565
Fevereiro	119	215	359	719	1.552	215	283	438	833	1.572
Março	119	214	356	716	1.548	214	279	438	834	1.663
Abril	118	215	355	715	1.549	215	282	447	831	1.662
Maiο	117	235	352	707	1.525	214	271	425	826	1.652
Junho	117	234	352	703	1.635	234	280	444	832	1.752
Julho	116	233	351	700	1.623	233	281	450	844	1.752
Agosto	116	231	347	695	1.603	229	279	443	812	1.739
Setembro	113	228	343	686	1.488	227	280	434	796	1.623
Outubro	113	226	340	680	1.457	224	275	426	785	1.569
Novembro	112	223	336	672	1.361	220	273	426	766	1.475
Dezembro	109	219	328	657	1.344	219	268	409	759	1.456
Janeiro 2003	105	215	323	633	1.291	215	264	402	738	1.398
Fevereiro	105	210	315	632	1.297	210	260	406	738	1.457
Março	103	207	312	619	1.249	207	253	395	713	1.399
Abril	103	206	309	618	1.249	206	248	392	713	1.426
Maiο	102	206	307	611	1.238	206	247	373	705	1.341
Junho	101	240	321	613	1.405	240	254	397	753	1.506
Julho	100	240	322	655	1.500	240	262	400	800	1.551

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Julho - 2003.

(2) Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.



Flutuação Mensal do Emprego Bahia - 2002/2003

Mês/Ano	Saldo Líquido (Admissões - Desligamentos)				
	Total ⁽¹⁾	IT	CC	COM	SERV
Janeiro	4.199	477	1.579	2.247	-285
Fevereiro	1.338	311	896	291	-470
Março	4.475	489	1.385	167	1.805
Abril	9.297	2.689	-65	904	3.525
Maio	3.536	775	-1.339	1.485	1.098
Junho	3.787	639	-1.424	1.191	2.830
Julho	1.975	1.410	-835	787	1.111
Agosto	3.360	1.788	-1.076	724	1.514
Setembro	5.837	1.449	-61	1.008	2.854
Outubro	1.300	-147	-561	1.024	1.093
Novembro	3.139	-635	-212	1.552	3.172
Dezembro	-4.945	-1.061	-1.716	264	-404
Total Jan-Dez/2002	37.298	8.184	-3.429	11.644	17.843
Janeiro	128	554	-77	547	-2.128
Fevereiro	2.544	160	-374	620	1.037
Março	-938	126	-747	-1.074	-680
Abril	5.554	1.412	-924	193	1.269
Maio	5.029	612	-263	1.073	976
Junho	1.907	358	-451	1.467	827
Julho	2.276	394	-363	-559	988
Agosto	2.161	1.467	596	811	-506
Total Jan- Ago/2003	18.661	5.083	-2.603	3.078	1.783
Últimos 12 meses	23.992	4.689	-5.153	6.926	8.498

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

(1) Incluem todos os setores

Nota: Dados Preliminares

Siglas: IT - Indústria de Transformação. CC - Construção Civil. COM - Comércio. SERV - Serviços.

Obs.: O sistema Lei 4.923/65 é custeado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.



Flutuação Mensal do Emprego RMS - 2002/2003

Mês/Ano	Saldo Líquido (Admissões - Desligamentos)				
	Total ⁽¹⁾	IT	CC	COM	SERV
Janeiro	1.238	37	1.180	614	-538
Fevereiro	-59	72	92	4	-80
Março	2.142	23	550	-215	1.651
Abril	1.962	28	-559	99	2.373
Maio	274	342	-1.042	420	537
Junho	2.205	300	-826	156	2.620
Julho	126	350	-618	-115	479
Agosto	553	423	-1.023	172	798
Setembro	4.046	520	305	656	2.564
Outubro	1.336	192	-8	530	588
Novembro	3.779	152	264	602	2.855
Dezembro	-1.201	-438	-558	144	-336
Total Jan-Dez/2002	16.401	2.001	-2.243	3.067	13.511
Janeiro	-1.205	26	448	43	-1.723
Fevereiro	1.399	-29	45	434	1009
Março	-1.609	-150	-405	-604	-454
Abril	-524	-480	-569	-71	559
Maio	464	155	-215	258	270
Junho	-302	1	-888	572	45
Julho	145	26	-352	-491	965
Agosto	321	373	-90	393	-408
Total Jan-Ago/2003	-1.311	-78	-2.026	534	263
Últimos 12 meses	6.649	348	-2.023	2.466	5.934

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

(1) Incluem todos os setores

Nota: Dados Preliminares

Siglas: IT - Indústria de Transformação. CC - Construção Civil. COM - Comércio. SERV - Serviços.

Obs.: O sistema Lei 4.923/65 é custeado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.



FINANÇAS PÚBLICAS

Demonstrativo das Receitas da União Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social Janeiro – Julho/2003

(R\$ 1.000)

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a-c)
			Jun-Jul/2003 (b)	% (b/a)	Jan a Jul/2003 (c)	% (c/a)	
Receitas Correntes	371.619.714	371.170.891	59.915.762	16,1	217.846.868	58,7	153.324.023
Receita Tributária	110.013.569	110.013.569	16.361.416	14,9	68.046.471	61,9	41.967.098
Receita de Contribuições	223.407.791	222.974.557	36.136.178	16,2	125.693.631	56,4	97.280.926
Receita Patrimonial	10.369.925	10.369.957	1.490.514	14,4	6.129.769	59,1	4.240.188
Receita Agropecuária	24.079	24.079	2.783	11,6	11.873	49,3	12.206
Receita Industrial	368.897	368.897	89.824	24,3	217.192	58,9	151.705
Receita de Serviços	16.636.604	16.619.192	3.853.282	23,2	11.605.993	69,8	5.013.199
Transferências Correntes	213.624	215.297	19.678	9,1	122.530	56,9	92.767
Outras Receitas Correntes	10.585.225	10.585.343	1.962.088	18,5	6.019.409	56,9	4.565.934
Receitas de Capital	142.281.544	142.350.298	19.471.530	13,7	62.656.793	44,0	79.693.505
Operações de Crédito (¹)	109.307.267	109.376.019	14.583.651	13,3	43.247.013	39,5	66.129.006
Alienação de Bens	3.769.642	3.769.644	18.335	0,5	412.410	10,9	3.357.234
Amortizações de Empréstimos	11.165.929	11.165.929	2.312.048	20,7	8.694.942	77,9	2.470.987
Transferências de Capital	65.991	65.991	4.875	7,4	21.158	32,1	44.833
Outras Receitas de Capital	17.972.715	17.972.715	2.552.621	14,2	10.281.270	57,2	7.691.445
Subtotal das Receitas (I)	513.901.258	513.521.189	79.387.292	15,5	280.503.661	54,6	233.017.528
Déficit (II)	—	—	—	—	—	—	—
Total (I+II)	513.901.258	513.521.189	79.387.292	15,5	280.503.661	54,6	233.017.528

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

(¹) Excetuados os valores referentes ao refinanciamento da Dívida Pública.

Demonstrativo das Despesas da União Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social Janeiro – Julho/2003

(R\$ 1.000)

Despesas	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Liquidadas				Saldo (a-c)
			Maio-Jun/2003 (b)	% (b/a)	Jan a Jun/2003 (c)	% (c/a)	
Despesas Correntes	394.662.740	395.107.579	61.908.601	15,7	196.040.009	49,6	199.067.570
Pessoal e Encargos Sociais	77.046.186	77.284.181	13.942.725	18,0	43.635.014	56,5	33.649.167
Juros e Encargos da Dívida	93.644.106	93.650.630	11.773.240	12,6	32.345.098	34,5	61.305.532
Outras Despesas Correntes	223.972.448	224.172.768	36.192.636	16,1	120.059.897	53,6	104.112.871
Transf. Estados, DF e Municípios	74.740.639	74.871.766	11.229.915	15,0	44.337.874	59,2	30.533.892
Benefícios Previdenciários(²)	97.353.841	97.353.841	16.708.431	17,2	53.408.089	54,9	43.945.751
Demais Despesas Correntes	51.877.968	51.947.161	8.254.290	15,9	22.313.934	43,0	29.633.228
Despesas de Capital	98.610.822	98.958.641	6.817.035	6,9	40.810.350	41,2	58.148.291
Investimentos	14.180.170	14.206.884	290.719	2,0	464.629	3,3	13.742.255
Inversões Financeiras	24.376.291	24.406.900	2.006.413	8,2	6.412.374	26,3	17.994.526
Amortização da Dívida (¹)	60.054.361	60.344.857	4.519.903	7,5	33.933.347	56,2	26.411.510
Reserva de Contingência	20.521.773	20.031.240	—	—	—	—	20.031.240
Subtotal das Despesas (I)	513.795.335	514.097.460	68.725.636	13,4	236.850.359	46,1	277.247.101
Superávit (II)	—	—	—	—	43.653.302	—	—
Total (I+II)	513.795.335	514.097.460	68.725.636	13,4	280.503.661	54,6	277.247.101

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

(¹) Excetuados os valores referentes ao refinanciamento da Dívida Pública.

(²) Os Benefícios Previdenciários referem-se ao pagamento de inativos, pensões, outros benefícios previdenciários.



Balanço Orçamentário - Receita
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Bahia: Janeiro-Junho/2003

(R\$ 1.000)

Receitas	Previsão Inicial	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar
		Bim. Maio/Jun	%	Até o Bimestre	%	
Receitas Correntes	9.919.493	1.679.809	16,9	5.051.206	50,9	4.868.287
Receita Tributária	5.895.690	998.088	16,9	3.068.241	52,0	2.827.449
Impostos	5.724.753	967.822	16,9	2.986.723	52,2	2.738.030
Taxas	170.937	30.266	17,7	81.519	47,7	89.418
Receita de Contribuições	965.364	170.543	17,7	519.828	53,8	445.536
Contribuições Sociais	865.364	145.992	16,9	445.834	51,5	419.530
Contribuições Econômicas	100.000	24.551	24,6	73.994	74,0	26.006
Receita Patrimonial	194.445	38.174	19,6	98.817	50,8	95.629
Receitas Imobiliárias	26.348	301	1,1	1.018	3,9	25.330
Receitas de Valores Mobiliários	40.000	3.169	7,9	3.589	9,0	36.411
Receitas de Concessões e Permissões	2.431	407	16,7	1.401	57,6	1.030
Outras Receitas Patrimoniais	125.666	34.297	27,3	92.808	73,9	32.858
Receita Agropecuária	1.698	—	—	6	0,4	1.692
Receita da Produção Vegetal	47	—	—	6	13,5	41
Receita da Produção Animal e Derivados	751	—	—	—	—	—
Outras Receitas Agropecuárias	900	—	—	—	—	—
Receita Industrial	90	—	—	—	—	—
Receita da Indústria de Transformação	90	—	—	—	—	—
Receita de Serviços	264.987	23.391	8,8	68.630	25,9	196.356
Receita de Serviços	264.987	23.391	8,8	68.630	25,9	196.356
Transferências Correntes	2.934.611	522.383	17,8	1.565.842	53,4	1.368.769
Transferências Intergovernamentais	2.709.538	516.551	19,1	1.540.814	56,9	1.168.723
Transferências de Instituições Privadas	507	(12)	(2,4)	8	1,5	499
Transferências do Exterior	492	10	2,0	120	24,4	372
Transferências de Convênios	224.074	5.835	2,6	24.900	11,1	199.174
Outras Receitas Correntes	578.905	87.958	15,2	219.769	38,0	359.136
Multas e Juros de Mora	100.644	20.597	20,5	39.314	39,1	61.330
Indenizações e Restituições	51.711	1.105	2,1	2.930	5,7	48.782
Receita da Dívida Ativa	6.196	928	15,0	2.050	33,1	4.146
Receitas Correntes Diversas	420.354	65.328	15,5	175.475	41,7	244.879
Conta Retificadora da Receita Orçamentária	(916.297)	(160.727)	17,5	(489.928)	53,5	(426.369)
Receitas de Capital	1.009.629	97.402	9,6	268.182	26,6	741.447
Operações de Crédito	606.885	87.221	14,4	189.877	31,3	417.008
Operações de Crédito Internas	195.178	20.099	10,3	26.510	13,6	168.668
Operações de Crédito Internas	195.178	20.099	10,3	26.510	13,6	168.668
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	—	—	—	—	—	—
Refinanciamento de Outras Dívidas	—	—	—	—	—	—
Outras Operações de Crédito Internas	—	—	—	—	—	—
Operações de Crédito Externas	411.707	67.122	16,3	163.367	39,7	248.340
Alienação de Bens	140.477	41	0,0	906	0,6	139.571
Alienação de Bens Móveis	139.697	9	0,0	11	0,0	139.686
Alienação de Bens Imóveis	780	32	4,1	895	114,7	(115)
Amortização de Empréstimos	3.000	243	8,1	1.077	35,9	1.923
Amortização de Empréstimos Imobiliários	3.000	243	8,1	1.077	35,9	1.923
Transferências de Capital	259.252	9.691	3,7	76.116	29,4	183.136
Transferências Intergovernamentais	20.650	1.559	7,5	54.876	265,7	(34.226)
Transferências de Instituições Privadas	98	—	—	—	—	98
Transferências do Exterior	421	—	—	—	—	421
Transferências de Convênios	238.083	8.132	3,4	21.240	8,9	216.843
Outras Receitas de Capital	15	206	1.375,0	206	1.375,0	(191)
Outras Receitas	15	206	1.375,0	206	1.375,0	(191)
Subtotal das Receitas	10.929.122	1.777.212	16,3	5.319.386	48,7	5.609.735
Saldos de Exercícios Anteriores (II)				147.701		
Subtotal (III)=(I+II)	10.929.122	1.777.212		5.467.087		5.609.735
Déficit (IV)						
Total (III+IV)	10.929.122	1.777.212		5.467.087		5.609.735

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP.



Balanco Orçamentário – Despesa
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Bahia: Janeiro-Junho/2003

Despesas	Dotação Inicial	Créditos Adicionais	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Saldo
				Bim. Maio/Jun	No Exercício	Bim. Maio/Jun	No Exercício	
Despesas Correntes	8.835.108	114.383	8.949.492	1.441.477	4.177.569	1.409.723	4.062.053	4.887.439
Pessoal e Encargos	4.569.112	26.863	4.595.975	780.592	2.216.305	757.661	2.186.472	2.409.503
Juros e Encargos da Dívida	576.873	—	576.873	73.545	300.261	73.555	300.081	276.792
Outras Despesas Correntes	3.689.123	87.520	3.776.644	587.340	1.661.002	578.508	1.575.500	2.201.144
Despesas de Capital								
Investimentos	2.075.434	43.661	2.119.095	305.915	885.384	302.515	858.209	1.260.886
Inversões Financeiras	1.125.505	226.544	1.352.050	169.298	428.975	165.898	401.800	950.250
Amortizações da Dívida	340.218	(173.883)	166.335	23.894	83.185	23.894	83.185	83.150
Refinanciamento	609.711	(9.000)	600.711	112.723	373.224	112.723	373.224	227.487
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	—	—	—	—	—	—	—	—
Refinanciamento de Outras Dívidas	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras Amortizações	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras Despesas de Capital	609.711	(9.000)	600.711	112.723	373.224	112.723	373.224	227.487
Reserva de Contingência	18.579	—	18.579	—	—	—	—	18.579
Subtotal das Despesas	10.929.122	158.045	11.087.166	1.747.392	5.062.953	1.712.238	4.920.262	6.166.904
Superávit	—	—	—	—	—	—	546.825	—
Total	10.929.122	158.045	11.087.166	1.747.392	5.062.953	1.712.238	4.920.262	6.166.904

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP.



Receita tributária mensal
Bahia: janeiro de 2002 a julho de 2003

(R\$ 1.000)

M ê s	I C M S		Outras		Total	
	2002	2003	2002	2003	2002	2003
Janeiro	383.824	491.240	19.479	45.269	403.303	536.509
Fevereiro	385.309	494.620	28.393	37.624	413.701	532.244
Março	337.899	442.068	28.379	40.292	366.278	482.360
Abril	367.373	483.606	37.105	35.434	404.478	519.040
Maiο	404.853	447.830	39.646	47.985	444.499	495.815
Junho	385.374	454.843	37.870	47.430	423.244	502.273
Julho	383.472	463.914	41.896	57.400	425.369	521.314
Agosto	422.288		43.420		465.708	
Setembro	451.985		39.479		491.464	
Outubro	464.967		28.897		493.863	
Novembro	493.509		23.570		517.079	
Dezembro	469.677		64.450		534.127	
Total	4.950.531		432.583		5.383.114	

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais
 Elaboração: SEI.

Arrecadação mensal da receita tributária⁽¹⁾
Bahia: janeiro de 2002 a julho de 2003

(R\$ 1.000)

M ê s	I C M S		Outras		Total	
	2002	2003	2002	2003	2002	2003
Janeiro	505.150	501.490	25.636	46.214	530.786	547.704
Fevereiro	506.179	497.023	37.299	37.807	543.478	534.830
Março	443.396	436.974	37.239	39.828	480.635	476.802
Abril	478.727	476.075	48.352	34.883	527.079	510.958
Maiο	521.796	443.820	32.321	47.555	554.117	491.376
Junho	488.217	453.936	47.976	47.335	536.194	501.271
Julho	476.049	463.914	52.010	57.400	528.059	521.314
Agosto	512.128		52.658		564.786	
Setembro	534.025		46.645		580.670	
Outubro	527.151		32.761		559.912	
Novembro	528.651		25.248		553.899	
Dezembro	489.903		67.225		557.128	
Total	6.011.374		505.371		6.516.744	

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP
 Elaboração: SEI.

(¹) Valores atualizados a preços de julho/03 pelo IGP-DI/FGV.



Transferências constitucionais da União para os Estados
Bahia: Janeiro de 2002 a Julho de 2003

Ano e Mês	Receitas									
	FPE*		IPI-EXP		FUNDEF UNIÃO**		Outras (¹)		Total	
	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês
2002										
Janeiro	146.358	146.358	8.065	8.065	19.208	19.208	8.363	8.363	181.994	181.994
Fevereiro	170.998	317.356	7.552	15.617	29.224	48.433	7.804	16.167	215.579	397.572
Março	130.862	448.217	6.661	22.278	20.689	69.121	7.804	23.971	166.015	563.588
Abril	136.675	584.892	8.327	30.605	21.506	90.627	7.804	31.776	174.312	737.900
Maio	156.645	741.538	7.828	38.433	23.931	114.558	7.804	39.580	196.209	934.109
Junho	110.282	851.820	7.299	45.732	18.196	132.754	7.804	47.385	143.582	1.077.691
Julho	120.585	972.405	7.518	53.250	26.572	159.327	7.804	55.189	162.480	1.240.171
Agosto	114.179	1.086.584	7.713	60.963	18.701	178.027	7.804	62.993	148.397	1.388.568
Setembro	126.053	1.212.637	7.736	68.699	20.163	198.190	7.804	70.798	161.756	1.550.324
Outubro	166.104	1.378.741	8.112	76.811	25.112	223.303	7.804	78.602	207.133	1.757.457
Novembro	145.693	1.524.435	8.192	85.003	22.607	245.909	7.804	86.406	184.296	1.941.753
Dezembro	142.697	1.667.132	8.370	93.372	32.892	278.801	7.804	94.211	191.763	2.133.516
2003										
Janeiro	155.457	155.457	7.109	7.109	22.358	7.109	20.271	20.271	205.195	205.195
Fevereiro	163.689	319.146	7.063	14.172	23.298	30.407	19.933	40.204	213.983	419.178
Março	141.978	461.124	6.542	20.714	19.481	49.887	6.301	46.506	174.301	593.479
Abril	135.181	596.305	7.293	28.007	18.713	68.600	6.301	52.807	167.488	760.967
Maio	189.608	785.912	5.643	33.650	25.012	93.612	6.301	59.108	226.564	987.530
Junho	133.154	919.066	6.307	39.957	18.434	112.046	6.301	65.409	164.195	1.151.726
Julho	111.643	1.030.709	5.960	45.917	19.828	131.874	6.301	71.710	143.732	1.295.458

Fonte: MINFAZ/STN

Elaboração: SEI

(¹) Refere-se à desoneração do ICMS/Exportação - LC 87/96 - MP 1579.

(*) Deduzidos 15% para o FUNDEF.

(**) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP/LC 87/96 e complementação.



Balanço Orçamentário - Receitas
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Município do Salvador
Período de Referência: Janeiro-Junho/2003

(R\$ 1.000)

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (b-c)
			Maio-Jun/2003 (b)	% (b/a)	Jan-Jun/2003 (c)	% (c/a)	
Receitas Correntes	1.215.028	1.215.028	181.378	14,9	584.027	48,1	631.001
Receita Tributária	484.550	484.550	62.134	12,8	221.044	45,6	263.506
Impostos	394.500	394.500	53.416	13,5	181.201	45,9	213.299
Taxas	90.050	90.050	8.661	9,6	39.740	44,1	50.310
Contribuição de Melhoria	—	—	—	—	—	—	—
Outras Receitas Tributárias	—	—	57	—	103	—	(103)
Receita de Contribuições	21.850	21.850	8.759	—	25.013	114,5	(3.163)
Contribuições Sociais	21.850	21.850	4.244	—	14.455	66,2	7.395
Contribuições Econômicas	—	—	4.515	—	10.558	—	(10.558)
Receita Patrimonial	61.571	61.571	7.092	11,5	21.898	35,6	39.673
Receitas Imobiliárias	2.310	2.310	338	14,6	1.370	59,3	940
Receitas de Valores Mobiliários	18.350	18.350	6.521	35,5	19.816	108,0	(1.466)
Receitas de Concessões e Permissões	38.911	38.911	227	0,6	694	1,8	38.217
Outras Receitas Patrimoniais	2.000	2.000	6	0,3	18	0,9	1.982
Receita Agropecuária	—	—	—	—	—	—	—
Receita de Produção Vegetal	—	—	—	—	—	—	—
Receita de Produção Animal e Derivados	—	—	—	—	—	—	—
Outras Receitas Agropecuárias	—	—	—	—	—	—	—
Receita Industrial	—	—	104	—	237	—	(237)
Receita da Indústria Extrativa Mineral	—	—	—	—	—	—	—
Receita da Indústria de Transformação	—	—	104	—	237	—	(237)
Receita da Indústria de Construção	—	—	—	—	—	—	—
Receita de Serviços	29.222	29.222	4.219	14,4	11.912	40,8	17.310
Receita de Serviços	29.222	29.222	4.219	14,4	11.912	40,8	17.310
Transferências Correntes	553.777	553.777	85.257	15,4	257.549	46,5	296.228
Transf. Intergovernamentais	491.510	491.510	83.822	17,1	252.131	51,3	239.379
Transf. de Instituições Privadas	—	—	34	—	90	—	(90)
Transferências do Exterior	—	—	—	—	—	—	—
Transferências de Pessoas	—	—	10	—	16	—	(16)
Transferências de Convênios	62.267	62.267	1.391	2,2	5.312	8,5	56.955
Outras Receitas Correntes	64.058	64.058	13.813	21,6	46.374	72,4	17.684
Multas e Juros de Mora	22.500	22.500	9.410	41,8	30.397	135,1	(7.897)
Indenizações e Restituições	4.000	4.000	1.174	29,4	2.634	65,9	1.366
Receita da Dívida Ativa	29.000	29.000	2.964	10,2	12.097	41,7	16.903
Receitas Correntes Diversas	8.558	8.558	265	3,1	1.246	14,6	7.312
Receitas de Capital	72.321	111.426	13.926	12,5	26.427	23,7	84.999
Operações de Crédito	14.000	44.000	—	—	—	—	44.000
Operações de Crédito Internas	14.000	44.000	—	—	—	—	44.000
Refinanciamento de Outras Dívidas	—	—	—	—	—	—	—
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	—	—	—	—	—	—	—
Outras Operações de Crédito Internas	14.000	44.000	—	—	—	—	44.000
Operações de Crédito Externas	—	—	—	—	—	—	—
Alienação de Bens	2.300	2.300	—	—	—	—	2.300
Alienação de Bens Móveis	2.300	2.300	—	—	—	—	2.300
Alienação de Bens Imóveis	—	—	—	—	—	—	—
Amortizações de Empréstimos	—	—	—	—	—	—	—
Amortizações de Empréstimos	—	—	—	—	—	—	—
Transferências de Capital	55.899	65.004	13.926	21,4	26.427	40,7	38.577
Transf. Intergovernamentais	3.950	3.950	—	—	—	—	3.950
Transf. de Instituições Privadas	—	—	—	—	—	—	—
Transferências do Exterior	—	—	—	—	—	—	—
Transferências de Pessoas	—	—	—	—	—	—	—
Transferências de Convênios	51.949	61.054	13.926	22,8	26.427	43,3	34.627
Outras Receitas de Capital	122	122	—	—	—	—	122
Integralização do Capital Social	—	—	—	—	—	—	—
Remuneração das Disponibilidades	—	—	—	—	—	—	—
Receitas de Capital Diversas	122	122	—	—	—	—	122
Subtotal das Receitas (I)	1.287.349	1.326.454	195.304	14,7	610.454	46,0	716.000
Saldos de exercícios Anteriores (II)					90.780		
Subtotal III= I+II	1.287.349	1.326.454	195.304	14,7	701.234		
Déficit (IV)							
Total (III+IV)	1.287.349	1.326.454	195.304	14,7	701.234		

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG.

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS.



Balanço Orçamentário - Despesas
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Município do Salvador
Período de Referência: Janeiro-Junho/2003

(R\$ 1.000)

Despesas	Dotação Inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação Atualizada (c)	Despesas					Saldo (c-g)	
				Empenhadas		Liquidadas				
				Maio-Jun/ 2003 (d)	Jan-Jun/ 2003 (e)	Maio-Jun/ 2003 (f)	Jan-Jun/ 2003 (g)	% (g/c)		
Despesas Correntes										
Pessoal e Encargos Sociais	1.070.363	3.348	1.073.711	163.939	635.942	170.308	507.697	47,3	566.014	
Juros e Encargos da Dívida Interna	404.810	(150)	404.660	71.256	236.329	67.501	194.331	48,0	210.329	
Outras Despesas Correntes	64.000	—	64.000	15.378	46.671	11.567	33.738	52,7	30.262	
	601.553	3.498	605.051	77.305	352.942	91.240	279.628	46,2	325.423	
Despesas de Capital										
Investimentos	151.976	42.841	194.817	23.900	65.832	24.030	61.041	31,3	133.776	
Inversões Financeiras	5.010	5.000	10.010	221	6.056	1.421	5.256	52,5	4.754	
Amortização da Dívida	51.000	—	51.000	11.722	32.701	7.238	22.043	43,2	28.957	
Amortização da Dívida p/Contrato	51.000	—	51.000	11.722	2.701	7.238	22.043	43,2	28.957	
Refinanciamento	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Refinanciamento de Outras Dívidas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Outras Amortizações	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Reserva de Contingência	9.000	—	9.000	—	—	—	—	—	9.000	
Subtotal das Despesas (I)	1.287.349	51.189	1.338.538	199.782	740.531	202.997	596.037	44,5	742.501	
Superávit (II)	—	—	—	—	—	—	14.417	—	—	
Total (I+II)	1.287.349	51.189	1.338.538	199.782	740.531	202.997	610.454	45,6	742.501	

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG.

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS.



Publique seu Artigo

BAHIA
ANÁLISE & DADOS

Uma das revistas de maior credibilidade da Bahia

A SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - abre espaço para autores que queiram publicar artigos na Revista Bahia Análise & Dados. Editada e registrada no ISSN desde 1991, a Bahia Análise & Dados tem recebido reconhecimento e grande credibilidade graças à abrangência e qualidade de seu conteúdo e ao elevado nível de seus colaboradores.

Tema - edição dezembro/2003

Reformas e Crescimento

Conheça as normas detalhadas e a pauta técnica no site:

www.sei.ba.gov.br

MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE EMPREGO E SALÁRIO

emprego

SEI
Informação a Serviço da Sociedade
www.sei.ba.gov.br

Reforma



**SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA**

Serviço de Atendimento ao Usuário: de 2^a a 6^a, das 9:00 às 18:30
Tel.: (71) 370 4823/4822 Fax: (71) 371 1853
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br
Av. Luiz Viana Filho, 435 - 4^a Avenida - 2^o and. - CAB
Cep: 41.750-300 - Salvador - Bahia - tel.: (71) 371 9665

INFORMAÇÃO A SERVIÇO DA SOCIEDADE
